

PROJETO  
Rede urbana do Brasil  
e da América do Sul

PESQUISA  
Dinâmica urbana  
dos estados

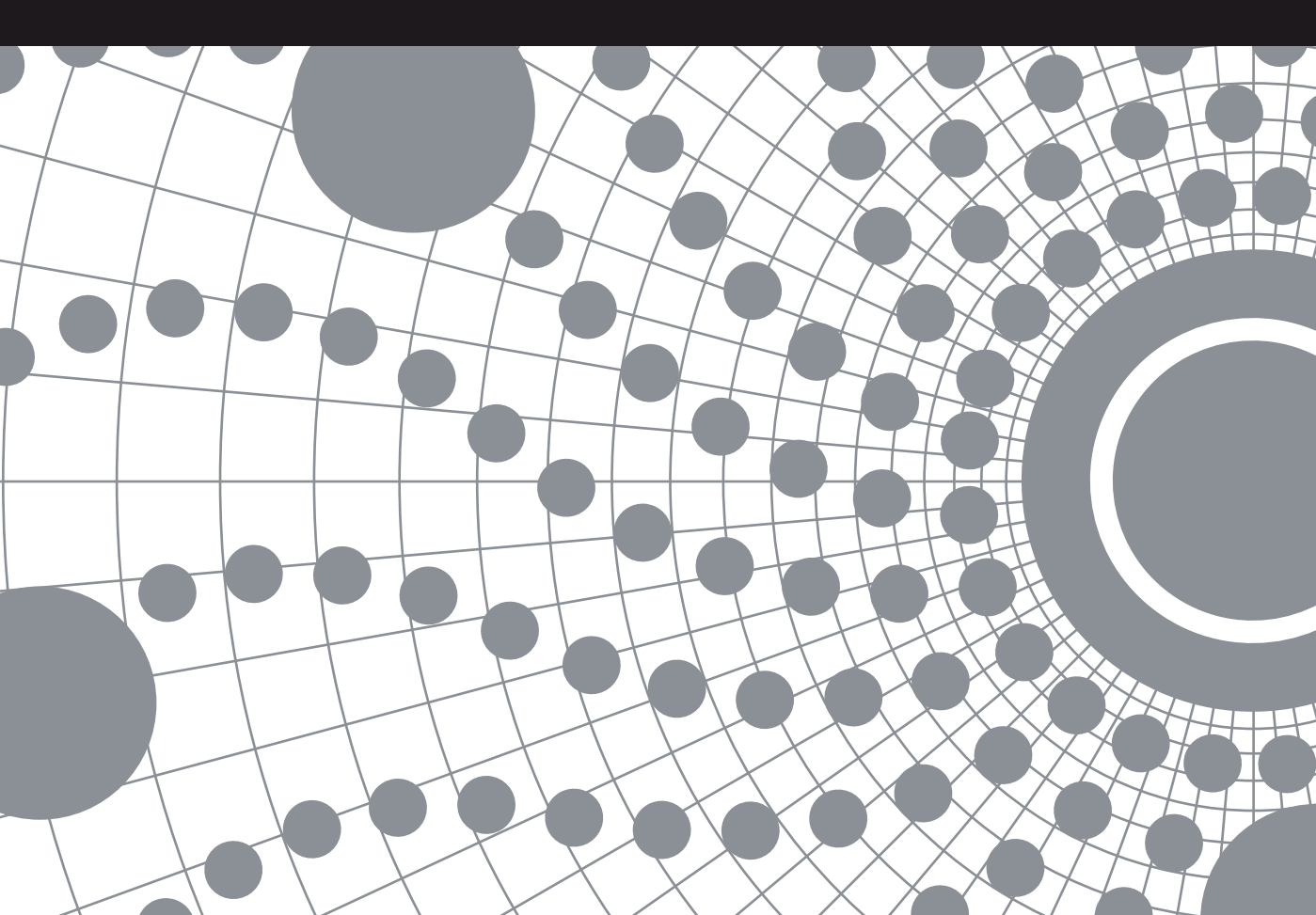
RELATÓRIO II

# Referenciais para a análise da dinâmica urbana do estado da Bahia 1998-2008

SALVADOR  
Dezembro, 2009

publicações  
**SEI**





PROJETO  
Rede urbana do Brasil  
e da América do Sul

PESQUISA  
Dinâmica urbana  
dos estados

## RELATÓRIO II

# Referenciais para a análise da dinâmica urbana do estado da Bahia 1998-2008



SALVADOR  
Dezembro, 2010

publicações  
**SEI**

**SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

Marcio Pochmann

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE  
PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICAS**

Felícia Reicher Madeira

**DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS REGIONAIS,  
URBANAS E AMBIENTAIS**

Liana Maria da Frota Carleial (diretora)

Bruno de Oliveira Cruz (diretor-adjunto)

**COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Bolívar Pêgo (coordenador geral da Pesquisa Dinâmica  
Urbana dos Estados)

Rafael Henrique Moraes Pereira (coordenador técnico)

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Jaques Wagner

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**

Antônio Alberto Valença

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**

José Geraldo dos Reis Santos

**DIRETORIA DE PESQUISAS**

Thaiz Braga

**DIRETORIA DE ESTUDOS**

Edgard Porto

**COORDENAÇÃO DA PESQUISA DINÂMICA  
URBANA DOS ESTADOS – BAHIA**

Patricia Chame Dias

Ilce Carvalho

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Alcides dos Santos Caldas (bolsista Proredes/IPEA)

Fábio Antônio Moura Costa de Souza (bolsista Proredes/IPEA)

Ilce Carvalho

Jacileda Cerqueira Santos (bolsista Proredes/IPEA)

Mayara Mychella Sena Araújo

Patricia Chame Dias

**REDAÇÃO FINAL**

Patricia Chame Dias

Mayara Mychella Sena Araújo

**COLABORAÇÃO**

Francisco Baqueiro Vidal

**CARTOGRAMAS**

Diretoria de Informações Geoambientais

Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento

**NORMALIZAÇÃO**

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Raimundo Pereira Santos

**COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES**

Márcia Santos

**PADRONIZAÇÃO E ESTILO / EDITORIA DE ARTE**

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Aline Santana

**REVISÃO DE LINGUAGEM**

Calixto Sabatini

**CAPA / EDITORAÇÃO**

Nando Cordeiro



## Sumário

	<b>Apresentação .....</b>	<b>5</b>
<b>1</b>	<b>Análise de estudos: conteúdos e tendências...</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Análise da dinâmica urbana regional da Bahia .....</b>	<b>21</b>
	<b>2.1. Questões conceituais e metodológicas .....</b>	<b>21</b>
	<b>2.2. Espacialização da economia baiana a partir do PIB .....</b>	<b>26</b>
	Distribuição espacial do PIB por grandes setores econômicos, por região econômica e por municípios .....	29
	Indicadores complementares.....	42
	Principais destinos turísticos .....	43
	<b>2.3. Principais tendências de distribuição da população na Bahia .....</b>	<b>46</b>
	Consolidação da urbanização.....	61
	Migração:1995-2000 e 2002-2007.....	64
	As sedes municipais: evolução do porte .....	73
	<b>2.4. Indicadores de infraestruturas sociais e urbanas.....</b>	<b>78</b>
	Educação superior .....	79
	Equipamentos públicos de saúde .....	88
	Aeropostos e fluxos de passageiros .....	94
<b>3</b>	<b>Análise das entrevistas .....</b>	<b>99</b>
<b>4</b>	<b>Considerações finais .....</b>	<b>103</b>



<b>5</b>	<b>Proposições para atualização da rede urbana do Brasil .....</b>	<b>109</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>113</b>
	<b>Apêndices .....</b>	<b>116</b>
	Apêndice A	
	Pesquisa: Dinâmica Urbana dos Estados	
	Síntese da entrevista realizada no IBGE .....	116
	Apêndice B	
	Pesquisa: Dinâmica Urbana dos Estados	
	Síntese da entrevista realizada no Sebrae .....	119
	Apêndice C	
	Pesquisa: Dinâmica Urbana dos Estados	
	Síntese da entrevista realizada na Secretaria da Educação do Estado da Bahia.....	121



## Apresentação

Informações e estudos sobre dinâmica urbana vêm sendo extremamente demandados. Instituições públicas e privadas e, sobretudo, gestores estaduais e municipais preocupam-se em compreender como os processos mais gerais influenciam e alteram a realidade local, especialmente seus reflexos na economia e nas questões sociais. Buscando realizar análises que contribuam para aprofundar o conhecimento de tais processos, a Superintendência de Estudos Econômicas e Sociais da Bahia (SEI), consolidando sua parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta este relatório, uma das etapas da pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados.

Segundo produto da referida pesquisa, este documento teve como objetivo efetuar um estudo da dinâmica urbana da Bahia entre 1998 e 2008. Para tanto, elaborou-se um panorama, desenvolvido entre setembro e dezembro de 2010, quando foi entregue e validado pelo IPEA, das dinâmicas econômicas e demográficas intraestaduais, levantando-se elementos que possibilitassem o conhecimento dos processos e tendências em curso e que oferecessem subsídios para a proposição e construção de futuras etapas dessa pesquisa. Ressalte-se que as análises aqui expostas tiveram como base pesquisa bibliográfica e documental, além do exame das bases de dados produzidas por órgãos públicos.

Este relatório foi dividido em três partes. Na primeira, *Análise de estudos: conteúdos e tendências*, examinaram-se os documentos mais atuais que discutem a dinâmica e a rede de cidades do país — *Configuração atual e tendências da rede urbana e Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*, ambos da Série *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*; *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008*;

*Regiões de influência das cidades: 2007 (Regic 2007)* —, observando, particularmente, como a Bahia foi tratada em cada um deles. Além disso, à luz de outros estudos que têm como objeto central a dinâmica urbana baiana, apresentou-se e discutiu-se a hierarquia dos centros urbanos desse estado proposta por cada um daqueles documentos, bem como suas convergências e divergências quanto a resultados, conceitos e metodologias.

Na segunda parte, intitulada *Análise da dinâmica urbana regional do estado da Bahia*, o propósito foi discutir estudos e indicadores que revelassem os aspectos mais recentes da sua dinâmica urbana, considerando tanto os fatores econômicos quanto demográficos. Buscou-se, para isso, analisar o estado pela perspectiva de seus municípios e regiões, estabelecendo relações entre essas distintas escalas espaciais. Houve preocupação, também, com discussões sobre distribuição da economia; tendências de crescimento econômico; centralidade; importância do tamanho da população; tendências de concentração demográfica; e relação entre portes demográfico e econômico. Dada a diversidade de informações apresentadas, essa segunda parte foi subdividida. O primeiro item que a compõe foi voltado à exposição das principais linhas metodológicas e indicadores que constam deste relatório. Seguem-se os itens *Espacialização da economia baiana a partir do PIB; Principais tendências de distribuição da população na Bahia e Indicadores de infraestruturas social e urbana*.

Na sequência, as *Considerações finais*. Nesse item, elaborou-se uma síntese das principais tendências evidenciadas a partir dos levantamentos realizados neste relatório. Por fim, considerando as análises postas, em *Proposições para atualização da rede urbana do Brasil*, traçaram-se algumas proposições para possíveis desdobramentos da pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados.



# 1

## **Análise de estudos: conteúdos e tendências**

Nos últimos anos, diferentes estudos têm sido desenvolvidos por instituições e autores nacionalmente reconhecidos, voltados à análise das transformações que vêm ocorrendo na dinâmica e estrutura urbana nacionais. Para tanto, esforços foram empreendidos no sentido de caracterizar, estabelecer tipologias, identificar hierarquias e relações entre os centros urbanos. Igualmente, instituem-se discussões e reflexões sobre os processos e agentes que, ao longo das últimas décadas, contribuíram para a estruturação da rede urbana nacional. Entre esses trabalhos, dada a abrangência e o nível de detalhamento, três podem ser destacados: *Configuração atual e tendências da rede urbana, Regic 2007* e *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008*. Esses estudos, como analisado mais detalhadamente no Relatório I, caracterizaram e apontaram modificações na rede urbana brasileira. Além disso, classificaram os centros urbanos brasileiros a partir de

um conjunto de indicadores<sup>1</sup> (alguns comuns a todos os estudos, e outros, não), com o intuito de estabelecer centralidades e integração, hierarquia e especialização funcional.

Nos estudos *Configuração atual e tendências da rede urbana* e *Regic 2007*, visava-se compreender a rede de cidades do Brasil e sua capacidade de organizar o território em regiões. Embora ambos tenham sido assentados na teoria das localidades centrais, o primeiro utilizou os dados preliminares do Regic 1993 como subsídio e enfatizou a classificação das cidades por tamanhos populacionais, especialização funcional, nível de dependência e autonomia em relação a outros centros. O estudo possui análises quantitativas — com a combinação de um conjunto de indicadores sociais e econômicos, tratados com sofisticada metodologia estatística —, somadas a levantamentos históricos, estudos de dinâmica e política econômica regional, e informações qualitativas, obtidas junto a órgãos governamentais e especialistas, permitindo estabelecer uma hierarquia para as cidades brasileiras.

---

1 Os indicadores utilizados nesses estudos são, principalmente, extraídos de pesquisas, como as elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como de levantamentos e registros realizados por empresas públicas e instituições representativas, entre outras. Fundamentalmente, importa destacar que os dados que baseiam tais análises não se referem exclusivamente à área urbana, tampouco as cidades. Boa parte deles tem como unidade de referência o município. Essa situação não impacta sobremaneira a compreensão dos processos existentes nas áreas mais urbanizadas e densas. Todavia, para as cidades médias e pequenas, no que se refere a aspectos demográficos e funcionais, os dados podem proporcionar uma visão equivocada da realidade, sendo preciso tratá-los de forma detalhada, buscando referenciais que contribuam para sua compreensão. É preciso lembrar ainda que os indicadores sociais constituem-se em “[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2002, p. 54).

No *Regic 2007*, a função de gestão do território foi o prisma pelo qual se identificaram, analisaram e classificaram os centros urbanos. A partir disso, foram definidas as suas áreas de influência. A proposta metodológica adotada para o desenvolvimento desse trabalho, como já ressaltado no *Relatório I*, baseou-se na noção de comando e controle, entendida como a presença de órgãos da gestão pública federal e empresarial. Pressupôs-se que a intensidade dessa presença interfere na capacidade de cada um desses centros em propagar decisões, destinar investimentos e definir outras relações. Disso resultou uma relação vertical, hierárquica, entre as cidades. Igualmente, entendeu-se que há complementaridade entre os centros, que, por isso mesmo, mantêm relações horizontais entre si. Essa complementaridade se efetiva em função da especialização produtiva, divisão funcional de atividades e oferta de serviços diversos em locais distintos. Por essa lógica, coexistem, portanto, redes hierárquicas e não hierárquicas de cidades.

Esses pressupostos teóricos permitiram classificar os centros urbanos brasileiros de acordo com a função de gestão do território em três dimensões: níveis de centralidade da gestão pública federal; níveis de centralidade da gestão empresarial; e a presença de alguns tipos de equipamentos e serviços. Para identificar suas áreas (ou regiões) de influência, consideraram-se as relações estabelecidas pelos centros urbanos a partir, mais uma vez, da análise combinada de três eixos: a gestão pública federal; a gestão empresarial e a prestação de serviços de saúde.

Comparando-se o estudo *Configuração atual e tendências da rede urbana ao Regic 2007*, verificou-se que foram utilizados métodos e indicadores distintos para delimitar as áreas de influência dos centros urbanos, sua importância na estruturação do espaço local e regional e sua capacidade de oferecer

serviços e bens a um determinado conjunto de municípios, contíguos ou não.

Já o estudo *Dimensão territorial para o planejamento* — com um caráter mais prospectivo, por ter a finalidade de fundamentar o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 — possui uma abordagem cujo conceito fundamental é o de território<sup>2</sup>. Nesse trabalho, pretendeu-se identificar uma regionalização (ou territorialização) que expressasse mais apropriadamente a dinâmica recente do país, partindo-se da noção de região de polarização, isto é, da delimitação dos polos econômicos e suas respectivas áreas de influência. É válido mencionar que lhe serviram como subsídio as orientações estratégicas do Plano Plurianual 2004-2007; as diretrizes apresentadas pela Agenda Nacional de Desenvolvimento; documentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano da Amazônia Sustentável (PAS), entre outros documentos voltados para o estudo do desenvolvimento regional. Observe-se ainda que o trabalho *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil e o Regic 2007*, este último em versão preliminar, também compuseram o referencial teórico-metodológico do documento *Dimensão territorial para o planejamento*. Para fins prospectivos, foram agregadas à análise desses documentos algumas variáveis socioeconômicas, por meio das quais identificaram-se seis conjuntos territoriais,

---

2 Conforme o estudo *Dimensão territorial para o planejamento*, território é um produto e um meio para a prática espacial “[...] que inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço e implica a noção de limite – componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço” (BRASIL, 2008, p. 29). O estudo trata, também, do conceito de Territórios da Estratégia, que “[...] são territórios abrangentes definidos como tais por realçar os traços fundamentais da organização territorial do país. Justificam-se no estudo por servirem de base para o delineamento dos vetores estratégicos de desenvolvimento, relacionando-se com as escalas macro e sub-regionais que referenciam as carteiras de investimento” (BRASIL, 2008, p. 29).

definindo-se cinco vetores estratégicos de desenvolvimento para cada um.

Outro importante ponto da metodologia do estudo *Dimensão territorial para o planejamento* foi o uso do modelo gravitacional, proposto por Isard<sup>3</sup>, para a identificação das regiões de polarização. Por meio dele, identificaram-se os polos entre as unidades territoriais e definiu-se a sua capacidade de “atuação” frente às demais. Verificou-se ainda que, nesse estudo, conforme o referido modelo, o conceito de região foi associado à definição de lugar central ou centro urbano. Acrescente-se que, ao seguir a lógica nele estabelecida, ignorou-se, para efeito da proposição das ações e definição regional, a divisão político-administrativa do país. Em outras palavras, novas regiões foram elaboradas considerando as estratégias de desenvolvimento econômico, e o centro urbano foi entendido como capaz de capitanear a organização da região ou espaço econômico. O resultado da aplicação dessa metodologia foi a elaboração de uma regionalização para o Brasil em duas escalas: uma macrorregional e a outra sub-regional. Essas escalas serviriam, conforme os autores, como subsídios para a articulação de políticas públicas, bem como para a escolha e alocação de investimentos.

Ao analisar os resultados desses estudos, verificaram-se algumas convergências e divergências. Considerando-se especificamente a Bahia, notou-se que em *Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil*, publicado em 2001<sup>4</sup>, Salvador (capital do estado) foi considerada como uma Aglomeração Urbana

---

3 O modelo gravitacional de Isard “[...] baseia-se no princípio do campo de forças de Newton, isto é, entre duas cidades onde se desenvolvem atividades humanas existe uma força de interação que é função direta do tamanho de suas populações e função inversa da distância que as separam” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997, p. 101).

4 No estudo foram utilizados dados do período 1991-1998.

Metropolitana<sup>5</sup> e classificada como Metrópole Nacional — segundo nível de gestão territorial no quadro proposto nesse trabalho. Observe-se que num patamar superior ao da capital baiana, no primeiro nível de gestão territorial, estavam apenas São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas metrópoles globais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001a).

No volume desse estudo dedicado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, verificou-se a importância do porte demográfico como o principal parâmetro para a estrutura o de rede urbana baiana<sup>6</sup>. O indicador são não foi preponderante no caso de cidades pertencentes   Região Metropolitana de Salvador (RMS) — a exemplo de Madre de Deus — ou quando se identificou grande proximidade e forte liga o funcional de um centro menor com outro de importância regional (Aglomerado Urbano Não Metropolitano). Uma terceira possibilidade de relativizar a prevalência do porte ocorreu quando, em uma dada cidade, se verificaram condi es para a prática de uma atividade econômica específica, tal como turismo (novas territoria-

lidades). No Quadro 1, observam-se os municípios da Bahia na hierarquia construída pelo IPEA. Note-se que, do total dos 415 municípios então existentes, apenas 54 foram considerados importantes na rede nacional, o menor deles com 9.689 habitantes, em 1996.

Ainda conforme *Caracteriza o e tendências da rede urbana do Brasil*, a região de influência de Salvador abrangia, no período enfocado, além dos municípios da RMS, a aglomera o urbana de Feira de Santana, chegando até o estado de Sergipe. Concentrava-se na porão costeira da Bahia, mas com algum alcance nas áreas além-São Francisco (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001b).

A rede urbana de Salvador polarizava, ao todo, 8,0% dos municípios do país. Comparada às demais redes do Nordeste, era menos densa que a do Recife, que agrupava aproximadamente 10,0% do total de municípios brasileiros — fato também identificado pelo *Regic 2007*. Os núcleos urbanos integrantes da rede urbana de Salvador tinham, em média, popula es inferiores a 20 mil habitantes e taxa de urbaniza o de cerca de 64% — abaixo da média nacional, que era de 78,5% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001a). Além disso, essa rede foi caracterizada como um sistema urbano-industrial em fase de consolida o. Isso porque, além do modelo econômico existente, contava com elevado incremento populacional urbano, assim como outras redes do Nordeste, diferentemente do que ocorria com os principais sistemas da região Sudeste.

No *Regic 2007*, foi apresentada uma hierarquia urbana distinta da proposta contida no estudo coordenado pelo IPEA, com maior subdivisão da categoria Metrópole. Nessas circunstâncias, São Paulo apareceu como a

5 Aglomerado Urbano Metropolitano   um dos dois tipos de aglomera o urbana tratados no estudo *Caracteriza o e tendências da rede urbana do Brasil*. São manchas urbanas que concentram grande contingente populacional, compostas por mais de um município e seu entorno (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001a).

6 Nesse ponto, cabe assinalar que estudos sobre dinâmica demográfica realizados para a Bahia, considerando os dados de 1980, 1996 e 2000, indicaram que o resultado da Contagem de 1996 apresentou discrepâncias quanto aos números absolutos de habitantes e ao grau de urbaniza o. Em rela o a esse último indicador, evidenciou-se que, em mais de 60% dos municípios baianos, os níveis de urbaniza o foram impulsionados em boa medida pela expansão de perímetros urbanos e não necessariamente por migra o.   oportuno destacar ainda que parte desses municípios apresentava, mesmo em 2000, popula es inferiores a 50 mil habitantes (DIAS, 2003). Contudo,   inegável a tendência ao crescimento das cidades pequenas e médias, além da eleva o dos níveis de urbaniza o.



Grupo 1			Grupo 2			Grupo 3			Grupo 4
Metrópole nacional	Aglomerados urbanos metropolitanos		Aglomerados urbanos não metropolitanos			Centros urbanos regionais			Novas territorialidades
	Ordem 1	Ordem 2	Ordem 1 (1)	Ordem 2	Ordem 3	Ordem 1	Ordem 2	Ordem 3	
Salvador	-	<b>Salvador</b> (Salvador, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, São Sebastião do Passé, d'Ávila, Cachoeira, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Itaparica, Madre de Deus).	-	<b>Feira de Santana</b> (Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe; Amélia Rodrigues e Conceição da Feira); <b>Ilhéus/Itabuna</b> (Ilhéus e Itabuna).	<b>Petrolina</b> (Petrolina/PE e Juazeiro) <b>Teixeira de Freitas</b> (Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro); <b>Santo Antonio de Jesus</b> (Santo Antonio de Jesus, Santo Amaro, Cruz das Almas e Nazaré).	Vitória da Conquista, Jequié, Alagoinhas, Barreiras, Jacobina e Guanambi.	Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha, Valença, Itamaraju, Brumado, Itaberaba, Itapetinga, Conceição do Coité e Irecê.	Ipirá, Campo Formoso, Euclides da Cunha e Monte Santo.	Lençóis, Andaraí, Nova Viçosa, Caravelas, Prado, Conde e Santa Cruz Cabralia.

**Quadro 1**  
**Classificação dos principais centros baianos na rede urbana brasileira, segundo o estudo *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste***

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001b.  
(1) A Bahia não possuía cidades listadas nessa categoria, conforme definição do estudo.

única classificada no primeiro nível da hierarquização de cidades brasileiras: Metrópole Global. Rio de Janeiro e Brasília foram postas no segundo nível, como metrópoles nacionais. Salvador, em conjunto com mais oito centros urbanos, foi classificada no terceiro nível, como Metrópole (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). Em relação à rede urbana do estado da Bahia, outras cidades destacadas no *Regic 2007* foram Feira de Santana, Vitória da Conquista e o bipolo urbano Ilhéus-Itabuna. Conforme o Quadro 2, além do nível de Metrópole, havia centros em outros sete níveis hierárquicos (exceto em Capital Regional A, que era ocupada pela capital sergipana).

Pelo exposto, na comparação dos resultados do estudo *Caracterização e tendências*

*da rede urbana do Brasil com os do Regic 2007*, evidencia-se que, nesse último, a Bahia não apresentava centros urbanos classificados em nível imediatamente inferior ao de Metrópole<sup>7</sup>. Seguiu-se, por ordem de importância, a aglomeração urbana não metropolitana de Feira de Santana. Foi observada sua forte ligação com Salvador e sua importância como entreposto comercial. Tratava-se da segunda maior cidade da Bahia, demograficamente, e concentrava

<sup>7</sup> É importante ressaltar a diferença metodológica desses estudos para compreender seus resultados. Porém, cabe lembrar que, no trabalho desenvolvido pelo IPEA, a população considerada foi a obtida pela Contagem Populacional de 1996, enquanto que no realizado pelo IBGE trabalhou-se com o Censo de 2000. Note-se que, no caso da Bahia, entre 1991 e 2000 houve significativo crescimento da população urbana (ainda que menos intenso do que em 1980-1991), verificado, especialmente, nas suas cidades médias e pequenas.

Metrópole	Capitais regionais			Centros subregionais		Centros de zona		Centros locais
	Capitais regionais A (1 cidade)	Capitais regionais B (4 cidades)	Capitais regionais C (2 cidades)	Centros subregionais A (7 cidades)	Centros subregionais B (9 cidades)	Centros de zona A (11 cidades)	Centros de zona B (20 cidades)	
Salvador.	Aracaju (SE).	Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (BA) - correspondentes a 15% do total dessa categoria de centros urbanos no país.	Juazeiro e Barreiras (BA) - que representam 15% do total brasileiro.	Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas (BA) - o que equivale a 8, 23% do total do país.	Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cruz das Almas, Eunápolis, Itabirama, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Valença (BA) e Itabaina (SE) - que correspondem a 11,39% do total dessa categoria no Brasil.	Caetité, Camacan, Conceição do Coité, Ipiaú, Itapetinga, Macaúbas, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Serrinha e Xique-Xique (BA), Ouricuri (PE), Estância, Largato, Nossa Senhora da Glória e Propriá (SE) - correspondendo a 6,25% do total brasileiro.	Amargosa, Barra, Boquira, Caculé, Capim Grosso, Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Gandu, Ibicaraí, Ibotirama, Jaguaquara, Livramento de Nossa Senhora, Nazaré, Paramirim, Poções, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Santana, Serra Dourada e Valente (BA), Belém de São Francisco (PE), Canidém de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores (SE), Pedra Azul (MG) - sendo que a Bahia apresenta 5,49% do total do país.	São 167 cidades os centros locais baianos - representando 3,73% do total dos existentes no país.

**Quadro 2**  
**Rede urbana da Bahia segundo o estudo *Regiões de influência das cidades: 2007***

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008.

6% do PIB estadual. Já a aglomeração urbana de Ilhéus-Itabuna, localizada na zona do cacau, enquadrada, à semelhança de Feira de Santana, como Centro Sub-regional 1, registrava 9% do

PIB baiano. Considerou-se que essas cidades se constituíam em um bipolo urbano, exercendo influência sobre sedes menores, integrantes da cadeia produtiva do cacau e do

turismo na região. Quanto à aglomeração de Juazeiro-Petrolina (BA/PE), Centro Sub-regional, notou-se um incremento no dinamismo econômico a partir da década de 1980, sobretudo no setor da fruticultura irrigada, baseada em técnicas mais modernas de produção destinada ao mercado nacional e internacional.

Ainda em relação aos resultados do estudo *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, Teixeira de Freitas — abarcando Eunápolis e Porto Seguro — e Santo Antônio de Jesus foram enquadrados como aglomerados urbanos não metropolitanos de terceira ordem (Quadro 1). Em relação a esses municípios, ressaltaram-se o elevado crescimento demográfico e a ampliação acelerada da urbanização no complexo Teixeira de Freitas-Eunápolis-Porto Seguro, entre os anos 1980 e 1990. Tal situação foi associada à sua apropriação para fins turísticos, aos investimentos na celulose e à modernização da pecuária bovina, que resultaram no incremento no setor terciário. Por sua vez, com forte dinamismo nesse último setor, a aglomeração de Santo Antônio de Jesus possuía como função primordial concentrar e redistribuir os excedentes da produção agrícola das cidades do Recôncavo baiano. Contudo, sua dinamização foi limitada pela falta de investimentos em infraestruturas impulsionadoras da expansão de atividades econômicas aí desenvolvidas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001b).

Já no *Regic 2007*, abaixo do nível de Salvador (Metrópole) viria Aracaju/SE (Capital Regional A), enquanto as sedes municipais de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna seriam de terceira ordem (capitais regionais B). Ademais, a análise dos resultados dessa pesquisa demonstra que a Bahia apresentava um dinamismo que a colocava em posição de liderança na rede urbana do

Nordeste. Todavia, parte dos seus municípios era polarizada pela rede urbana da cidade do Rio de Janeiro, que alcançava o extremo sul do estado. Quanto à região oeste baiana, era liderada por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, cidades que se encontravam vinculadas à rede urbana de Brasília. A porção norte do estado, por sua vez, estabelecia fortes relações com a rede urbana do Recife. Tal situação não causa estranheza: além das questões associadas ao seu processo de desenvolvimento econômico e à forma como as diferentes estruturas produtivas foram distribuídas espacialmente, a extensão territorial da Bahia, bem como a localização de Salvador e das principais vias estaduais de circulação, produziram, historicamente, estreitas relações de alguns municípios baianos com outros estados, notadamente com aqueles com os quais fazem fronteira.

De modo geral, pode-se afirmar, com base nos quatro estudos Regic elaborados pelo IBGE nos últimos 40 anos, que a rede urbana da Bahia tem mantido a mesma estrutura, com poucas modificações em sua hierarquia. Exemplos de mudanças são a ascensão da cidade de Barreiras ao grupo das sete cidades baianas mais importantes e a relativa perda de importância de Jequié, em função das transformações ocorridas na espacialização da produção econômica do estado nas últimas duas décadas. Salvador se mantém em sua posição de Metrópole, estendendo sua influência ao estado vizinho de Sergipe (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Esses resultados indicaram que, embora adotando critérios distintos, *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* e *Regic 2007* registraram um “hiato urbano” entre Salvador e as cidades médias baianas. Essa avaliação está em consonância com vários estudos locais (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997; PORTO, 2003; DIAS, 2003).

Outra convergência relativa diz respeito a Jequié e Alagoinhas, que em *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* foram classificadas como centros urbanos regionais de primeira ordem, enquanto que no *Regic 2007* foram consideradas como centros sub-regionais (Jequié no nível A e Alagoinhas no B), como demonstram os quadros 1 e 2.

Contrariamente, as sedes municipais de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna, que figuraram como cabeças de redes secundárias no *Regic 2007*, na pesquisa realizada pelo IPEA, pelo IBGE e Unicamp (2001b) mostraram-se niveladas a outras sedes de menor centralidade. Tal dado pode simplesmente sinalizar mudanças na dinâmica territorial, geradoras de diferenças na funcionalidade urbana para esses quatro centros urbanos, entre si e relativamente aos demais. Além disso, suas posições observadas naquela pesquisa também não convergem com diversas análises das dinâmicas intraestaduais baianas. Feira de Santana figura como a segunda maior população do estado e apresenta papel de destaque na sua atividade econômica. Ainda é importante ponto de conexão viária entre o Sudeste e o Nordeste, tal como atestado pela referida pesquisa e por estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997), entre outros trabalhos. De fato, trata-se da segunda área urbana da Bahia. Em menor escala, próxima à fronteira baiana com Minas Gerais, Vitória da Conquista é a maior cidade do sudoeste, com ampla área de influência.

Por sua vez, o estudo da *Dimensão territorial para o planejamento*<sup>8</sup> classificou Salvador

como centro de uma das 11 macrorregiões existentes no país, ou seja, parte da rede principal de cidades. Nesse grupo figuravam também as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus, Recife e São Paulo. Em um segundo nível estava, no semiárido, Vitória da Conquista e as cidades mineiras de Montes Claros e Teófilo Otoni. Elas formavam uma rede urbana triangular com o objetivo de integrar as regiões do norte de Minas, da Bahia e o Vale do Jequitinhonha-Mucuri. No semiárido central, os subpolos de Juazeiro/Petrolina (BA/PE), Ceará Meridional (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, o “Crajobá”) e Souza/PB formariam uma outra rede, com o propósito de dinamizar esse território (BRASIL, 2008). Em relação à lógica que presidiu a configuração dessas redes, formadas por centros de diferentes unidades da Federação, cabe acrescentar que o território baiano foi dividido, com suas partes integradas a três regiões, a saber:

- Sertão Semiárido Nordeste – área com ecossistema predominantemente de caatinga, caracterizada pela ocupação relativamente rarefeita, com elevado nível de pobreza e baixo potencial econômico. O perfil identificado para essa região indica tendência para oportunidades produtivas, sobretudo em projetos de irrigação, uma nova fronteira agrícola na faixa dos cerrados e atividades industriais de bens de consumo de massa na linha de confecções ou outros produtos.
- Litoral Norte-Nordestino – caracteriza-se por elevado grau de urbanização, alta densidade urbana e baixo nível de renda da população. Salvador e outras metrópoles localizam-se nesta região, para a qual o estudo sugeriu a implantação de “[...] um programa de desenvolvimento que assegure a criação de riqueza e ocupação, baseado em atividades urbano-industriais, em serviços e em potenciais especiais, a exemplo do turismo [...]” (BRASIL, 2008, p. 87).

<sup>8</sup> É válido lembrar que, além de uma proposta de regionalização, esse estudo teve como objetivo subsidiar a abordagem da dimensão territorial para o planejamento nacional no horizonte de 20 anos, identificando a distribuição da capacidade produtiva, da infraestrutura, da rede de oferta e de serviços, dos fluxos migratórios, dos impactos territoriais de novas tecnologias, entre outras perspectivas.

- Centro-Norte – compreende os cerrados orientais, com menor nível de desenvolvimento e de renda da população e condições climáticas desfavoráveis. O estudo sugere, para esta região, a implementação de experiências e alternativas tecnológicas que combinem inclusão social e transformação ambiental monitorada, que podem também ser reproduzidas em outras regiões semiáridas (BRASIL, 2008).

Em síntese, ressalta-se que as principais convergências metodológicas dos três estudos foram o destaque dado ao tamanho populacional da cidade ou aglomeração, a análise das suas funções e a aplicação da noção de densidade econômica dos territórios polarizados. No que diz respeito a resultados, observou-se concordância na definição dos principais centros urbanos dos sistemas regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza). Quanto às características da rede, em *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* entendeu-se que, embora apresentando aspectos similares aos dos demais integrantes do sistema urbano do Nordeste, os índices de crescimento econômico da Bahia, nas décadas de 1980 e 1990, apresentaram médias acima da nacional, o que teve reflexos na intensificação de sua dinâmica urbana. Com relação à aglomeração urbana metropolitana de Salvador, confirmou-se sua absoluta primazia em relação às demais do estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008.).

Em linhas gerais, a análise da rede urbana da Bahia, pela comparação entre os três estudos, pode ser assim sintetizada: em *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, o estado foi compreendido como um sistema hierárquico composto por cinco níveis, para os quais foram definidas características e tendências; no *Regic 2007*, cerca de 220 cidades foram classificadas na rede urbana baiana, hierarquizando-as também em cinco grandes níveis, apesar de essa pesquisa totalizar nove níveis hierárquicos;

e, por fim, no estudo da *Dimensão territorial para o planejamento*, com a Bahia desagregada por três regiões, destacavam-se, além de Salvador, Vitória da Conquista, Barreiras e o bipolo Juazeiro-Petrolina num segundo nível hierárquico. Ademais, esses trabalhos evidenciaram a forte liderança exercida pela capital do estado, com uma área de influência que ultrapassa os limites oficiais da Bahia.

Na busca por uma análise comparativa, tanto da estrutura quanto da base teórico-metodológica entre, de um lado, os trabalhos da *Série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, o Regic 2007 e o Estudo da Dimensão territorial para o planejamento* e, de outro, trabalhos realizados no âmbito da Bahia, destacaram-se, nesse último caso, alguns trabalhos: Programas de Desenvolvimento Regionais Sustentáveis (PDRS), de 1997, elaborados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)<sup>9</sup>; e os volumes da *Série Estudos e Pesquisa (SEP) — Cidades da Bahia*, de 1997, e *Desenvolvimento e território na Bahia*, de 2003, de autoria de Edgard Porto — ambos publicados pela SEI.

Os PDRS, em conjunto com outros programas que utilizaram o modelo de planejamento fundamentado no paradigma da sustentabilidade, constituem-se em propostas voltadas ao desenvolvimento regional de longo prazo, visando menor exclusão social, efetiva participação da sociedade e maior responsabilidade ambiental. Nesses estudos, as unidades espaciais utilizadas foram as regiões econômicas do estado da Bahia (15 regiões)<sup>10</sup>, então oficialmente adotadas pelo sistema de planejamento estadual.

<sup>9</sup> Empresa vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia (Sedir).

<sup>10</sup> Para maiores informações sobre essas regiões, ver, por exemplo, o volume *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*, publicado pela SEI em 2003. Essa divisão regional do estado, para fins de planejamento, foi oficialmente substituída, a partir de 2007, por 26 territórios de identidade.

A importância dos PDRS reside na aderência de seus objetivos com os deste estudo: propor uma rede urbana funcional e hierarquizada. Mesmo considerando que cada um dos PDRS possui especificidades, no geral os estudos seguiram uma linha de trabalho semelhante. Além disso, cada relatório foi estruturado em três partes. Nas partes I e II, foram apresentados, respectivamente, o contexto geral para formulação do programa, incluindo a apresentação do perfil regional, e os métodos e instrumentos utilizados. Na parte III, explanou-se sobre a estrutura e o sistema de gestão do programa. Foi proposta a estratégia de desenvolvimento regional sustentável, sendo relacionados todos os projetos idealizados, classificados em estruturantes, produtivos e sociais. Como estratégia metodológica, em cada PDRS foi criada uma classificação por “subespaços” dentro das regiões econômicas e estabelecida uma hierarquia de cidades, considerando a interdependência entre os centros urbanos mais importantes de cada região e sua área de influência. Foi empregado, na maioria dos casos, como referência principal, o modelo “gravitacional-potencial” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997), uma variante do “modelo gravitacional” de Isard utilizado pelo *Estudo da dimensão territorial para o planejamento*.

Para a aplicação desse modelo, foram estabelecidos os seguintes critérios: cidades que tinham em 1991, ou em 2000, populações urbanas acima de 5 mil habitantes (devido ao número de cidades baianas com população inferior a 10 mil habitantes); cidades fora da região de estudo, mas que, provavelmente, polarizavam determinadas porções dessa região, pois possuíam populações consideráveis e se localizavam em áreas próximas às fronteiras do espaço regional estudado, inclusive em outras unidades federativas, formando uma única aglomeração urbana; quilômetro

como unidade de medida para distância entre as cidades, considerando os seguintes coeficientes: estrada asfaltada = 1 e estrada não asfaltada = 2 (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1997)<sup>11</sup>.

Segundo o relatório elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (1997), outros condicionantes para a delimitação dos subespaços foram: acesso a um meio de comunicação que permitisse sua ligação com o resto da região; continuidade espacial na área estudada (isto é, no ponto limite de um subespaço deveria iniciar-se a área de outro); envolver toda a região em foco; uma determinada área não deveria pertencer simultaneamente a dois ou mais subespaços; e conter certo número de municípios, com ao menos um centro urbano que se caracterizasse por polarizar uma área em um determinado nível hierárquico. A depender da extensão da região, a aplicação desses procedimentos resultou na identificação das seguintes categorias hierárquicas: um Centro Regional, um Centro Sub-regional, dois ou mais centros zonais, dois ou mais centros subzonais e vários municípios componentes. Ainda que os quantitativos dessas categorias sejam diferentes a depender de cada Centro Sub-regional, a hierarquização funcional definida no PDRS da região de Serra Geral (Quadro 3) serve como exemplo.

Ainda buscando correlacionar a estrutura e a base teórico-metodológica apresentada pelos três estudos básicos, foram analisadas duas publicações da *Série Estudos e Pesquisa*, uma de autoria de técnicos da SEI — *Cidades da Bahia* (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997) — e outra de Edgard Porto — *Desenvolvimento e território na Bahia* (SUPERINTENDÊNCIA

<sup>11</sup> No PDRS, justificou-se a utilização do peso 2 para estradas não asfaltadas devido à dificuldade (ou grau de sacrifício) de uma pessoa se deslocar por esse tipo de estrada.

Centro regional	Centro subregional (1)	Centro de zona (1)	Centro de subzona (1)	Municípios componentes
Salvador	Vitória da Conquista	Guanambi	Guanambi	Candiba, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi.
			Brumado	Aracatu, Brumado, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras e Tanhaçu.
			Caculé	Caculé, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida e Rio do Antônio.
		Caetité	Caetité, Ibiassucê, Igaporã e Lagoa Real.	
		Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Condeúba, Cordeiros, Maetinga, Mortugaba, Pripipá e Presidente Jânio Quadros.

### Quadro 3 Hieraquização funcional definida no PDRS de Serra Geral

Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (1997).

(1) As categorias Centro Sub-regional, Centro de Zona e Centro de Subzona recebem o nome do principal centro urbano em cada escala trabalhada.

DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003). Esses trabalhos têm sua importância reconhecida em âmbito estadual, dada a quantidade e a qualidade das informações e análises, obtidas por meio da discussão da relação entre a dinâmica urbana e os movimentos gerais da economia, em contextos historicamente determinados. Com isso, viabilizou-se a compreensão das alterações funcionais e estruturais de diversas cidades baianas. Além disso, traçaram-se perspectivas de desenvolvimento.

Em *Cidades da Bahia* (1997), trabalhou-se com as principais sedes municipais do estado, tendo como pressuposto a análise da relação entre produção e organização do território. Para identificar os papéis por elas exercidos na rede estadual, ressaltou-se a necessidade de “[...] reconhecer o caráter dos fluxos econômicos responsáveis pelo seu funcionamento, indiferentemente da origem desses fluxos” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA

BAHIA, 1997, p. 21). Nesse sentido, foi calculado um Índice do Produto Municipal (IPM) que pudesse medir a produção econômica em cada município, refletir a densidade espacial dos fluxos econômicos municipais e exprimir em níveis hierárquicos a espacialização da produção. As informações utilizadas para compor o IPM foram as estimativas do valor agregado da agropecuária e do setor de serviços (exceto o setor comercial) e as informações do Projeto de Contas Regionais para os 415 municípios.

A concepção teórico-metodológica utilizada em *Cidades da Bahia* foi pautada na perspectiva de que o estudo estabeleceria o porte e a hierarquia das cidades, sendo necessário, para tanto, investigar como os fluxos econômicos se utilizavam desses espaços. Nessa perspectiva, foram analisados cinco tipos de fluxos: depósitos bancários; ligações telefônicas; salários pagos pelo governo da Bahia e benefícios pagos pelo INSS; população das sedes dos municípios baianos; e



consumo de energia elétrica (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997).

O uso desses procedimentos resultou na identificação das 28 cidades baianas mais importantes na rede estadual, classificadas em dois níveis hierárquicos. No primeiro nível ficaram as dez consideradas como a rede urbana principal da Bahia: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras. Observe-se que parte delas também foi selecionada nos trabalhos de âmbito nacional numa categoria considerada, de forma generalizada, como secundária. No segundo nível hierárquico ficaram os 18 municípios restantes: Jequié, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Jacobina, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Serrinha, Cruz das Almas, Brumado, Irecê, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba.

Nesse trabalho, chamou-se a atenção para a discrepância entre os dois grupos de cidades. As do primeiro nível concentravam quase 50% da população urbana; 94% das unidades de ensino superior; 75% dos médicos; 60% dos dentistas; e sediavam 90% das emissoras de televisão aberta. Já as do segundo nível foram responsáveis por apenas 4% dos depósitos bancários e 5% da produção, além de contarem com apenas 7% dos médicos e 8% dos dentistas do estado da Bahia (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997).

Em *Desenvolvimento e território na Bahia* (PORTO, 2003), apesar de se retomar a proposta metodológica contida em *Cidades da Bahia*, houve alguns avanços na construção teórico-metodológica, principalmente por formatar e apresentar um projeto pelo qual a rede de cidades da Bahia fosse alvo de intervenções que potencializassem o desem-

penho das funções identificadas para cada centro no estudo anterior. Para tanto, foram aplicados alguns indicadores produzidos pela própria SEI para o conjunto dos 28 municípios mais importantes do estado: o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE); o Índice de Desenvolvimento Social (IDS); o Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico (IGDS) — calculado a partir da média geométrica do IDE e do IDS — e o PIB municipal, responsável por expressar o desempenho da produção local, permitindo “reconhecer o processo de desenvolvimento” provocado pelas intervenções públicas e investimentos privados.

Ao comparar esses dois estudos específicos com os de âmbito nacional, notou-se que eles caminharam na mesma perspectiva do trabalho *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil e do Regic 2007*. Adotaram pressupostos semelhantes, consideraram a existência de uma hierarquia na rede de cidades e apresentaram resultados convergentes, quando não similares. E isso ocorreu ainda que os modelos e indicadores empregados não tenham sido coincidentes. Acredita-se que os elementos que realmente assinalaram diferenças entre os estudos foram as categorias hierárquicas nas quais se agruparam os principais centros urbanos brasileiros e baianos. Outro ponto que pode ter gerado diferenças em parte dos resultados se refere à escala de análise. O conhecimento das realidades e dinâmicas mais específicas dificilmente é captado por estudiosos que pretendam dar conta da totalidade nacional.

Por essa lógica comparativa, cidades como Eunápolis e Teixeira de Freitas já se destacavam, desde a década de 1990, na região sul da Bahia (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997). No âmbito estadual, foram classificadas, ao lado de Vitória da Conquista, Feira de Santana, Juazeiro, Barreiras, Jequié, Itabuna e Santo Antônio de Jesus, como cidades comerciais

de porte interestadual (PORTO, 2003). Assim, em *Cidades da Bahia* e em *Desenvolvimento e território na Bahia*, essas cidades ocupavam o mesmo nível hierárquico, o que não ocorreu nos estudos de âmbito nacional.

Ressalte-se, ainda, que os estudos nacionais, devido ao seu grau de abrangência e critérios utilizados — sobretudo os referentes a classes de população —, não conseguiram identificar centros urbanos importantes para o semiárido baiano, região conhecida como “miolo da Bahia”. Mesmo que bastante extensa, representando quase 70,0% do território estadual, essa região teve apenas as cidades de Guanambi, Irecê e Jacobina — em um universo de, aproximadamente, 260 municípios — avaliadas como detentoras de uma maior condição de centralidade extramunicipal pelos estudos nacionais. Essa situação não corresponde aos resultados apresentados pelos estudos locais, que identificaram nessa região, além das três cidades citadas, mais quatro centros urbanos: Bom Jesus da Lapa, Brumado, Itaberaba e Senhor do Bonfim.

Em síntese, as análises realizadas pelos diversos trabalhos revelaram um quadro de “desconcentração concentrada”, no qual os centros urbanos baianos mais importantes estão localizados, historicamente, ao longo do litoral — notadamente no entorno metropolitano de Salvador e no Recôncavo baiano — e, mais recentemente, nos extremos do território baiano. Essa configuração foi identificada tanto nos estudos nacionais quanto nos locais. Assim, no norte, há as cidades de Juazeiro e Paulo

Afonso; no sudoeste, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Guanambi e Brumado; no extremo sul, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro e Itamaraju; e no oeste, área de desenvolvimento e adensamento bastante recente, ganha destaque a cidade de Barreiras.

O que se pretendeu alcançar com os estudos sobre a rede urbana brasileira foi a otimização de investimentos públicos e privados em equipamentos, serviços e infraestrutura voltados para o desenvolvimento das potencialidades das aglomerações urbanas, considerando suas funções e capacidades de organização espacial. Portanto, procurou-se observar os critérios e indicadores utilizados para tais análises, de modo que se obtivesse um resultado que refletisse de forma fidedigna a realidade de cada unidade federativa.

Em se tratando da rede urbana baiana, concluiu-se que as cidades identificadas pelos estudos básicos de caráter nacional como as mais importantes do estado, de acordo com os trabalhos realizados no âmbito estadual, de fato o são. No entanto, ao atribuir a esses centros um posicionamento equivocado — comparado ao que se evidenciou nos estudos que versam especificamente sobre as realidades baianas — em termos de hierarquia urbana e ao não identificar algumas cidades de importância microrregional, esses estudos poderiam induzir a políticas territoriais federais e estaduais também equivocadas, que não seriam capazes de atender às necessidades municipais e regionais, agravando as desigualdades já existentes.





## 2

## Análise da dinâmica urbana regional da Bahia

### 2.1. Questões conceituais e metodológicas

O objetivo central deste item é elaborar um diagnóstico sobre a dinâmica urbano-regional da Bahia. Considerando-se que, para isso, informações de cunho econômico e social são fundamentais, realizou-se a comparação de um conjunto de indicadores capazes de fornecer subsídios para a compreensão das tendências de distribuição espacial da economia em períodos mais recentes e de concentração e desconcentração demográfica. Analisaram-se também indicadores que denotassem as centralidades e apontassem as hierarquias existentes entre os municípios baianos, selecionados a partir da metodologia adotada nos “estudos básicos” desta pesquisa<sup>12</sup> e nos trabalhos analisados que versam sobre a realidade baiana.

---

<sup>12</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Universidade Estadual de Campinas (2001a); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008); Brasil (2008).

As informações utilizadas neste relatório foram agregadas, sempre que possível, em quatro escalas: municípios, áreas urbanas, cidades (ou sedes municipais) e regiões econômicas. As três primeiras foram entendidas conforme as definições estabelecidas pelo IBGE, órgão responsável pela execução da maioria das pesquisas que serviram como base de dados para este estudo. Assim, entende-se por município a menor unidade dotada de autonomia político-administrativa em que pode ser dividido um estado no Brasil. Por área urbana o espaço interno ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal, e que difere da sede municipal por abranger núcleos urbanos descontínuos territorialmente. Por sede municipal ou cidade, a área urbana do distrito-sede, estabelecida por lei municipal, e onde está sediada a prefeitura municipal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003).

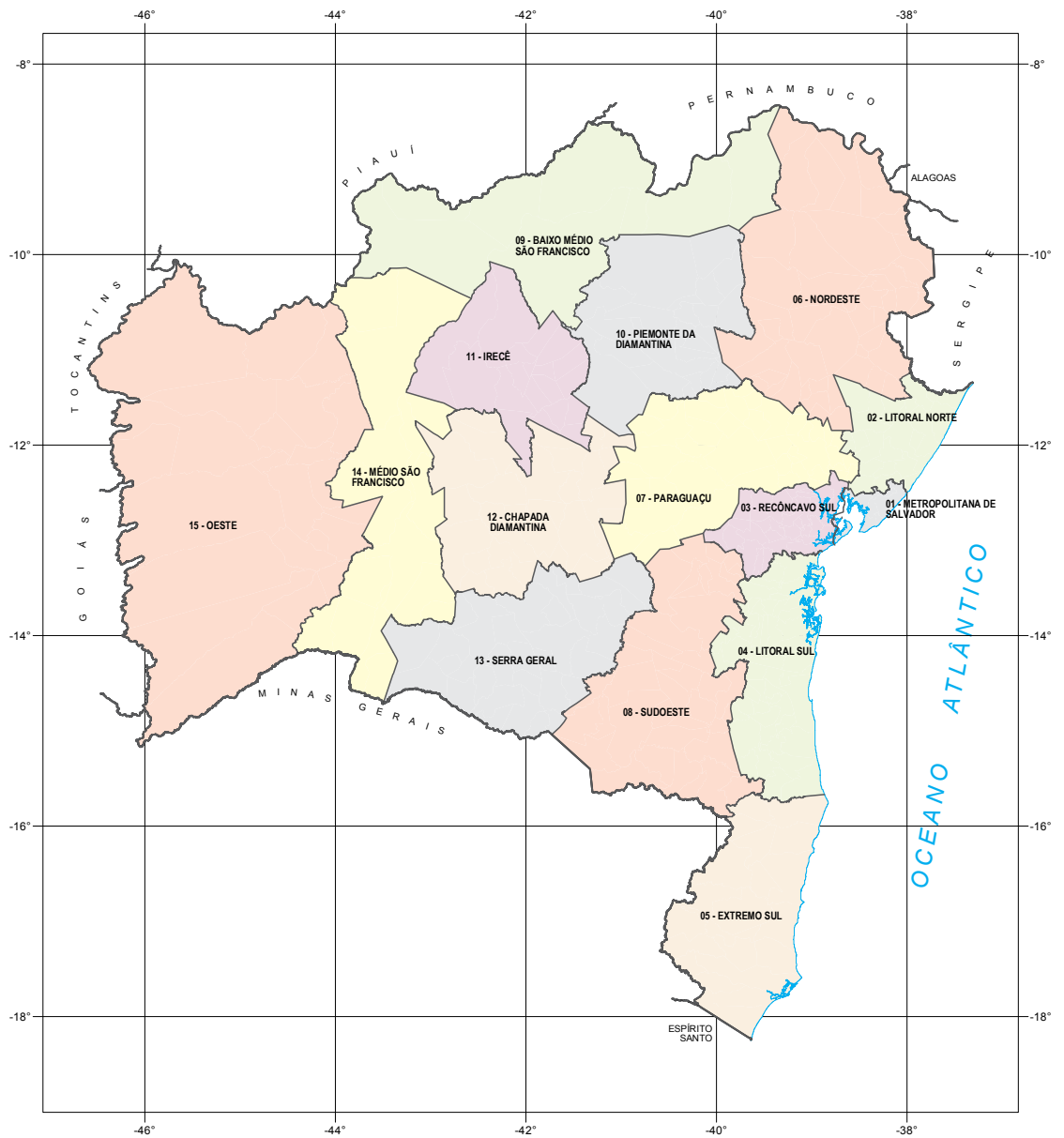
Com relação à regionalização, a dimensão territorial da Bahia, a quantidade de municípios em que se encontra dividida e a diversidade dos processos e características de suas várias porções fazem com que o entendimento de suas dinâmicas gerais — assim como daquelas mais específicas — ganhe maior consistência quando correlacionado às dinâmicas ocorridas nas regiões em que se situam. Julgou-se, assim, necessário trabalhar com informações agregadas também de forma regionalizada. A escolha das regiões econômicas como mais adequadas para as análises aqui desenvolvidas justifica-se pelo fato de que esse foi o critério adotado pelo sistema de planejamento estadual nos anos 1990 e início dos 2000. Por isso mesmo, embora atualmente o governo da Bahia utilize outra forma de regionalização (territórios de identidade), existem estudos, pesquisas sociais e econômicas e base de dados organizados conforme a regionalização anterior. Assim, tendo em vista a necessidade de entender os processos passados,

considerar as regiões econômicas apresentou como vantagem a possibilidade de obter um conjunto de conhecimentos significativos que fundamentam análises comparativas entre as dinâmicas econômicas e populacionais atuais (2000-2007) e as do período anterior (1991-2000 ou mesmo antes).

Vale acrescentar que as regiões econômicas, distribuídas no estado conforme a Figura 1, são oficialmente enumeradas de 1 a 15. Nas tabelas postas neste estudo, estão representadas por siglas, a saber:

1. Região Metropolitana de Salvador – RMS
2. Região Litoral Norte – LN
3. Região Recôncavo Sul – RS
4. Região Litoral Sul – LS
5. Região Extremo Sul – ES
6. Região Nordeste – NOR
7. Região Paraguaçu – PAR
8. Região Sudoeste – SUD
9. Região Baixo Médio São Francisco – BMSF
10. Região Piemonte da Diamantina – PIE
11. Região Irecê – IRC
12. Região Chapada Diamantina – CD
13. Região Serra Geral – SG
14. Região Médio São Francisco – MSF
15. Região Oeste – OES

Em relação aos indicadores, para a elaboração de um panorama da economia na última década, foram examinados dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB), apresentados pela participação dos municípios e regiões econômicas no total estadual, e desagregados, em escala municipal, por setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços). Essas informações foram levantadas pela SEI para o período de 2002-2006. Ainda dentro da perspectiva econômica, com o propósito de verificar a distribuição das estruturas produtivas que, teoricamente, implicaram maior dinamização socioeconômica e que, por isso mesmo, contaram com investimentos significativos dos governos, apresentou-se a localização de distritos industriais e das zonas



**Figura 1**  
**Regiões econômicas do estado da Bahia**

Fonte: Elaboração SEI.

turísticas do estado. Essa última informação foi levantada pela importância atribuída a tal atividade nas políticas estaduais de geração de emprego e renda, sendo entendida como fator de dinamização regional<sup>13</sup>. As informações referentes ao turismo foram obtidas em publicações e no sítio eletrônico da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur).

Outro elemento que foi agregado para discutir a centralidade dos municípios baianos foi a presença de instituições não governamentais que contribuem para a consolidação de atividades produtivas, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb-BA). Procurou-se observar, com isso, a distribuição espacial de unidades ou escritórios regionais dessas entidades e a rede assim configurada.

Em relação às informações demográficas, fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais, trabalhou-se com os censos demográficos de 1991 e de 2000 e com a Contagem de População de 2007, realizados pelo IBGE. Dessas pesquisas, extraíram-se os seguintes dados: populações total, urbana e da sede municipal e suas respectivas taxas de crescimento geométrico; grau de urbanização e migração intraestadual (ocorrida no interior do estado) e interestadual (resultante da troca de pessoas entre as unidades da Federação). Esses dados permitiram conhecer os diferenciais de porte e as tendências de distribuição da população dos municípios, cidades e regiões da Bahia, bem como os volumes dos fluxos migratórios e seu direcionamento no contexto do estado e do país.

---

13 Ressalte-se que não foram utilizadas informações sobre renda per capita nem sobre ocupação da População Economicamente Ativa (PEA), importantes para caracterizar o perfil da população e verificar a dinâmica socioeconômica, tendo em vista o último dado disponível, datado do ano 2000. No entanto, é válido salientar que, em estudos posteriores, esses indicadores devem ser analisados.

Ressalte-se que as pesquisas censitárias (tal como as de 1991 e de 2000) abarcaram a totalidade dos municípios do país. Contudo, embora em 2000 a Bahia já contasse com 417 municípios, com Barrocas e Luís Eduardo Magalhães emancipados em março de 2000, os dados foram divulgados para 415 unidades municipais, desconsiderando, para efeito dessa pesquisa, tais desmembramentos<sup>14</sup>. Já em relação à Contagem de População, ocorrida em 2007, observa-se que foi realizada em municípios brasileiros com populações inferiores a 170 mil habitantes, conforme as projeções de população elaboradas pelo IBGE para o ano de 2005. Assim, a última pesquisa populacional disponível em escala municipal não foi realizada em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Ilhéus, Itabuna e Juazeiro. Desse modo, a população total desses municípios baianos em 2007, diferentemente dos demais, foi estimada pelo IBGE. Ademais, para esses não há informações oficiais sobre população urbana ou rural, tampouco quanto à população da sede ou migração. Para efeito deste estudo, tendo em vista os ritmos de crescimento urbano e rural anteriores, adotou-se uma postura conservadora em relação à população urbana e da cidade desses municípios, considerando-os na mesma faixa de tamanho de população registrada em 2000.

Houve preocupação, ainda, em apresentar dados relacionados a alguns equipamentos de infraestrutura social e urbana, entendendo-os como reveladores de centralidade. Isso permite correlacionar sua presença a fluxos migratórios, pendulares ou não, e discutir sua influência no movimento populacional e econômico regionais. Nesse sentido, seu estudo permite avaliar o papel estratégico de algumas cidades baianas, à luz da quantidade

---

14 Para maiores informações, ver as notas metodológicas do Censo Demográfico de 2000.



e/ou complexidade dos equipamentos nelas existentes. Com esse intuito, observou-se a espacialização das instituições de educação superior e de saúde. Buscou-se, ainda, compreender a relação entre essa localização e o porte econômico dos municípios nos quais essas instituições estão presentes.

Examinou-se, para tanto, informações sobre a localização de instituições de ensino superior (IES) e a de equipamentos de saúde conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com relação às IES, observou-se ainda o seu avanço e a tendência de concentração e de dispersão entre 2000 e 2007. Foram utilizadas, para a obtenção desses dados, publicações de órgãos federais e estaduais, relatórios do Datasus e do Censo Educacional Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Datasus constitui-se num banco de dados disponibilizado pelo Ministério da Saúde, que informa a quantidade de hospitais e clínicas especializadas conveniados ao SUS. O Censo Educacional reúne informações sobre as instituições de educação superior em suas diferentes formas de organização acadêmica e categorias administrativas. Traz ainda dados sobre os cursos de graduação presenciais ou à distância, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, os ingressantes e concluintes, além de informações sobre as funções docentes.

Agregou-se ainda, para discutir a circulação e fluxos, informações da Agência Nacional de

Aviação Civil (ANAC), particularmente sobre a quantidade de ligações (definida como as operações de chegada e saída de vôos), o volume de passageiros e de carga, em 2000 e em 2007.

Como um dos objetivos da pesquisa Dinâmica Urbana nos Estados é identificar, para fins de formulação de políticas públicas, as cidades responsáveis pela estruturação da rede urbana da Bahia e tendo como referência trabalhos em que o foco foi a análise da realidade desse estado (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997; PORTO, 2003), utilizou-se como estratégia metodológica destacar nos levantamentos e análises os 30 principais municípios ou cidades para cada indicador selecionado, quando os dados disponíveis assim permitiram. Desse modo, é possível discutir a proposta da rede principal de cidades da Bahia e verificar as tendências apresentadas em tais estudos, assim como observar a propriedade da hierarquia proposta nas três publicações que abordam o contexto nacional que subsidiam esta pesquisa. Também, para cumprir principalmente a finalidade de ser um estudo útil ao planejamento público, realizaram-se entrevistas com atores públicos e privados verificando quais estratégias por eles utilizadas para pensar a rede estadual e alocar suas estruturas e ações. Desse modo, pretendeu-se averiguar quais as demandas de tais instituições em relação a estudos sobre a rede urbana.

## 2.2. Espacialização da economia baiana a partir do PIB<sup>15</sup>

A Bahia, ao longo das últimas décadas, vem se caracterizando como a primeira economia da região Nordeste e a sexta do Brasil. Entre 2002 e 2006, o estado contribuiu, em média, com 4,1% do PIB do país, enquanto a região Nordeste participava com 31,7% na produção de riqueza nacional (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009a).

Observando-se a distribuição do PIB baiano, verifica-se uma concentração na sua faixa litorânea (especialmente na RMS) e em aproximadamente 30 de suas 417 unidades municipais, conforme analisado por técnicos da SEI (1997), por Porto (2003) e Silva e Fonseca (2007). Considerando o período sob análise, destacou-se o setor agropecuário, que entre 2004 e 2005 apresentou crescimento expressivo (27,4% e 12,7%, respectivamente). Isso pode ser associado, principalmente, à produção de soja, algodão, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar (culturas temporárias), banana, café, cacau, manga, mamão, uva, laranja (culturas permanentes). Todavia, em 2006, o PIB desse setor cresceu a taxas negativas: -4,1%. Esse fato foi relacionado a dois conjuntos de fatores: questões climáticas (chuvas irregulares nas principais áreas produtoras) e questões de ordem econômica (descapitalização dos agricultores e queda nos preços das *commodities* internacionais).

No que diz respeito ao PIB do setor terciário, os destaques ficaram por conta do comércio varejista, especificamente nos ramos de hipermercados e supermercados, móveis e eletrodomésticos e produtos alimentícios, bebidas e fumo. Tal setor apresentou-se sempre como o de maior importância na

composição do total e, em 2006, foi o que registrou maior crescimento (3,5%). Nesse mesmo ano, o PIB industrial observou um crescimento de 2,2%, o que decorreu principalmente dos resultados da indústria de transformação, nos segmentos de papel e celulose, refino de petróleo e produção de álcool e metalurgia básica (ECONOMIA..., 2009).

Para a análise da composição desse quadro, cabe considerar alguns dos elementos fundamentais do desenvolvimento econômico baiano. Na década de 1960, a composição setorial do PIB era a seguinte: 40,0% no setor primário, 12,0% no setor secundário, enquanto o setor terciário representava 48,0% do total. Essa situação modificou-se substancialmente a partir da implantação, ainda nos anos 1960, da política nacional de industrialização, o que, no estado, implicou a instalação dos distritos industriais nas suas diversas regiões econômicas.

No período compreendido entre 1965 e 2000, acompanhando a política de integração de mercados, de estímulo à industrialização e de desconcentração da atividade produtiva, patrocinada, sobretudo, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram instalados 14 distritos industriais na Bahia (Quadro 4). Na RMS, ocorreu a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1965, e do Polo Petroquímico de

<sup>15</sup> No primeiro trimestre de 2007, ocorreu uma mudança na metodologia de cálculo do PIB. O IBGE, responsável pela pesquisa, elaborou a retopolação dos dados até 1995 e não autorizou os órgãos de pesquisa estaduais a realizar o mesmo processo para os anos anteriores. Desse modo, embora seja possível tratar das tendências em períodos passados, os dados do PIB anteriores a esse ano não são comparáveis com os atuais.

Nº Ordem	Distrito Industrial	Ano de Criação
1	Centro Industrial de Aratu	Dec. nº 19.432 de fevereiro de 1965
2	Centro Industrial Subaé	Dec. nº 3.304 de 12 de julho de 1969
3	Distrito Industrial de Vitória da Conquista	Dec. nº. 22.333 de 16 de novembro de 1972
4	Distrito Industrial de Juazeiro	Dec. nº. 23.221 de 16 de novembro de 1972
5	Distrito Industrial de Ilhéus	Dec. nº. 2.590 de 22 de novembro de 1973
6	Distrito Industrial de Jequié	Dec. nº. 23.342 de 31 de janeiro 1976
7	Pólo Petroquímico de Camaçari	1978
8	Distrito Industrial de Barreiras	Dec. nº. 1.436 de 20 de agosto de 1992
9	Distrito Industrial de Teixeira de Freitas	Dec. nº. 2.590 de 11 de novembro de 1993
10	Distrito Industrial de Alagoinhas	Dec. nº. 5.549 de 04 de juho de 1996
11	Distrito Industrial de Itapetinga	Dec. nº. 6.262 de 01 de março de 1997
12	Distrito Industrial de Eunápolis	1998
13	Distrito Industrial de Itororó	Dec. nº 7.227 de 25 de janeiro de 1998
14	Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães	2002

#### Quadro 4 Distritos industriais na Bahia

Fonte: Spínola (2003).

Camaçari (Copec), em 1978. Esses empreendimentos contribuíram expressivamente para a manutenção de uma dinâmica populacional ainda mais concentrada nessa região e para uma intensa mobilidade no interior da RMS. Entre o período de 1970 e 1990, a população de Salvador, por exemplo, dobrou, agravando os problemas habitacionais, de saneamento, saúde, renda e emprego já existentes. Isso porque o ritmo demográfico não foi acompanhado de políticas públicas capazes de suprir as demandas sociais que se avolumavam. Ao mesmo tempo, era ali que estava o maior mercado de trabalho da Bahia, o que estimulou os residentes das áreas deprimidas a se dirigirem para lá.

Na região Paraguaçu, em 1969, foi instalado, em Feira de Santana, o Centro Industrial Subaé (CIS), distante do CIA e do Copec 120 km. No Litoral Norte, ocorreu a implantação do Distrito Industrial de Alagoinhas, em 1996, distante apenas 72 km do CIS.

Já no Sudoeste, foram criados distritos industriais nos municípios de Vitória da

Conquista (1972) e Jequié (1976). No Litoral Sul, iniciou-se a implantação, em 1973, do distrito industrial no município de Ilhéus.

Mais recentemente, nos anos 1990, e vinculados a uma estratégia de desconcentração estadual da economia, novos distritos foram instalados na Bahia. Por conta da expansão dos perímetros voltados à fruticultura irrigada, no Baixo Médio São Francisco, especificamente no município de Juazeiro, em 1992, ocorreu a instalação de uma dessas estruturas. Associados à existência da BR-116 — que faz ligação entre as regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste do país — e sua possibilidade de uso para circulação de mercadorias, em Itapetinga e Itororó, novos distritos industriais foram estabelecidos em 1997 e em 1998, correspondentemente.

No Oeste e no Extremo Sul, igualmente, a instalação de distritos industriais foi mais recente. Na primeira dessas regiões, os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães foram contemplados em 1992 e 2002, respectivamente, em consonância com a nova fron-

teira agrícola baiana pautada na produção de soja, algodão, café e milho. Na segunda, o Extremo Sul, os distritos de Teixeira de Freitas e Eunápolis foram estabelecidos em 1993 e 1998, respectivamente. Assim, nos anos 1990, o governo estadual estabelecia uma estrutura industrial em locais distantes de Salvador, em municípios que, segundo o *Regic 2007*, estavam na rede de influência de outras capitais: o Oeste, de Brasília, e o Extremo Sul, do Rio de Janeiro.

Essas iniciativas para “acelerar” a industrialização em diferentes partes do estado resultaram na instalação de distritos industriais em sete das suas 15 regiões econômicas. Conforme Spínola (2003), tais distritos contribuíram para a dinamização e desconcentração das estruturas produtivas na Bahia, mas não foram capazes de diminuir a centralização da RMS. Nessa região estavam aqueles que viriam a agregar indústrias produtoras de bens intermediários, importantes em âmbito nacional.

Vale ressaltar que a ação dos governos federal e estadual, ao tentar diversificar e descentralizar os investimentos industriais com o objetivo de dinamizar a economia de outros recantos do território baiano, contribuiu para o processo de urbanização e crescimento das cidades médias que receberam os distritos, bem como a formação de sistemas urbano-regionais. Esses instrumentos efetivamente promoveram o desenvolvimento econômico de diferentes partes da Bahia. Isso não indica, contudo, a inexistência da necessidade de políticas que atraiam outras atividades produtivas e de serviços para áreas distantes da RMS. Ao contrário, precisa-se de estratégias governamentais que estimulem a instalação de pequenas, médias e grandes empresas nos diversos distritos industriais, aproveitando-se, dessa forma, da infraestrutura disponível.

Ao final da década de 1990, resultado das intensas políticas voltadas à industrialização,

a composição do PIB na Bahia estava significativamente diferente da encontrada nos anos de 1960. Já em 1999, 7,3% do total era representado pelo setor primário, 27,2% pelo secundário e 65,5% pelo terciário. Nessa década, ressalte-se, foram realizadas tentativas de aumentar a participação da Bahia no PIB nacional. A principal delas resultou na instalação do Complexo Automotivo da Ford na RMS, atraindo mais uma vez para essa região diversas empresas de segunda, terceira e quarta gerações. Com isso, o PIB permaneceu concentrado no entorno da capital.

O turismo foi outra atividade econômica que contou com intenso incentivo público nas últimas duas décadas. Partindo da concepção de que esse setor produz pouco impacto ambiental, levando em conta o potencial e a diversidade natural, os aspectos históricos e culturais da Bahia, o governo do estado, com apoio de organismos internacionais de financiamento, definiu nos anos 1990 zonas turísticas (conforme serão mostradas adiante) nas quais foram concentrados os investimentos dirigidos ao incremento desse “vetor de desenvolvimento”.

Pensando em termos de região econômica, esses investimentos foram alocados, principalmente, na RMS (em Salvador), na porção costeira do Litoral Norte (na Costa do Sauípe, Praia do Forte e Imbassaí, situados no município de Mata de São João, e em Guarajuba, em Camaçari), no Litoral Sul (Itacaré, Valença e Ilhéus) e no Extremo Sul (Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Prado). Importa destacar que foram implantadas zonas turísticas também no interior baiano, tais como a localizada na região econômica da Chapada Diamantina, que envolve os municípios de Lençóis, Mucugê, Rio de Contas, Palmeiras e Morro do Chapéu; no Baixo Médio São Francisco, contemplando Juazeiro e Sobradinho; no Oeste, em Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória; no Nordeste, em Paulo

Afonso, Cipó, Serrinha; e no Recôncavo Sul, especificamente, nos municípios de Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, Amargosa, Mutuípe, Santa Inês e Jiquiriçá. Esses investimentos foram direcionados principalmente à instalação ou melhoria do sistema viário e aeroviário, ao apoio à implantação de equipamentos relativos ao setor hoteleiro e melhoria, em alguns municípios, da infraestrutura urbana. Além disso, o estado vem investindo em campanhas de divulgação dos atrativos da Bahia.

Mais recentemente, a partir dos anos 2000, visando ainda aumentar a participação do PIB baiano nas economias regional e nacional, bem como a competitividade de alguns segmentos econômicos, os governos estadual e federal criaram os Arranjos Produtivos Locais (APL)<sup>16</sup>. Na Bahia, havia 11 APL, todos articulados em torno do Programa Progedir, coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SCTI). Eles beneficiavam os seguintes setores/regiões: tecnologia da informação, transformação plástico (RMS), confecções (RMS e Paraguaçu — especificamente, nessa, em Feira de Santana), fruticultura (Baixo Médio São Francisco, destaque para Juazeiro), cadeia de fornecedores automotivos (RMS, Paraguaçu — Feira de Santana), turismo (Litoral Sul — Ilhéus e Itacaré), piscicultura (Nordeste — Paulo Afonso), derivados da cana-de-açúcar (Chapada Diamantina), caprinovinocultura (Piemonte da Diaman-

tina — Senhor do Bonfim, e Baixo Médio São Francisco — Juazeiro), rochas ornamentais (Piemonte da Diamantina — Ouroilândia e Jacobina, e RMS — Lauro de Freitas) e sisal (Nordeste — Serrinha e Valente).

## **Distribuição espacial do PIB por grandes setores econômicos, por região econômica e por municípios**

A distribuição do PIB da Bahia, durante a década de 1990, apresentou momentos de queda, estabilização e ascensão segundo os setores econômicos<sup>17</sup>. Nesse período, o setor de serviços se destacou como o de maior participação percentual no total do estado. Embora com oscilações, manteve valores acima dos 63%. O setor industrial, no qual, igualmente, houve variação na tendência, em 1999, registrou o patamar mais elevado do período, 27,2%. Já o agropecuário verificou pequeno declínio ao longo da década, significando cerca de 7,3% do PIB total ao fim de 1999. Em 2000, houve alguma recuperação dos setores primário e secundário, com 8,8% e 28,9%, respectivamente. O terciário figurou com 62,4% do total.

Em relação à indústria baiana, na década de 1990, os segmentos mais importantes foram os da química, celulose e papel, concentrando cerca de 60,0% dos investimentos do setor. A RMS era a local do estado onde se localizavam as principais plantas das áreas de química, metalúrgica, papel, plástico,

<sup>16</sup> Segundo a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inativos Locais (RedeSist) (IE-UFRJ), os Arranjos Produtivos Locais são um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizado. Os APL geralmente incluem empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestação de serviço, comerciantes, clientes etc., cooperativas, associações e representações e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento.

<sup>17</sup> Conforme mencionado anteriormente, a comparabilidade dos valores do PIB só pode ser realizada a partir de 1995, ainda que técnicos da área observem que, no caso da Bahia, as tendências tenham se mantido ao longo da década dos 1990.

bebidas, material elétrico e de comunicações e de informática. No município de Camaçari, onde se encontra importante complexo petroquímico, iniciou-se, no final dessa década, a implantação de um polo automotivo.

No Recôncavo Sul e no Sudoeste, a indústria de calçados (Amargosa e Cruz das Almas, na primeira região, e Jequié, na segunda) começou a ser estabelecida ainda nos anos 1990. No Litoral Sul, se destacavam as indústrias de material elétrico e de comunicações, essas associadas aos investimentos em produção de equipamentos de informática, em polos então criados para esse fim em Ilhéus e Itabuna. No Externo Sul, por sua vez, a indústria madeireira e a de papel e papelão (situadas em Mucuri e Eunápolis) consistiam na principal fonte de dinamismo econômico. Observe-se que a fruticultura era importante na economia dessas regiões e que, por isso, a produção de polpa de frutas surgiu como uma alternativa à crise da indústria do cacau.

Nas regiões econômicas do Baixo Médio São Francisco (em Juazeiro), Médio São Francisco (em Bom Jesus da Lapa), Irecê (em Xique-Xique e Irecê) e Chapada Diamantina, ainda em referência à década de 1990, a economia foi fortemente relacionada a esse tipo de produção. Isso porque, a partir da implantação pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) de projetos de irrigação

ao longo do Vale do São Francisco, houve incremento na produção e comercialização de frutas. No Oeste baiano investiu-se na fruticultura e produção de grãos, em Barreiras. No mesmo período, a região de Serra Geral, voltava-se para a produção de algodão, e o Piemonte da Diamantina, para a pecuária extensiva.

No Paraguaçu, destacavam-se a fruticultura e as indústrias de calçados (em Itaberaba, Conceição de Feira e Feira de Santana), metalúrgica, de papel e papelão e de bebidas. Na região Nordeste da Bahia, também houve implantação de indústrias de calçados (em Serrinha). No Litoral Norte, estavam estabelecidas indústrias de calçados (em Pojuca), papel e papelão, bebidas e havia novos investimentos em metalurgia, além da fruticultura.

Analisando a composição percentual do PIB baiano por grandes setores em anos mais recentes, entre 2002 e 2006, verifica-se a diminuição do peso do setor primário, ao passo que se elevou o do setor terciário (Tabela 1), na qual, houve relativa estabilidade. Esse fato pode sinalizar um processo de expansão das atividades econômicas mais associadas ao fenômeno da urbanização.

Em relação à distribuição do PIB no território baiano, evidenciou-se que a RMS, entre 2002 e 2006, absorvia aproximadamente 50,0% do PIB total (Tabela 2). Para se ter uma ideia da intensidade de tal concentração,

**Tabela 1**  
**Distribuição relativa do PIB segundo grandes setores da atividade econômica**  
**Bahia – 2002-2006**

Ano	Primário	Secundário	Terciário
2002	10,5	28,8	60,7
2003	10,6	28,8	60,6
2004	10,8	30,7	58,5
2005	8,6	32,2	59,2
2006	7,9	30,7	61,5

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009a).

observe-se que as regiões Paraguaçu, Litoral Sul, Sudoeste, na segunda, terceira e quarta colocação do *ranking* nesse período, participavam com apenas 6,4%, 6,4% e 5,7% do PIB, respectivamente, em 2006. Vale salientar que nessas três últimas regiões estão localizados os municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna, que, em 2000 e 2007, estavam entre os de maior população da Bahia. Do mesmo modo, ao longo das últimas duas décadas, como visto acima, a RMS tem sido alvo de uma série de investimentos, o que consolidou sua importância econômica no cenário estadual.

A Tabela 2 também mostra que as regiões Chapada Diamantina (1,7%), Irecê (1,1%) e

Médio São Francisco (1,1%) mantiveram-se nas últimas colocações do *ranking* do PIB baiano. Nessas regiões, respectivamente, os destaques foram os municípios de Irecê, Bom Jesus da Lapa e Ibicoara, que, mesmo sendo relevantes para o entendimento da dinâmica regional, não estão entre aqueles que possuem maiores PIB municipais.

A análise dos municípios com os 30 maiores PIB em 2006 (Tabela 3) mostra que apenas Salvador concentrava 24,9% do PIB total da Bahia. Ainda na RMS se destacaram os municípios de Camaçari (9,9%), São Francisco do Conde (6,9%), Candeias (2,3%), Simões Filho (2,2%), Lauro de Freitas (1,8%) e Dias D'Ávila (1,4%). No Paraguaçu, o que apresentou mais

**Tabela 2**  
**Participação relativa das regiões econômicas na composição do PIB estadual**  
**Bahia – 2002-2006**

Class.	Regiões econômicas	Produto Interno Bruto (%)				
		2002	2003	2004	2005	2006
	<b>BAHIA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1	Metropolitana de Salvador	50,1	48,9	49,5	50,7	49,8
2	Paraguaçu	6,1	6,2	5,8	6,2	6,4
3	Litoral Sul	7,1	7,1	6,7	6,4	6,4
4	Sudoeste	5,2	5,3	5,2	5,5	5,7
5	Extremo Sul	4,7	4,9	4,9	4,7	4,9
6	Nordeste	4,8	5,0	4,7	4,4	4,8
7	Litoral Norte	4,0	4,0	4,2	4,2	4,5
8	Oeste	4,5	5,2	6,1	5,2	4,2
9	Recôncavo Sul	2,8	2,9	2,8	2,8	2,9
10	Baixo Médio São Francisco	2,6	2,4	2,3	2,2	2,5
11	Piemonte da Diamantina	1,8	2,0	2,0	1,9	2,0
12	Serra Geral	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9
13	Chapada Diamantina	1,6	1,7	1,6	1,6	1,7
14	Irecê	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1
15	Médio São Francisco	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009a).



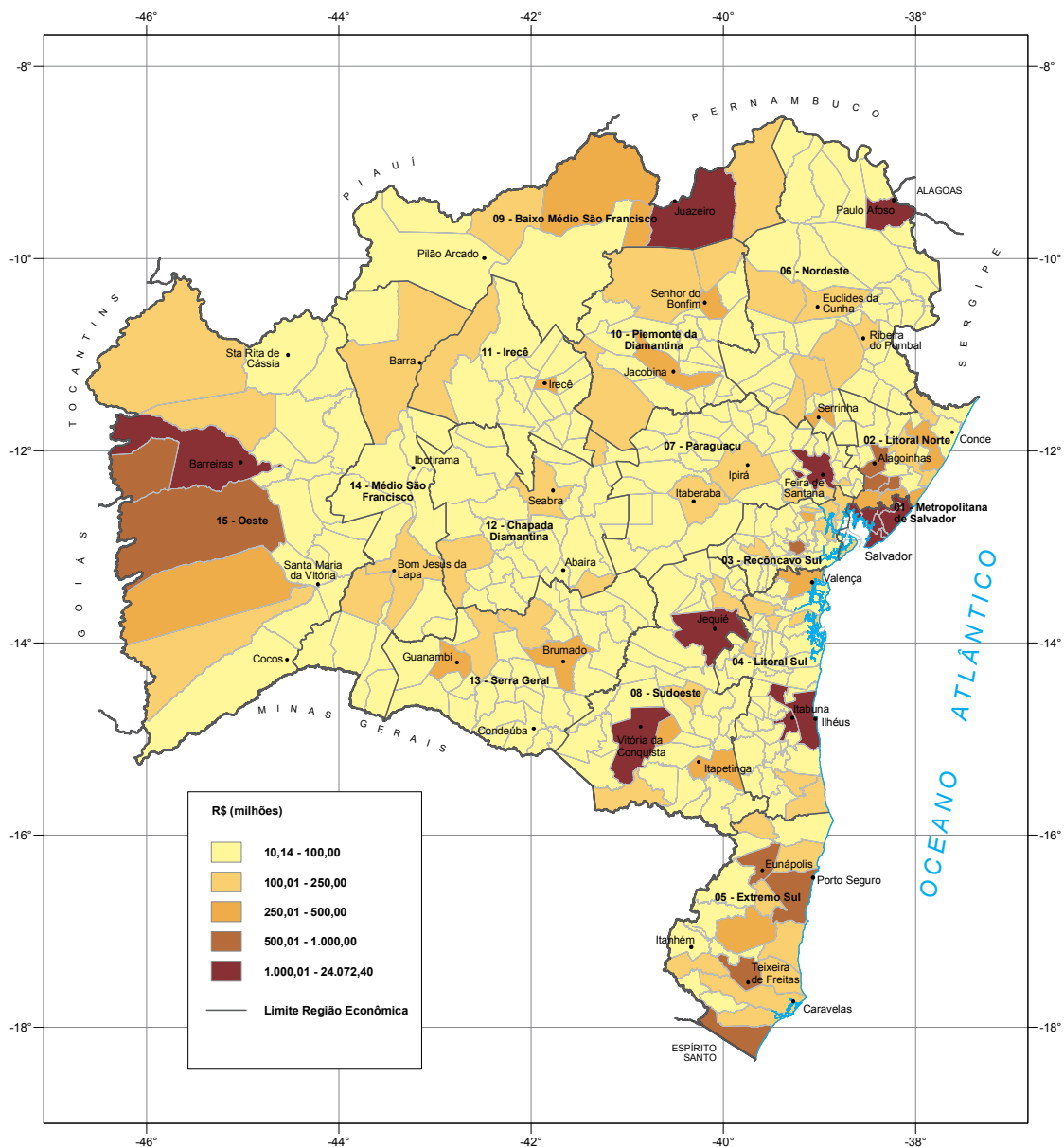
**Tabela 3**  
**Municípios com os 30 maiores PIBs a preços correntes e sua participação relativa no estado Bahia – 2006**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Produto Interno Bruto (R\$ milhões)	Participação no estado
<b>BAHIA</b>			<b>96.558,9</b>	<b>100,0</b>
1	RMS	Salvador	24.072,4	24,9
2	RMS	Camaçari	9.534,3	9,9
3	RMS	São Francisco do Conde	6.673,7	6,9
4	PAR	Feira de Santana	3.853,3	4,0
5	RMS	Candeias	2.236,1	2,3
6	RMS	Simões Filho	2.152,7	2,2
7	SUD	Vitória da Conquista	1.994,8	2,1
8	RMS	Lauro de Freitas	1.770,3	1,8
9	LS	Itabuna	1.579,1	1,6
10	NOR	Paulo Afonso	1.544,6	1,6
11	LS	Ilhéus	1.534,8	1,6
12	RMS	Dias D'Ávila	1.332,6	1,4
13	BMSF	Juazeiro	1.313,4	1,4
14	OES	Barreiras	1.187,0	1,2
15	SUD	Jequié	1.133,0	1,2
16	LN	Alagoinhas	951,0	1,0
17	LN	Pojuca	934,4	1,0
18	ES	Eunápolis	913,6	0,9
19	OES	Luís Eduardo Magalhães	841,9	0,9
20	ES	Teixeira de Freitas	675,8	0,7
21	ES	Mucuri	666,8	0,7
22	LN	Catu	617,5	0,6
23	ES	Porto Seguro	600,0	0,6
24	OES	São Desidério	580,1	0,6
25	RS	Santo Antônio de Jesus	554,3	0,6
26	SUD	Itapetinga	378,9	0,4
27	BMSF	Sobradinho	357,6	0,4
28	LS	Valença	356,5	0,4
29	SG	Guanambi	343,0	0,4
30	SG	Brumado	342,0	0,4

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009a).

relevância foi o de Feira de Santana (4,0%); no Sudoeste, Vitória da Conquista (2,1%); e no Litoral Sul, os municípios de Itabuna (1,6%) e Ilhéus (1,6%). A localização dos maiores PIB municipais pode ser melhor visualizada na Figura 2.

Esses dados permitem concluir que os municípios com os mais elevados PIB em 2006 correspondem aos com as maiores concentrações populacionais em 2007. Todavia, a recíproca não é verdadeira. Apesar de Irecê e Bom Jesus da Lapa



**Figura 2**  
**PIB por município**  
**Estado da Bahia – 2006**

Fonte: SEI, 2009.

estarem entre os 30 municípios mais populosos do estado, conforme a Contagem de 2007, isso não foi condição suficiente para a geração de riqueza de modo que estivessem entre os de maior dinamismo também em

termos econômicos. Mesmo assim, para as regiões nas quais as cidades de Irecê (Irecê) e Bom Jesus da Lapa (Médio São Francisco) se situam, exercem a função de Subcentro Regional.

Ainda tratando da centralidade urbana, dados do Cadastro Central de Empresas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009) revelaram que, em 2007, a RMS concentrava 31,3% das empresas do estado, destacando-se Salvador com 25,1% desse conjunto, ou 53.564 empresas. Essas eram, sobretudo, especializadas no comércio e em reparação de veículos automotores e de bicicleta (com 41,5% desse total). Feira de Santana (no Paraguaçu), segundo nesse *ranking*, detinha 11.960 delas, e Vitória da Conquista (no Sudoeste), em terceiro lugar, 6.771 empresas. Seguiam-se Lauro de Freitas, situado na RMS, Itabuna (no Litoral Sul) e Camaçari (na RMS).

O PIB do setor agropecuário representava 7,9% do total baiano em 2006. Os segmentos de agricultura, silvicultura e exploração vegetal consistiam no principal componente desse PIB na Bahia, com 73,6%. Os segmentos da pecuária e pesca representavam 26,4% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009a).

Analisando esse mesmo indicador por município para 2006 (Tabela 4), verificou-se que aqueles que mais se destacaram foram São Desidério (6,2%), Barreiras (4,2%), Luís Eduardo Magalhães (2,6%) e Correntina (1,4%), localizados na região Oeste; Juazeiro (3,9%), no Baixo Médio São Francisco; Barra do Choça (2,4%), Vitória da Conquista (1,2%), Ibicoara (2,0%) e Jaborandi (1,2%), no Sudoeste; Prado (1,6%) e Itamaraju (1,0%), no Extremo Sul. Os demais apresentaram uma participação menor que 1,0% no PIB agropecuário do estado.

Considerando-se a localização de São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Correntina, pode-se afirmar que as cidades que comandavam o agronegócio baiano eram concentradas no Oeste do estado, onde predominava a produção de grãos (soja e milho) e de algodão herbáceo. Esse último era plantado, em 2007, em praticamente

todos os 16 municípios do Oeste, destacando-se São Desidério (47,0% da produção da Bahia), Barreiras (17,2%), Formosa do Rio Preto (9,5%), Luís Eduardo Magalhães (9,4%), Correntina (5,2%), Riachão das Neves (4,9%) e Jaborandi (3,3%). Por sua vez, a produção de soja de todo o estado estava concentrada em apenas 11 municípios dessa região, especialmente São Desidério, Barreiras, Correntina e Luís Eduardo Magalhães. Juntos, eram responsáveis por 73,3% dessa produção estadual (Figura 3).

Observa-se também, analisando-se os dados por produto, que a cultura do feijão migra definitivamente para os municípios do Nordeste (Fátima, Euclides da Cunha, Quijingue, Sítio do Quinto, Adustina, Tucano, Paripiranga, Jeremoabo, Santa Brígida e Cícero Dantas), classificados entre os primeiros produtores do *ranking*, com 40,0% do total, apesar de o feijão ser encontrado em praticamente todos os municípios baianos. Em relação às culturas permanentes, a da manga estava presente em quase todas as unidades localizadas no Baixo Médio São Francisco, com destaque para Juazeiro (56,3%), Curaçá (11,2%), Casa Nova (10,7%), Sento Sé (2,4%) e Livramento de Nossa Senhora (9,6%) no Médio São Francisco. Já a cultura do mamão encontrava-se principalmente no Extremo Sul, em Porto Seguro (20,6%), Prado (19,2%), Teixeira de Freitas (6,4%), Nova Viçosa (5,6%), Mucuri (4,7%) e Alcobaça (4,6%).

O setor industrial representava 30,7% do PIB baiano em 2006 (Figura 4). Em sua composição, os segmentos indústria de transformação (51,5%) e construção civil (24,2%) eram os de maior importância (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009b). No mesmo ano, quando se verifica a participação percentual dos municípios na formação desse PIB (Tabela 5), os mais expressivos foram Camaçari (21,8%), Salvador (14,9%) e São Francisco do

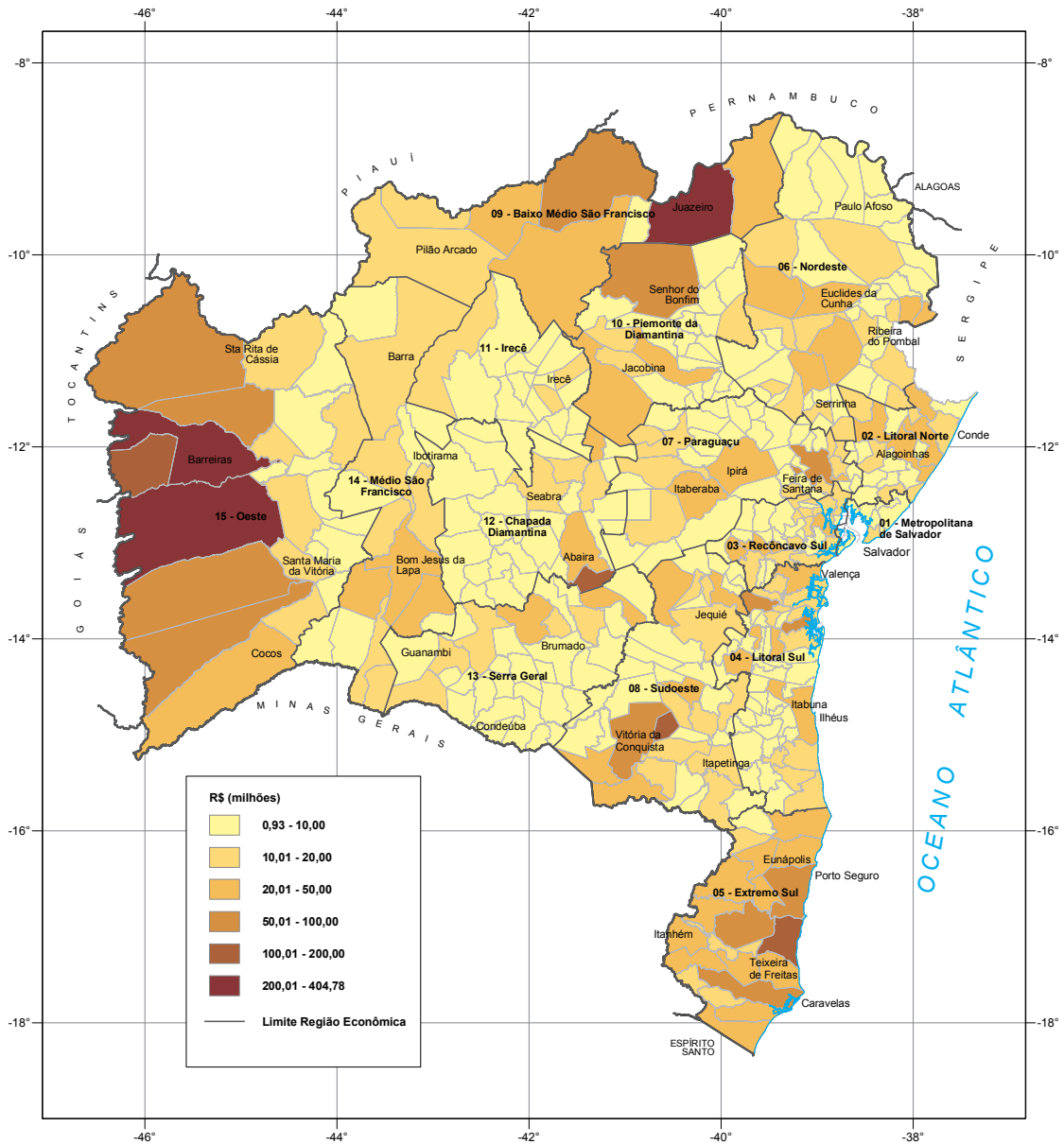
**Tabela 4**  
**Municípios com os 30 maiores PIBs agropecuários e sua participação relativa no estado**  
**Bahia – 2006**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Valor adicionado (R\$ milhões)	Participação no estado
<b>BAHIA</b>			<b>6.491,8</b>	<b>100,0</b>
1	OES	São Desidério	404,8	6,2
2	OES	Barreiras	274,2	4,2
3	BMSF	Juazeiro	256,2	3,9
4	OES	Luis Eduardo Magalhães	168,2	2,6
5	SUD	Barra do Choça	154,3	2,4
6	CD	Ibicoara	127,6	2,0
7	ES	Prado	104,2	1,6
8	OES	Correntina	94,3	1,5
9	OES	Formosa do Rio Preto	91,1	1,4
10	OES	Jaborandi	79,2	1,2
11	SUD	Vitória da Conquista	79,0	1,2
12	ES	Itamaraju	65,2	1,0
13	BMSF	Casa Nova	64,1	1,0
14	OES	Riachão das Neves	62,7	1,0
15	ES	Caravelas	60,9	0,9
16	LS	Wenceslau Guimarães	58,8	0,9
17	ES	Porto Seguro	56,0	0,9
18	PAR	Feira de Santana	55,9	0,9
19	LS	Igrapiúna	55,3	0,9
20	PIE	Campo Formoso	53,2	0,8
21	MSF	Bom Jesus da Lapa	47,7	0,7
22	BMSF	Curaçá	47,5	0,7
23	ES	Eunápolis	45,7	0,7
24	LS	Ilhéus	44,6	0,7
25	ES	Mucuri	42,8	0,7
26	LN	Rio Real	42,5	0,7
27	CD	Mucugê	42,2	0,6
28	SUD	Jaguaquara	38,6	0,6
29	BMSF	Sento Sé	37,9	0,6
30	ES	Teixeira de Freitas	37,1	0,6

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009a).

Conde (13,6%), em um primeiro nível, todos eles localizados na RMS. Num nível intermediário, o PIB industrial aparece distribuído por diversas regiões econômicas. Ainda na RMS se destacavam Candeias (3,3%), Simões Filho (3,3%), Dias D'Ávila (3,2%) e Lauro de Freitas

(1,1%). No Litoral Norte apareceram Pojuca (2,6%) e Catu (1,6%). No Nordeste, o mais relevante era Paulo Afonso, com 4,6%. No Paraguaçu, Feira de Santana contribuiu com 2,5%. No Litoral Sul, Ilhéus com 1,9%. Na região Extremo Sul, ressaíram-se os municí-

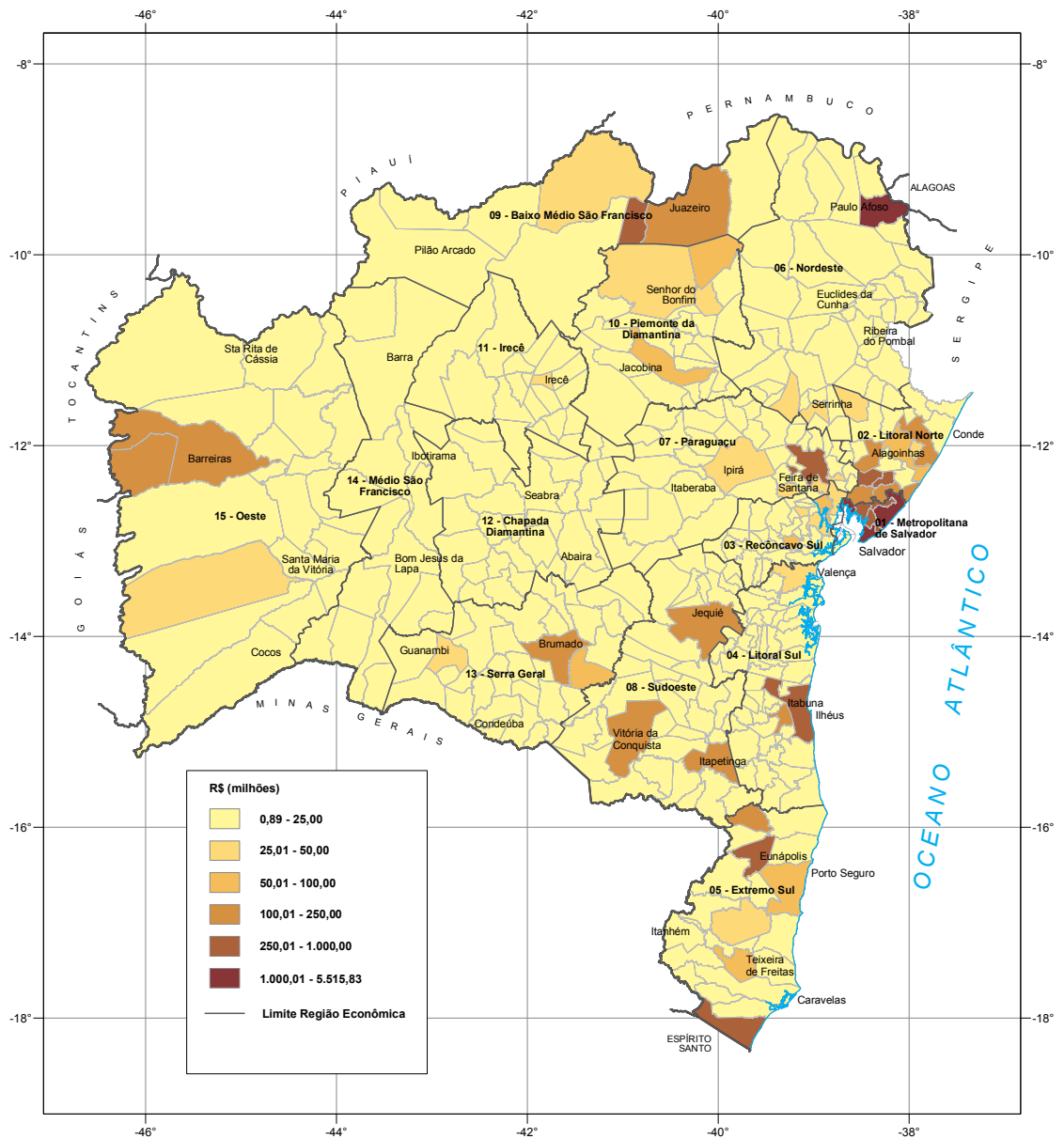


**Figura 3**  
**PIB agropecuário por município**  
**Estado da Bahia – 2006**

Fonte: SEI, 2009.

pios de Mucuri, com 1,4%, e Eunápolis, com 1,4%. No Baixo Médio São Francisco, Sobradinho era o destaque regional, com 1,2%. Os demais apresentaram uma participação no PIB industrial do estado inferior a 1,0%.

Sob o prisma do arranjo espacial, a localização dos municípios com os principais PIB industriais do estado, em 2006, revelou uma grande concentração. Entre os 10 primeiros, a RMS agregava sete municípios: Camaçari,



**Figura 4**  
**PIB industrial por município**  
**Estado da Bahia – 2006**

Fonte: SEI, 2009.

Salvador, São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas. Se a escala for ampliada um pouco mais, encontram-se próximos de Salvador mais seis: Alagoinhas, Pojuca, Catu, São Sebas-

tião do Passé, Mata de São João e Feira de Santana. Isso significa dizer que, no grupo dos 30 maiores PIB industriais, 14 (46,7%) estavam localizados na RMS e em municípios do entorno dessa região.

**Tabela 5**  
**Municípios com os 30 maiores PIBs industriais e sua participação relativa no estado**  
**Bahia – 2006**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Valor adicionado (R\$ milhões)	Participação no estado
<b>BAHIA</b>			<b>25.322,6</b>	<b>100,0</b>
1	RMS	Camaçari	5.515,8	21,8
2	RMS	Salvador	3.765,2	14,9
3	RMS	São Francisco do Conde	3.431,5	13,6
4	NOR	Paulo Afonso	1.153,7	4,6
5	RMS	Candeias	833,0	3,3
6	RMS	Simões Filho	828,0	3,3
7	RMS	Dias D'Ávila	820,1	3,2
8	LN	Pojuca	660,2	2,6
9	PAR	Feira de Santana	631,7	2,5
10	LS	Ilhéus	481,9	1,9
11	LN	Catu	413,3	1,6
12	ES	Mucuri	359,6	1,4
13	ES	Eunápolis	355,8	1,4
14	BMSF	Sobradinho	305,7	1,2
15	RMS	Lauro de Freitas	273,6	1,1
16	LN	Alagoinhas	244,8	1,0
17	LS	Itabuna	228,3	0,9
18	SUD	Vitória da Conquista	220,4	0,9
19	LN	Esplanada	198,3	0,8
20	OES	Luis Eduardo Magalhães	186,0	0,7
21	BMSF	Juazeiro	179,4	0,7
22	OES	Barreiras	147,0	0,6
23	LN	São Sebastião do Passé	132,3	0,5
24	SUD	Itapetinga	131,2	0,5
25	SUD	Jequié	120,5	0,5
26	LN	Mata de São João	114,3	0,5
27	ES	Itapebi	111,1	0,4
28	SG	Brumado	102,3	0,4
29	PIE	Jaguarari	96,5	0,4
30	ES	Teixeira de Freitas	91,0	0,4

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009a).

Para além da RMS, novamente o Extremo Sul e o Litoral Sul constituem-se nas regiões mais importantes para a economia da Bahia. Elas abrigavam seis entre os 30 municípios com maior PIB industrial em 2006: Eunápolis,

Mucuri, Teixeira de Freitas, Itapebi (Extremo Sul), Itabuna e Ilhéus (Litoral Sul).

Outras regiões que observaram destaque na produção industrial foram o Baixo Médio São Francisco, com os municípios de Juazeiro

e Sobradinho; o Nordeste, com Paulo Afonso (situação associada à hidroelétrica lá localizada); o Sudoeste, com Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié; e Serra Geral, com Brumado.

Por fim, em 2006, o setor de serviços foi aquele que revelou maior participação no estado, com 61,5%. Os segmentos de administração, saúde e educação públicas e de comércio e serviços de manutenção e reparação comandavam, nesse ano, a composição desse PIB com, respectivamente, 28,1% e 19,7% do total (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009b). Observando-se a participação relativa dos municípios, evidencia-se que somente Salvador era responsável por 30,9% do PIB estadual (Tabela 6). Nesse setor, além da capital baiana, outros municípios da RMS estavam entre os mais importantes: São Francisco do Conde (4,5%), Camaçari (4,0%), Lauro de Freitas (2,3%) e Simões Filho (1,7%). Portanto, nesse ano, a RMS concentrava 43,4% do PIB do setor terciário baiano (Figura 5).

Um grupo intermediário era formado por Feira de Santana (4,8%), no Paraguaçu; Vitória da Conquista (2,7%) e Jequié (1,6%), no Sudoeste; e Itabuna (2,2%) e Ilhéus (1,6%), no Litoral Sul. Nas regiões do Baixo Médio São Francisco e Oeste, destacaram-se Juazeiro (1,5%) e Barreiras (1,3%), respectivamente. Os demais municípios baianos apresentaram uma participação no PIB de serviços no estado menor que 1,0%.

Não obstante a grande concentração nos municípios da RMS, em termos de espacialização, a observação daqueles com os 30 maiores PIB do setor terciário estavam melhor distribuídos pelo território, comparativamente ao que foi verificado em relação ao PIB industrial. Mesmo assim, a RMS e seu entorno agrupavam 12 municípios entre os 30 maiores PIB do terciário: Salvador, Feira de

Santana, São Francisco do Conde, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Dias D'Ávila, Cruz das Almas e Serrinha. Desse modo, pode-se dizer que esse setor revela-se como um indicador de centralidade urbana mais adequado do que o PIB total, agropecuário ou industrial. Isso porque ele guarda maior correlação com a distribuição das cidades mais populosas do estado.

As regiões Litoral Sul e Extremo Sul igualmente apresentaram participação significativa na composição do PIB do setor de serviços no estado. Nelas se sobressaíam seis municípios: Itabuna, Ilhéus e Valença (Litoral Sul), Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis (Extremo Sul). No Sudoeste, destacavam-se Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Na Serra Geral, os de maior participação foram Guanambi e Brumado. Com menor destaque apareceram Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, situados na região Oeste; Juazeiro, no Baixo Médio São Francisco; e Paulo Afonso, no Nordeste. Por fim, no Piemonte da Diamantina, destacaram Jacobina e Senhor do Bonfim; e Irecê, localizado na região de mesmo nome.

Esses dados confirmam a persistência de um elevado grau de concentração espacial na produção de riquezas na Bahia. No entanto, a depender do setor econômico, essa produção se apresenta de forma mais ou menos concentrada. Tal como visto, o PIB industrial revelou-se o mais concentrado, marcadamente na RMS. Somente os 10 maiores municípios agregavam, em 2006, quase 72,0% do PIB industrial baiano, e os 30 maiores concentravam 87,4% desse total. O PIB agropecuário, no qual o grande destaque foi a região Oeste, revelou menor densidade. Os 10 primeiros municípios representavam, em 2006, cerca de 27,0% do total, enquanto os 30 maiores abarcavam 43,0%. No caso do PIB do setor terciário, aqueles que figuraram como os 10 maiores somavam



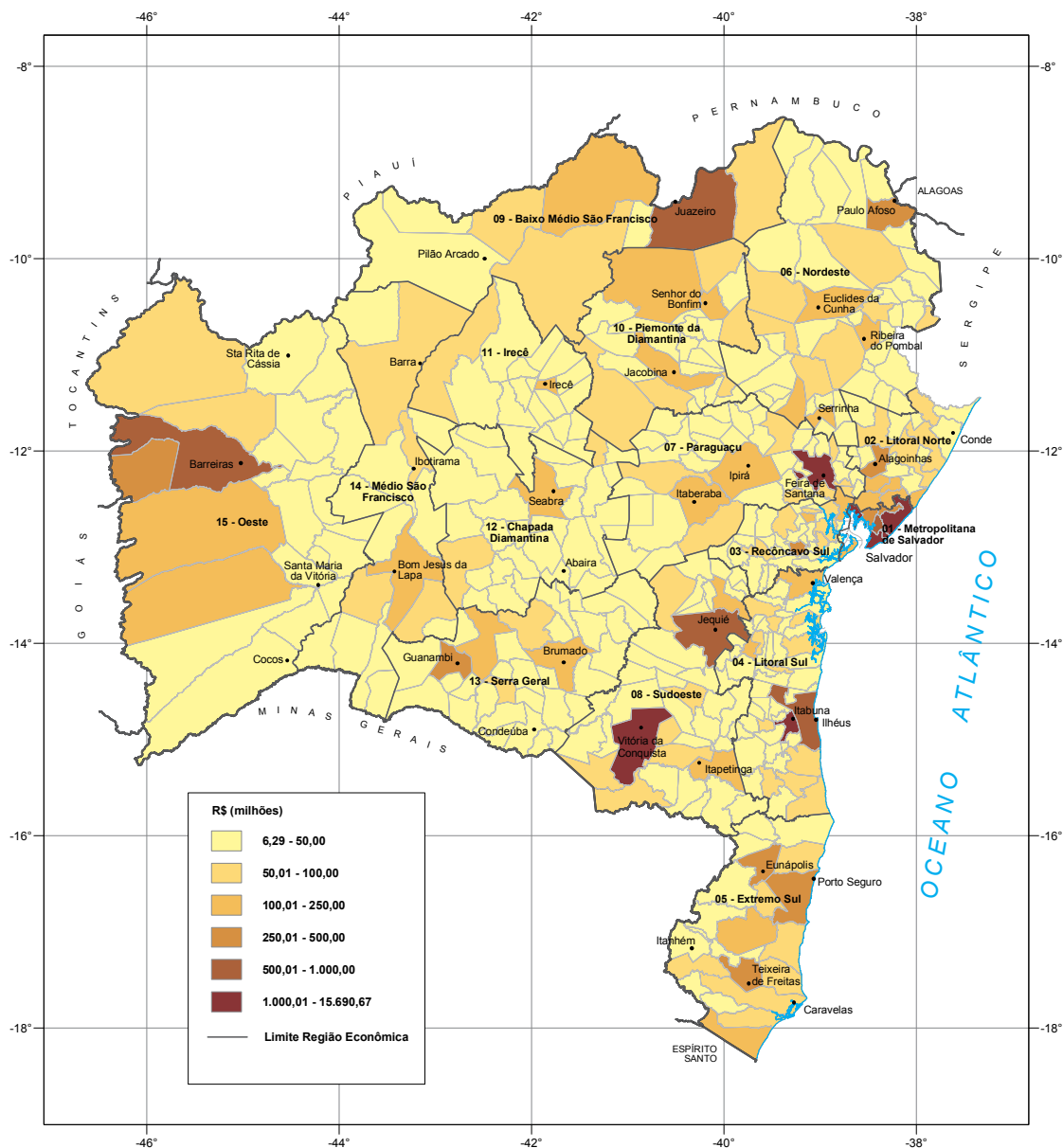
**Tabela 6**  
**Municípios com os 30 maiores PIBs do setor terciário e sua participação relativa no estado Bahia – 2006**

Class.	Regiões Econômicas	Municípios	Valor Adicionado (R\$ milhões)	Participação no estado
<b>BAHIA</b>			<b>50.727,0</b>	<b>100,0</b>
1	RMS	Salvador	15.690,7	30,9
2	PAR	Feira de Santana	2.451,4	4,8
3	RMS	São Francisco do Conde	2.270,5	4,5
4	RMS	Camaçari	2.023,3	4,0
5	SUD	Vitória da Conquista	1.362,6	2,7
6	RMS	Lauro de Freitas	1.151,4	2,3
7	LS	Itabuna	1.125,6	2,2
8	RMS	Simões Filho	863,1	1,7
9	LS	Ilhéus	811,8	1,6
10	SUD	Jequié	803,6	1,6
11	BMSF	Juazeiro	740,6	1,5
12	OES	Barreiras	645,7	1,3
13	RMS	Candeias	474,8	0,9
14	LN	Alagoinhas	467,3	0,9
15	ES	Teixeira de Freitas	463,6	0,9
16	ES	Porto Seguro	419,6	0,8
17	ES	Eunápolis	396,8	0,8
18	RS	Santo Antônio de Jesus	391,3	0,8
19	OES	Luíis Eduardo Magalhães	378,4	0,8
20	NOR	Paulo Afonso	337,7	0,7
21	RMS	Dias d'Ávila	328,5	0,7
22	SG	Guanambi	254,1	0,5
23	LS	Valença	241,5	0,5
24	PIE	Jacobina	226,6	0,5
25	IRC	Irecê	218,4	0,4
26	PIE	Senhor do Bonfim	207,4	0,4
27	RS	Cruz das Almas	197,9	0,4
28	SG	Brumado	195,5	0,4
29	NOR	Serrinha	189,7	0,4
30	SUD	Itapetinga	183,9	0,4

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009a).

56,3%, enquanto os 30 maiores representavam 70,0% do total. Essa situação denota, ainda, uma grande concentração de atividades econômicas terciárias, especialmente

em Salvador e nos municípios com maiores populações urbanas, o que, conseqüentemente, contribui para manter sua centralidade em relação à Bahia.



**Figura 5**  
**PIB do setor serviços por município**  
**Estado da Bahia – 2006**

Fonte: SEI, 2009.

A análise da distribuição espacial do PIB baiano, em 2006, converge no sentido de demonstrar a prevalência do processo de concentração de atividades econômicas na RMS e nos extremos do território

baiano, em detrimento da grande área central do estado, a região semiárida. Esse processo já foi identificado em estudos anteriores da SEI, incorporados à parte 1 deste relatório.

## Indicadores complementares

Para uma melhor compreensão da dinâmica econômica e do entendimento da distribuição de estruturas no território baiano, agregaram-se aos dados do PIB informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), entendendo que a localização das sedes dessas instituições nas cidades é um indicativo de centralidade urbana e da própria configuração desta rede.

A rede de atendimento do Sebrae é formada por 30 unidades, distribuídas em 26 cidades (Quadro 5). Salvador é o único centro urbano baiano que contava com mais de uma unidade, cinco no total. E considerando a região formada pela capital baiana e as cidades do entorno metropolitano (Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana, Alagoinhas e Santo Antônio de Jesus), encontram-se dez unidades do Sebrae.

Outra região que se revelou importante para as atividades do Sebrae foi a do Litoral Sul, com quatro unidades, localizadas em

Unidade de Gestão Regional	Municípios	Regiões Econômicas
Metropolitana	Salvador/Centro de Atendimento ao Empreendedor	RMS
	Salvador/Pelourinho	RMS
	Salvador/Itapagipe	RMS
	Salvador/Liberdade	RMS
	Salvador/SAC Empresarial	RMS
	Camaçari	RMS
	Lauro de Freitas	RMS
	Feira de Santana	PAR
	Alagoinhas	LN
	Euclides da Cunha	NOR
Grande Recôncavo/Nordeste	Paulo Afonso	NOR
	Seabra	CD
	Irecê	IRC
Chapada Sul e Centro Leste São Francisco	Santo Antonio de Jesus	RS
	Valença	LS
Grande Recôncavo Sul	Juazeiro	BMSF
	Jacobina	PIE
Baixo-Médio São Francisco	Senhor do Bonfim	PIE
	Itaberaba	PAR
	Vitória da Conquista	SUD
Chapada Norte	Brumado	SG
	Guanambi	SG
	Itapetinga	SUD
	Ilhéus	LS
Planalto Sudoeste e Central	Itabuna	LS
	Ipiaú	LS
	Barreiras	OES
Mata Atlântica	Teixeira de Freitas	ES
	Porto Seguro	ES
Oeste e Médio São Francisco	Porto Seguro	ES
	Eunápolis	ES

**Quadro 5**  
**Unidades de gestão regional do Sebrae na Bahia – 2009**

Fonte: SEBRAE, 2009.

Municípios	Regiões Econômicas
Alagoinhas	LN
Barreiras	OES
Brumado	SG
Feira de Santana	PAR
Guanambi	SG
Caetité <sup>(1)</sup>	SG
Irecê	IRC
Itaberaba	PAR
Ilhéus	LS
Itabuna	LS
Itapetinga	SUD
Jacobina	PIE
Jequié	SUD
Juazeiro	BMSF
Paulo Afonso	NOR
Eunápolis	ES
Porto Seguro	ES
Teixeira de Freitas	ES
Camaçari	RMS
Lauro de Freitas	RMS
Salvador	RMS
Santa Maria da Vitória	OES
Santo Antonio de Jesus	RS
Seabra <sup>(1)</sup>	CD
Senhor do Bonfim	PIE
Serrinha	NOR
Valença <sup>(1)</sup>	LS
Vitória da Conquista	SUD
Bom Jesus da Lapa <sup>(1)</sup>	MSF

**Quadro 6**  
**Escritórios da Juceb na Bahia – 2009**

Fonte: JUCEB, 2009.

(1) Escritórios sem julgamento de processos.

Valença, Ilhéus, Itabuna e Ipiaú. Três unidades aparecem no Extremo Sul, em Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas. As regiões Sudoeste e Serra Geral apareceram com duas unidades cada, situadas, respectivamente, em Vitória da Conquista e Itapetinga, e em Guanambi e Brumado. As demais estavam localizadas em outros importantes centros urbanos espacialmente dispersos: Barreiras (na

região Oeste); Juazeiro (no Baixo Médio São Francisco), Paulo Afonso e Euclides da Cunha (Nordeste); Irecê (região de Irecê), Jacobina e Senhor do Bonfim (Piemonte da Diamantina), Seabra e Itaberaba (Chapada Diamantina).

Em relação aos escritórios da Juceb (Quadro 6), não havia diferenças significativas em relação à distribuição das unidades do Sebrae, embora apresentasse uma abrangência um pouco maior. Com exceção de Euclides da Cunha (Nordeste) e Ipiaú (Litoral Sul), todas as cidades que estão na rede do Sebrae também fazem parte da Juceb. Além disso, essa última rede contava com mais quatro cidades que apresentam importância microrregional. Nas regiões Nordeste e Sudoeste, respectivamente, havia unidades da Juceb em Serrinha e Jequié; no Oeste, existia escritório em Santa Maria da Vitória; e a região do Médio São Francisco tinha escritório em Bom Jesus da Lapa.

## Principais destinos turísticos

Além da localização dos distritos industriais e dos polos comerciais e de serviços, o turismo também pode se constituir em atividade econômica geradora de centralidade<sup>18</sup>. Basta observar os fluxos de pessoas, bens e serviços

<sup>18</sup> A centralidade, no caso da atividade turística, virá a atrair infraestrutura urbana a depender do tipo de turismo exercido no município. A Secretaria de Turismo do governo da Bahia (Setur), na publicação datada de 2005, *Século XXI – consolidação do turismo*, admite seis motivações prioritárias para o turismo na Bahia: litoral; história e cultura; esporte e aventura; negócios e eventos profissionais; entretenimento e lazer urbano; e natureza. O turismo motivado pela natureza, conhecido como turismo ecológico, por exemplo, perderia sentido num espaço com alto grau de urbanização, sendo indispensável para este segmento a infraestrutura de acesso aos polos turísticos: rodovias, hidrovias, portos, atracadouros, aeroportos etc. Já o turismo de entretenimento e lazer urbano demanda toda a rede de infraestrutura necessária aos centros urbanos, visto que o produto vendido, neste caso, é o espaço da cidade.

que são gerados nas regiões turísticas, assim como a nova demanda de investimentos públicos em infraestrutura básica, como estradas, saneamento, energia elétrica e telecomunicações. Entende-se ainda que a existência de uma motivação turística em um dado espaço, potencializada pela disponibilidade de uma boa infraestrutura urbana, favorece as oportunidades de negócios para a iniciativa privada: hotéis e pousadas, restaurantes, casas de espetáculos, clubes recreativos, entre outros. Tudo isto contribui para a formação de um mercado turístico local e/ou regional e de cidades atraentes para o turismo.

Na Bahia, as primeiras ações do poder público de fomento à atividade turística datam da segunda metade do século XX. No entanto, foi a partir dos anos de 1990 que o estado, principalmente a cidade de Salvador, despontou nos cenários nacional e internacional como polo de atração de turistas. Isso decorreu de diversos investimentos e políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento e fortalecimento desta atividade, o que foi feito por meio de grandes projetos financiados por capitais transnacionais e captação de investimentos para equipamentos de hotelaria e lazer.

Consideravam-se, então, na Bahia, dois tipos de turismo: o litorâneo, concernente aos centros localizados na região costeira do estado — onde estavam os municípios com maior grau de urbanização e que concentravam maior parte do PIB baiano, como já foi indicado anteriormente —, e o rural, relativo aos municípios localizados no interior do estado, onde o turismo ecológico pode ser explorado.

Na década de 1990, os municípios da costa do Litoral Norte tiveram a atividade turística impulsionada pela ampliação da BA-099 — uma rodovia estadual que liga Lauro de Freitas (limítrofe de Salvador) a Indiaroba (na divisa entre Sergipe e Bahia). Destacavam-se aí os municípios de Camaçari, Mata de

São João, Entre Rios, Conde e Jandaíra. Na RMS, sobressaíam-se Itaparica, Vera Cruz e Salvador. No Recôncavo Sul, a cidade histórica de Cachoeira aparecia como referência, enquanto no Litoral Sul, Valença, Cairu, Maraú, Itacaré, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri despontavam como polos turísticos.

Ainda nessa década, a Chapada Diamantina exercia forte atratividade para aqueles interessados em turismo de aventura. Localiza-se nessa região o Parque Nacional da Chapada Diamantina, no qual estão Lençóis, Mucugê e Andaraí. Ao longo do Rio São Francisco, por sua vez, os municípios de Paulo Afonso (região Nordeste), Sobradinho (Baixo Médio São Francisco) e Xique-Xique (Irecê) também eram considerados com potenciais para o desenvolvimento da atividade turística, enquanto Bom Jesus da Lapa e Monte Santo apareciam como centros para a prática de turismo religioso. Por sua vez, Cipó e Tucano (Nordeste), que já tiveram importância turística ligada a cassinos, nos anos 1990 atraíam visitantes pelas suas estâncias hidrominerais e paisagens naturais.

Cabe ressaltar que, desde os anos 1980, as diretrizes para o setor do turismo na Bahia passaram a ser definidas considerando-se uma regionalização por nove zonas turísticas. Em 2000, foram expandidas para 11, tendo em vista a perspectiva de se captar tendências de formação de novas centralidades para essa atividade, considerando a diversidade de atrativos e cenários do estado (Quadro 7).

Conforme a Secretaria de Turismo do governo da Bahia (Setur) (BAHIA, 2009), ainda em 2000, os principais destinos turísticos do estado eram Jandaíra, Mata de São João (Litoral Norte), Camaçari, Salvador, Itaparica, Vera Cruz (RMS), Cachoeira (Recôncavo Sul), Valença, Cairu, Maraú, Ilhéus, Itacaré, Canavieiras, Una (Litoral Sul), Prado, Alcobaça, Caravelas, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália (Extremo Sul), Paulo Afonso (Nordeste), Lençóis, Mucugê

Zona turística	Municípios e características	Tipo de turismo
Baía de Todos os Santos	Principal portão de entrada para o turista que visita a Bahia. Envolve Salvador além dos municípios de Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz.	Litoral; História/Cultura; Esporte/Aventura; Negócios/ Eventos Profissionais; Entretenimento/Lazer Urbano; Natureza
Caminhos do Oeste	Localizada na margem esquerda do Rio São Francisco, essa região é composta pelos municípios de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Correntina, Santana, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe e São Desidério, Luiz Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e Barra. É considerada uma das mais ricas em recursos hídricos do Nordeste do Brasil. A essas características, soma-se um potencial turístico que se revela na presença de serras, cachoeiras, cavernas, rios com corredeiras e praias fluviais, favorecendo o desenvolvimento do segmento de natureza em suas diferentes modalidades.	Esporte/Aventura; Negócios/Eventos Profissionais; Natureza
Caminhos do Sertão	Abrange os municípios de Feira de Santana, Candeal, Serrinha, Teofilândia, Araci, Tucano, Cipó, Nova Soure, Itapicuru, Ribeira do Pombal, Banzaê, Euclides da Cunha, Monte Santo, Uauá e Canudos. Essa região turística encontra-se em fase de estruturação, embora já venha atraindo fluxos turísticos com certa regularidade.	História/Cultura
Chapada Diamantina	Esta região é uma das mais extensas zonas turísticas da Bahia. Os 28 municípios que compõe estão localizados na região central do estado e suas histórias estão relacionadas a momentos importantes da vida nacional, como a exploração do garimpo nos séculos XVII, XVIII e XIX. Os municípios que compõem esta ZT são: Andaraí, Ibicoara, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra, Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires, Barra da Estiva, Ituaçu, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Orolândia, Piritiba, Saúde, Utinga, Wagner, Gentio do Ouro, Ipupiara e Brotas de Macaúbas.	História/Cultura; Esporte/Aventura; Natureza
Costa das Baleias	Composta por 05 municípios do extremo sul baiano: Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado. Essa região tem como principal atração turística o fenômeno anual de migração das baleias jubarte para o litoral do extremo sul do Estado, que pode ser observado no Parque Nacional Marinho de Abrolhos.	Litoral; Esporte/Aventura; Natureza
Costa do Cacau	Compreendendo os municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca. Essa região tornou-se mundialmente famosa por intermédio das histórias de amor e aventura contadas por Jorge Amado.	Litoral; História/Cultura; Esporte/Aventura; Negócios/ Eventos Profissionais; Entretenimento/Lazer Urbano; Natureza
Costa dos Coqueiros	Formada por municípios localizados ao norte da capital baiana: Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João. É uma das zonas turísticas mais procuradas da Bahia, abrigando destinos conhecidos como Praia do Forte, Costa do Sauípe (maior conjunto de resorts da América do Sul), Imbassaí e Mangue Seco.	Litoral; História/Cultura; Esporte/Aventura; Negócios/ Eventos Profissionais; Entretenimento/Lazer Urbano; Natureza
Costa do Dendê	Localizada ao sul de Salvador, em área contígua à Baía de Todos os Santos, esta região é composta pelos municípios de Cairu (Morro de São Paulo), Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença.	Litoral; Esporte/Aventura; Natureza
Vale do Jequiçá	Localizada a cerca de 150 km a oeste de Salvador, essa região turística é formada pelos municípios de Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Santa Inês, Ubaira e Amargosa. Contando com belas cachoeiras, rios, serras, flora e fauna exuberantes, o Vale desperta o interesse de visitantes que buscam contato com a natureza, seja para simples contemplação, seja para a prática de esportes de natureza, como cavalgadas, trekking, canoagem e pesca.	Natureza

## Quadro 7 Zonas turísticas do estado da Bahia

Fonte: SETUR, 2009.

(Chapada Diamantina) e Rio de Contas (Serra Geral). Assim, embora tenha havido o esforço em criar, expandir e consolidar novas zonas turísticas (Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste, Vale do Jequiçá e Caminhos do Sertão) fora da região litorânea da Bahia, com o intuito de aproveitar e reforçar o dinamismo de alguns centros regionais do interior (observou-se que municípios da Chapada receberam uma demanda significativa), os destinos com maior relevância eram aqueles que se situavam na porção litorânea do estado.

No que diz respeito à articulação internacional e interestadual da Bahia decorrente da atividade turística, documentos da Setur apontaram, no ano de 2005, os países que mais enviaram turistas internacionais: Portugal (17,9%), Argentina (12,8%), França (11,4%), Itália (9,3%), Espanha (8,6%), Estados Unidos (8,0%), Chile (6,1%), Alemanha (5,0%), Reino Unido (3,1%) e Suíça (3,0%) (BAHIA, 2005). Já no caso dos turistas nacionais, os principais estados de origem foram São Paulo (26,2%), Rio de Janeiro (10,2%), Minas Gerais (6,6%), Sergipe (4,8%), Distrito Federal (4,3%), Pernambuco (4,0%), Rio Grande do Sul (2,5%), Paraná (2,2%) e Espírito Santo (1,8%). No entanto, o fluxo de turistas gerado pelo próprio estado, ou

intraestadual, ainda é o maior responsável pelo turismo na Bahia, equivalendo a 26,7% do total de turistas. Esse fato revela o quanto o mercado turístico ainda pode crescer no estado.

Ainda conforme a Setur, o fluxo turístico global, que, em meados da década de 1990, era de 3,6 milhões de visitantes, em 2005 passou para cerca de 5,0 milhões, o que representa um crescimento de 36,0% em uma década. Contudo, o fluxo de turistas internacionais era, em média, de 10,0% na década de 1990 em relação ao nacional, enquanto em 2004 este percentual atingiu 12,0%. Isso demonstra que o turismo doméstico é responsável pela maior parte do fluxo no setor, merecendo, desse modo, maior atenção no tocante à infraestrutura de transporte intra e interestadual.

Contudo, os investimentos nacionais e internacionais realizados nos anos 1990, no setor do turismo, acarretaram uma dinamização econômica muito pontual e alteração da dinâmica demográfica, sobretudo na RMS e Extremo Sul, onde se evidenciou intenso fluxo de trabalhadores (tanto emigração como imigração) no período de consolidação dessas áreas como polos turísticos.

### **2.3. Principais tendências de distribuição da população na Bahia**

No início da década de 1990, a Bahia agregava uma população pouco menor do que 12 milhões de habitantes, que representava 8,1% do contingente demográfico do Brasil e 27,9% do nordestino. Em 1991, aproximada-

mente metade de seus moradores residia em municípios que possuíam entre 10 e 50 mil habitantes, que correspondiam a 75,0% dos 415 existentes no estado. Entre 1991 e 2000, o estado registrou uma taxa de crescimento

de 1,1% ao ano e sua população passou para 13.070.250 habitantes (Tabela 7).

principais atividades econômicas a criação de bovinos, a indústria da celulose e o turismo —

**Tabela 7**  
**População total, participação relativa no estado e taxa de crescimento geométrico das regiões econômicas – Bahia – 1991 e 2000**

Regiões Econômicas	1991		2000		Taxa de crescimento geométrico 1991-2000 (% ao ano)
	População total	Participação relativa	População total	Participação relativa	
<b>BAHIA</b>	<b>11.867.335</b>	<b>100,0</b>	<b>13.070.250</b>	<b>100,0</b>	<b>1,1</b>
Extremo Sul	533.219	4,5	664.850	5,1	2,5
Metropolitana de Salvador	2.496.524	21,0	3.021.572	23,1	2,1
Baixo Médio São Francisco	342.549	2,9	407.501	3,1	2,0
Litoral Norte	463.727	3,9	530.898	4,1	1,5
Sudoeste	1.009.429	8,5	1.135.362	8,7	1,3
Oeste	438.952	3,7	486.954	3,7	1,2
Recôncavo Sul	628.955	5,3	684.550	5,2	1,0
Médio São Francisco	311.718	2,6	337.507	2,6	0,9
Serra Geral	524.791	4,4	565.037	4,3	0,8
Nordeste	1.099.103	9,3	1.176.201	9,0	0,8
Chapada Diamantina	479.484	4,0	507.414	3,9	0,6
Paraguaçu	1.193.160	10,1	1.250.163	9,6	0,5
Irecê	361.125	3,0	372.994	2,9	0,4
Litoral Sul	1.381.398	11,6	1.360.539	10,4	-0,2
Piemonte da Diamantina	603.201	5,1	568.708	4,4	-0,7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Analisando a distribuição da população e os ritmos de crescimento no período para as suas 15 regiões econômicas, verificou-se que aquelas com as maiores taxas de crescimento foram o Extremo Sul e a RMS, com 2,5% e 2,1% ao ano, respectivamente, indicativas de imigração líquida<sup>19</sup>. A primeira tinha como

as duas últimas em franca expansão nos anos 1990. A segunda, que sozinha concentrava 21,0% da população estadual em 1991 e 23,1% em 2000, apresentava como atividade econômica característica a indústria — especialmente os setores petroquímico, químico e metalúrgico, mais recentemente também o setor automotivo —, além de haver áreas de intensa exploração turística. Acrescente-se que essa região concentra o maior volume e os principais equipamentos de comércio e de serviços e possui o maior mercado de trabalho da Bahia.

Os municípios do Extremo Sul que mais se destacaram em termos de crescimento demográfico nesse período foram Santa Cruz

<sup>19</sup> Adotam-se aqui as faixas de crescimento demográfico apresentadas pela SEI na publicação *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000* (ver referências). Conforme estudos realizados por técnicos dessa instituição, para o período 1991-2000, adotou-se como hipótese que o crescimento vegetativo da Bahia estaria variando entre 1,00% a 1,99% a.a. Sendo assim, as taxas de crescimento acima desse valor denotariam imigração líquida, e as abaixo, emigração. Neste trabalho, avaliou-se ser pertinente manter as mesmas hipóteses para o período 2001-2007.



Cabrália (15,5% a.a.) e Porto Seguro (11,9% a.a.). Ambos, observe-se, com a economia associada ao turismo. Na RMS, os maiores níveis de crescimento foram registrados em Lauro de Freitas, com 10,4% a.a, e Simões Filho, com 6,3% a.a. Para esses municípios, tais taxas parecem estar associadas à expansão de empreendimentos de cunho imobiliário, ao custo da moradia e à acessibilidade a Salvador e aos principais complexos industriais baianos.

Já o Litoral Sul e Piemonte da Diamantina tiveram perdas absolutas de população, entre 1991 e 2000, com taxas de -0,2% a.a. e -0,6% a.a., respectivamente. No Litoral Sul, no período analisado, observou-se que ainda permanecem alguns dos efeitos da crise cacauêira, fator responsável pela migração de contingentes significativos para outros estados, bem como para as áreas litorâneas da Bahia, principalmente Porto Seguro e Itacaré. Em relação ao crescimento no Piemonte da Diamantina, pode-se considerá-lo como um dos efeitos diretos das condições climáticas e pedológicas adversas nesta região, em grande parte semiárida. Isso, associado à estrutura fundiária concentrada e à ineficiência das políticas pensadas para combater os efeitos da seca, faz com que essa região se configure como emissora de população. Note-se em 75,0% dos municípios do Litoral Sul ocorreram perdas populacionais. Já no Piemonte da Diamantina, esse percentual foi de 54,2%.

Para efeito de análise dos níveis de crescimento, é oportuno verificar que, entre 1995-2000, a maioria daqueles que migraram e que tiveram como origem e destino a própria Bahia empreenderam movimentos para localidades próximas<sup>20</sup>. De forma geral, como demonstraram Dias e Araújo (2007), o destino dos emigrantes foi principalmente municípios

da mesma região econômica ou de regiões contíguas. Seu estudo revelou que cerca de 15% dos emigrantes do Litoral Sul dirigiu-se para o Extremo Sul. Além disso, as autoras ressaltaram que a RMS é o principal destino dos migrantes de suas regiões contíguas e que essa região permanecia como a de maior capacidade de atração migratória.

Buscando entender os fatores que contribuíram para a mobilidade da população no período, verificou-se que, conforme Alcoforado (2003) e estudos da SEI (1997), o intenso dinamismo econômico do Extremo Sul esteve vinculado aos grandes investimentos para a produção de celulose, com destaque para Mucuri, o que resultou na melhoria da oferta e da qualidade da infraestrutura produtiva disponível na região. Some-se a isso o desenvolvimento da atividade turística em municípios litorâneos como Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Alcobça, Mucuri e Caravelas, a prática de outras atividades agrícolas, como a fruticultura (concentrados, néctares e geleias), o extrativismo (mármore e granitos em Teixeira de Freitas) e a ampliação de projetos voltados ao segmento madeireiro. Esses projetos e investimentos ampliaram a demanda por mão de obra especializada, mas também pela disponibilizada por trabalhadores pouco qualificados, muitos dos quais oriundos da atividade agrícola tradicional.

Nessa região, ainda merecem ser mencionados Eunápolis e Teixeira de Freitas, importantes subcentros regionais e considerados estratégicos em diferentes planos de governos, que estão sob influência da rede urbana da cidade do Rio de Janeiro, segundo o *Regic 2007*.

Por outro lado, o Litoral Sul, no que pese o crescimento da atividade turística de sol e praia em Itacaré, Ilhéus, Cairu, Maraú e Una (ver item anterior deste relatório) e a introdução da cafeicultura, sobretudo em Camacan e Arataca, ainda experimenta os

---

20 Ver maior detalhamento adiante.

impactos econômicos e sociais decorrentes da crise da lavoura cacauzeira instalada a partir dos anos de 1980. Nessa região, os subcentros de comércio e serviços mais importantes eram Itabuna e Ilhéus, ambos com taxas de crescimento indicativas de emigração em 1991-2000 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003).

A RMS se caracterizava por ser, em termos econômicos, a mais desenvolvida da Bahia. Contava com uma adensada rede de infraestrutura econômica e urbana, onde existia uma concentração de equipamentos comerciais e de serviços diversificados e qualificados, notadamente na capital e, mais recentemente, também no município vizinho de Lauro de Freitas. É a região que mais atrai investimentos públicos e privados da Bahia, devido à existência de plantas industriais do setor da petroquímica, química inorgânica e metal-mecânico, desde os anos 1970. Essas plantas se situam no entorno de Salvador, nos municípios de Camaçari, São Francisco do Conde, Dias D'Ávila, Simões Filho e Candeias.

A região do Piemonte da Diamantina foi a que apresentou o menor resultado do ponto de vista da taxa do crescimento demográfico (-0,7% a.a.) entre 1991 e 2000. Apesar de estar em posição intermediária em relação ao *ranking* do PIB do estado, localiza-se no semi-árido baiano e se caracteriza, historicamente, por atividades ligadas ao complexo mineral. Entre elas, as mais relevantes estavam em Campo Formoso (cimento) e em Jaguarari (cobre, além do garimpo de esmeraldas). Essas atividades normalmente são combinadas à agropecuária de subsistência, portanto, de baixa produtividade e renda. Tal situação fez com que o dinamismo e o desenvolvimento na região se mostrassem bastante restritos. Por isso mesmo, o saldo migratório dessa região, entre 1995 e 2000, está entre os menores do estado (DIAS; ARAÚJO, 2007).

Numa avaliação sintética, entre 1991 e 2000, observou-se que as tendências demográficas mais gerais da Bahia estavam em consonância com o que ocorria em âmbito nacional. Entretanto, sempre com menor intensidade e dinâmica. Analisando tais processos em seu espaço interno, a mesma tendência se evidenciava: ainda que em quase todas as unidades municipais baianas houvesse redução dos ritmos de crescimento demográfico, queda dos níveis de mortalidade e fecundidade, esses fenômenos tenderam a ser mais acentuados nas regiões e municípios onde a urbanização já estava mais consolidada e onde os níveis de escolaridade eram mais altos. Quanto à ampliação das taxas de crescimento urbano associada a perdas demográficas rurais, ocorreu o inverso: elas foram tanto mais elevadas quanto menor os níveis de urbanização. Melhor dizendo, houve heterogeneidade na velocidade com a qual os eventos demográficos aconteceram nas múltiplas porções do estado, embora os processos em curso apontem, com as exceções de praxe, para as tendências consolidadas na Bahia e no Brasil.

Conforme Bellas (2003) e Dias (2003) elencam, a dinâmica demográfica baiana dos anos de 1980 e 1990 apresentou as seguintes características e tendências:

- Desaceleração no ritmo de crescimento, que declinou de 2,1% nos anos de 1980 para 1,1% na década de 1990. Essa tendência se repetiu em relação à taxa de crescimento da população urbana: passou de 3,8% para 2,5% ao ano entre 1980-1991 e 1991-2000.
- A Bahia permaneceu, como ocorre desde os anos 1930, como emissor de pessoas para outras unidades federativas. No entanto, nesse período, houve redução no incremento absoluto de emigrantes (10,4%) em relação ao aumento de imigrantes (35,6%).
- Em 2000, a Bahia mantinha-se com um dos estados brasileiros de menor percentual de população urbana (67,1%) e, ainda, como um

dos que verificavam os menores ritmos de crescimento dessa população (2,5% ao ano).

A tabulação dos dados da última Contagem populacional mostra resultados que sinalizam o avanço de processos que se anunciavam anteriormente, mas sob impacto das dinâmicas econômicas em curso. Conforme essa pesquisa, em 2007, o contingente demográfico baiano superou o patamar dos 14 milhões de habitantes. Com isso, passou a representar 7,6% da população brasileira e 27,3% da nordestina. Portanto, nesse ano, a Bahia registrou uma participação relativa nos cenários nacional e regional inferior à observada em 2000. Em termos do ritmo de crescimento demográfico da população total, as taxas de crescimento mantiveram-se constante nos dois períodos (1,1% a.a.). Assim, a Bahia

permaneceu na mesma faixa de crescimento nos dois períodos, indicativa da inexistência de perdas ou ganhos migratórios significativos.

Tratando das regiões econômicas, a comparação das Tabelas 7 e 8 demonstra que oito regiões — Extremo Sul, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Nordeste, Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina, Sudoeste e Serra Geral —, em maior ou menor escala, diminuíram os ritmos de crescimento. Chama a atenção o caso da região Extremo Sul, cuja taxa referente à população total declinou de 2,4% a.a. (em 1991-2000) para 1,0% a.a. (em 2000-2007). Esse resultado demonstra que a intensa dinâmica territorial do período anterior, provocada, sobretudo, pelos investimentos e pelo desempenho da indústria da celulose e pela expansão do setor turístico,

**Tabela 8**  
**População total residente, participação relativa no estado e taxa de crescimento geométrico por região econômica – Bahia – 2000 e 2007**

Regiões econômicas	2000		2007		Taxa de crescimento geométrico 2000-2007 (% ao ano)
	População absoluta	Participação relativa	População absoluta(1)	Participação relativa	
<b>BAHIA</b>	<b>13.070.250</b>	<b>100,0</b>	<b>14.080.654</b>	<b>100,0</b>	<b>1,1</b>
Metropolitana de Salvador	3.021.572	23,1	3.599.538	25,6	2,7
Baixo Médio São Francisco	407.501	3,1	481.464	3,4	2,5
Oeste	486.954	3,7	544.421	3,9	1,7
Paraguaçu	1.250.163	9,6	1.351.796	9,6	1,2
Extremo Sul	664.850	5,1	711.535	5,1	1,0
Médio São Francisco	337.507	2,6	358.797	2,6	0,9
Litoral Norte	530.898	4,1	563.234	4,0	0,9
Irecê	372.994	2,9	391.415	2,8	0,7
Recôncavo Sul	684.550	5,2	709.868	5,0	0,6
Nordeste	1.176.201	9,0	1.216.275	8,6	0,5
Piemonte da Diamantina	568.708	4,4	581.536	4,1	0,3
Chapada Diamantina	507.414	3,9	518.689	3,7	0,3
Sudoeste	1.135.362	8,7	1.144.138	8,1	0,1
Serra Geral	565.037	4,3	561.895	4,0	-0,1
Litoral Sul	1.360.539	10,4	1.346.053	9,6	-0,2

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e Contagem Populacional de 2007.

(1) População estimada para os municípios de Salvador e Camaçari (RMS), Feira de Santana (PAR), Vitória da Conquista (SUD), Ilhéus e Itabuna (LS) e Juazeiro (BMSF).

parece ter perdido força no que tange à retenção e atração de população.

Com elevação dos ritmos de crescimento comparativamente a 1991-2000 estavam quatro regiões: RMS, Baixo Médio São Francisco, Oeste e Paraguaçu (Tabela 8). Na RMS, a taxa de crescimento passou de 2,1% a.a. para 2,7% a.a., a mais elevada em 2000-2007. Esse dado demonstra que permanece a tendência de crescimento populacional por meio de imigração nessa região e, conseqüentemente, a de concentração demográfica. Observa-se ainda que o peso percentual de sua população no estado manteve-se ascendente, de 23,1%, em 2000, para 25,6%, em 2007.

Impulsionadas pela continuidade da expansão econômica decorrente da expansão da agricultura irrigada e de base tecnológica mais sofisticada, as regiões do Baixo Médio São Francisco (2,5% ao ano) e Oeste (1,7% ao ano) continuaram a incrementar suas taxas de crescimento populacional no período de 2000-2007. Igualmente, elevaram, ainda que de modo discreto, a importância relativa de seu contingente frente ao total. O Baixo Médio São Francisco detinha 3,1% do contingente do estado, em 2000, e passou a contar com 3,4%, em 2007. No Oeste, no primeiro ano em foco, havia 3,7% e, no ano de 2007, 3,9% dos habitantes da Bahia.

No Paraguaçu, entre 2000 e 2007, a taxa de crescimento também ascendeu em relação ao período anterior. Apesar de ser apenas um pouco maior que a estadual (1,2% a.a. e 1,1% ao ano, respectivamente), sinalizou uma das maiores elevações se comparada com o período antecedente. Muito provavelmente, isto se deveu à ampliação dos processos de urbanização em Feira de Santana e seu entorno imediato na época analisada.

Observe-se que, embora essas quatro regiões tenham elevado suas taxas de crescimento, apenas na RMS e no Baixo Médio São Francisco pode-se afirmar que tenha havido

imigração líquida. Nas demais, do mesmo modo que ocorreu em relação à Bahia, não houve perdas ou ganhos demográficos significativos.

Ainda para 2000-2007, as regiões de Irecê (0,7% ao ano), Nordeste (0,5% ao ano) e Chapada Diamantina (0,3% ao ano) obtiveram resultados que, se comparados ao período anterior, as colocam numa situação de estagnação no crescimento demográfico. Mais ainda, indicam a persistência de processos de emigração.

A taxa de crescimento da região Serra Geral declinou acentuadamente: entre 1991 e 2000, registrou 1,6% a.a. e, em 2000-2007, -0,1% ao ano, no último caso indicando perdas absolutas de população. Acredita-se que uma das principais razões para tal fenômeno seja a queda da produtividade do solo dessa região, bastante degradado após décadas de exploração da monocultura de algodão, associada à inexistência de novos projetos e investimentos capazes de dinamizar a sua economia.

A outra região que apresentou crescimento negativo foi Litoral Sul (-0,2% ao ano), que, mesmo diminuindo sua população, era a terceira mais populosa do estado no ano de 2007, sendo ultrapassada pela região Paraguaçu. Já que no período anterior a taxa também foi negativa, pode-se dizer que esta região constitui a principal área de estagnação no estado. Processo similar, mas com menor intensidade, vem acontecendo no Sudoeste, onde a taxa de crescimento diminuiu de 1,5% ao ano, em 1991-2000, para 0,1% ao ano, em 2000-2007, revelando perdas líquidas de população. Em ambos os casos, a redução do crescimento teve entre as causas principais a estagnação de atividades agrícolas tradicionais — no primeiro caso a lavoura cacaueteira e no segundo a cafeicultura —, sem a introdução de outra capaz de absorver a mão de obra liberada.

Confirmando alguns dos processos mencionados, as Tabelas 9 e 10 mostram que a RMS, o Oeste e o Baixo Médio São Francisco, impulsionados pelos municípios de Salvador,

Camaçari e Lauro de Freitas (RMS), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Oeste) e Juazeiro (BMSF), aumentaram seu peso percentual na população do estado entre 2000 e 2007.

**Tabela 9**  
**Municípios com as 30 maiores populações de 2000 e taxas de crescimento**  
**Bahia – 1991 e 2000**

Class.	Regiões econômicas	Município	Pop. total 2000(1)	Participação no estado	Taxa de crescimento 1991-2000 (% ao ano)
<b>BAHIA</b>			<b>13.070.250</b>	<b>100,0</b>	<b>1,1</b>
1	RMS	Salvador	2.443.107	18,7	1,8
2	PAR	Feira de Santana	480.949	3,7	1,9
3	SUD	Vitória da Conquista	262.494	2,0	1,7
4	LS	Ilhéus	222.127	1,7	-0,1
5	LS	Itabuna	196.675	1,5	0,7
6	BMSF	Juazeiro	174.567	1,3	3,4
7	RMS	Camaçari	161.727	1,2	4,0
8	SUD	Jequié	147.202	1,1	0,2
9	LN	Alagoinhas	130.095	1,0	1,2
10	RMS	Lauro de Freitas	113.543	0,9	5,6
11	OES	Barreiras	112.917	0,9	2,2
12	ES	Teixeira de Freitas	107.486	0,8	2,6
13	NOR	Paulo Afonso	96.499	0,7	1,2
14	ES	Porto Seguro	95.721	0,7	12,0
15	RMS	Simões Filho	94.066	0,7	2,9
16	ES	Eunápolis	84.120	0,6	2,0
17	LS	Valença	77.509	0,6	1,6
18	RS	Santo Antônio de Jesus	77.368	0,6	2,1
19	RMS	Candeias	76.783	0,6	1,4
20	PIE	Jacobina	76.492	0,6	0,0
21	SG	Guanambi	71.728	0,5	1,0
22	NOR	Serrinha	71.031	0,5	0,8
23	PIE	Senhor do Bonfim	67.723	0,5	-2,3
24	ES	Itamaraju	64.144	0,5	0,0
25	PIE	Campo Formoso	61.942	0,5	0,0
26	PAR	Ipirá	61.746	0,5	-0,2
27	SG	Brumado	61.670	0,5	0,8
28	PAR	Itaberaba	58.943	0,5	1,0
29	RS	Santo Amaro	58.414	0,4	0,8
30	SUD	Itapetinga	57.931	0,4	0,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2000.

(1) Os municípios de Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, criados a partir de Serrinha e Barreiras, respectivamente, não constam desta listagem, na qual permanece a divisão administrativa do Censo de 1991, adotada pelo IBGE, na divulgação dos dados do Censo 2000.

Ao contrário, Litoral Sul, Nordeste, Recôncavo Sul, Piemonte da Diamantina, Serra Geral, Chapada Diamantina e Irecê vêm diminuindo sua participação no total.

Ainda considerando as Tabelas 9 e 10, notou-se que os três maiores municípios baianos em termos de população aumentaram sua importância relativa. Em 2000, Salvador,

**Tabela 10**  
**Municípios com as 30 maiores populações em 2007 e taxas de crescimento**  
**Bahia – 2000-2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. total 2007(1)	Participação no estado	Taxa de crescimento 2000- 2007
<b>BAHIA</b>			<b>14.080.654</b>	<b>100,0</b>	<b>1,1</b>
1	RMS	Salvador	2.892.625	20,5	2,6
2	PAR	Feira de Santana	571.997	4,1	2,6
3	SUD	Vitória da Conquista	308.204	2,2	2,4
4	BMSF	Juazeiro	230.538	1,6	4,3
5	RMS	Camaçari	220.495	1,6	4,8
6	LS	Ilhéus	220.144	1,6	-0,1
7	LS	Itabuna	210.604	1,5	1,0
8	SUD	Jequié	145.964	1,0	-0,1
9	RMS	Lauro de Freitas	144.492	1,0	3,7
10	LS	Alagoinhas	132.725	0,9	0,3
11	OES	Barreiras	129.501	0,9	2,1
12	ES	Teixeira de Freitas	118.702	0,8	1,5
13	ES	Porto Seguro	114.459	0,8	2,7
14	RMS	Simões Filho	109.269	0,8	2,3
15	NOR	Paulo Afonso	101.952	0,7	0,8
16	ES	Eunápolis	93.984	0,7	1,7
17	LS	Valença	84.931	0,6	1,4
18	RS	Santo Antônio de Jesus	84.256	0,6	1,3
19	RMS	Candeias	78.618	0,6	0,4
20	PIE	Jacobina	76.463	0,5	0,0
21	SG	Guanambi	76.230	0,5	0,9
22	PIE	Senhor do Bonfim	72.511	0,5	1,0
23	NOR	Serrinha	71.383	0,5	0,1
24	ES	Itamaraju	65.327	0,5	0,3
25	PIE	Campo Formoso	65.137	0,5	0,8
26	SUD	Itapetinga	63.243	0,5	1,3
27	BMSF	Casa Nova	62.862	0,5	1,8
28	IRC	Irecê	62.676	0,5	1,3
29	SG	Brumado	62.381	0,4	0,2
30	MSF	Bom Jesus da Lapa	62.199	0,4	2,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Contagem da População de 2007.

(1) Para os municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista a população total é estimada.

Feira de Santana e Vitória da Conquista tinham 18,7%, 3,7% e 2,0%, respectivamente, do total da Bahia. Em 2007, agregavam 20,5%, 4,1% e 2,2%, correspondentemente. Juazeiro, em 2000, era a sexta maior população, com 1,3% desse total. Conforme a Contagem de 2007, detinha 1,6% e alçou à condição de quarto maior contingente do estado.

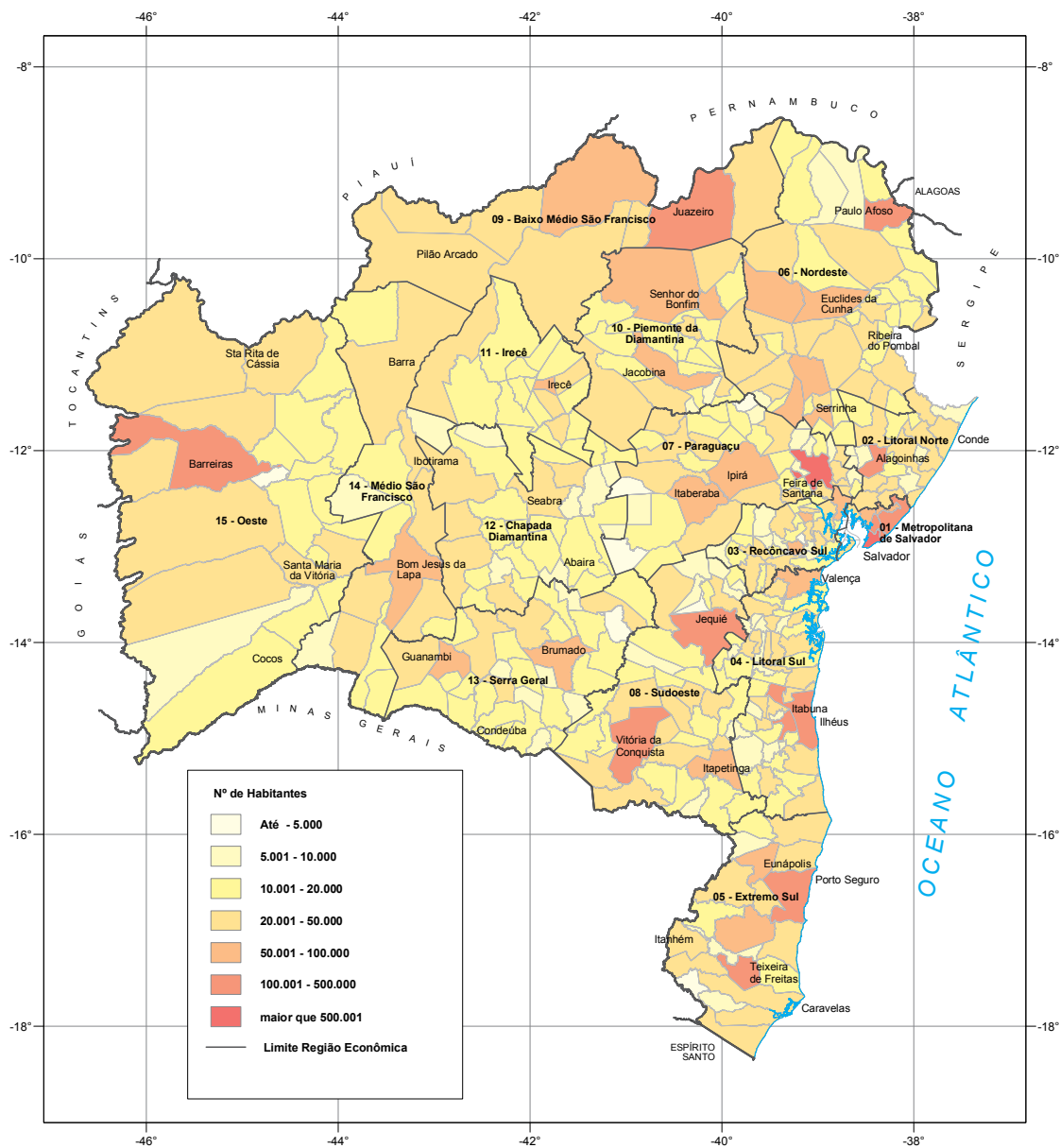
Ao se analisar, a partir da Tabela 11 e Figura 6, a taxa de crescimento geométrico da população municipal no período 2000-2007, percebeu-se que as mais elevadas foram as de Luís Eduardo Magalhães (13,6% a.a.), Camaçari (4,8% a.a.), Itacaré (4,8% a.a.), São Desidério (4,3% a.a.) e Juazeiro (4,3% a.a.). Os municípios de Luís Eduardo Magalhães e São Desi-

**Tabela 11**  
**População total e taxas de crescimento dos municípios com as 30 maiores taxas geométricas de crescimento da população total – Bahia – 2000-2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. total 2000	Pop. total 2007 (i)	Taxa de crescimento geométrico 2000-2007 (% ao ano)
1	OES	Luís Eduardo Magalhães	18.932	44.265	13,6
2	LS	Itacaré	18.120	24.720	4,8
3	RMS	Camaçari	161.727	220.495	4,8
4	OES	São Desidério	19.006	25.158	4,3
5	BMSF	Juazeiro	174.567	230.538	4,3
6	RMS	Madre de Deus	12.036	15.432	3,8
7	RMS	Lauro de Freitas	113.543	144.492	3,7
8	NOR	Abaré	13.648	17.342	3,7
9	PAR	Piritiba	19.037	24.189	3,7
10	RS	Salinas da Margarida	10.377	13.090	3,5
11	NOR	Lamarão	9.523	11.988	3,5
12	CD	Iraquara	18.334	22.607	3,2
13	SUD	Nova Canaã	15.366	18.829	3,1
14	PIE	Mirangaba	14.261	17.474	3,1
15	OES	Catolândia	3.092	3.767	3,0
16	CD	Souto Soares	14.795	18.013	3,0
17	CD	Novo Horizonte	8.502	10.304	2,9
18	RS	Jaguaripe	13.422	16.207	2,9
19	MSF	Matina	10.242	12.322	2,8
20	LS	Cairu	11.410	13.712	2,8
21	EX	Porto Seguro	95.721	114.459	2,7
22	PAR	Feira de Santana	480.949	571.997	2,6
23	RMS	Dias D'Ávila	45.333	53.821	2,6
24	RMS	Salvador	2.443.107	2.892.625	2,6
25	ES	Mucuri	28.062	33.143	2,5
26	RMS	Vera Cruz	29.750	35.060	2,5
27	SUD	Vitória da Conquista	262.494	308.204	2,4
28	NOR	Antas	14.059	16.446	2,4
29	LS	Presidente Tancredo Neves	19.404	22.684	2,4
30	LN	Inhambupe	29.589	34.388	2,3

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e Contagem da População de 2007.

(i) Para os municípios de Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista a população total de 2007 é estimada.



**Figura 6**  
**População total por município**  
**Estado da Bahia – 2007**

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

dério estão localizados no Oeste; Camaçari, na RMS; Itacaré no Litoral Sul; e Juazeiro integra o Baixo Médio São Francisco. Verificou-se que, nesse período, a região que contou mais municípios com taxas de crescimento elevadas foi a RMS. Entre os 30 destacados, além do citado

Camaçari, mais cinco lhe pertenciam: Madre de Deus (3,8% a.a.), Lauro de Freitas (3,7% a.a.), Dias D'Ávila (2,6% a.a.), Salvador (2,6% a.a.) e Vera Cruz (2,5% a.a.).

Por outro lado, em 2000-2007, 152 municípios baianos apresentaram taxas de cresci-



mento populacional negativas. Desses, os 20 com as menores taxas estavam localizados, marcadamente, no Litoral Sul, Sudoeste e Serra Geral (Tabela 12). Esse grupo distingue-se do anterior (Tabela 11) também porque nele prevaleciam unidades de pequeno porte. Em 2000, cinco e, em 2007, quatro tinham contingentes acima de 20 mil habitantes.

Comparando-se os dados postos no item anterior desse relatório às Tabelas 11 e 12, verifica-se que, para 2000-2007, não se podem associar as altas taxas de crescimento demográfico da maioria dos municípios destacados ao porte populacional elevado ou aos maiores PIB (em 2006). Prova disso é que, do

grupo dos 30 municípios com as maiores taxas nesse último período, apenas sete estavam entre os mais populosos do estado em 2007. De forma similar, apenas 10 deles faziam parte do conjunto com os maiores PIB em 2006.

No entanto, sete dos mais populosos apresentaram importância significativa na composição do PIB em 2006 e altas taxas de crescimento entre 2000 e 2007: Camaçari, Juazeiro, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Feira de Santana, Salvador e Vitória da Conquista. Os municípios de São Desidério, Dias D'Ávila e Mucuri revelaram altas taxas de crescimento e PIB elevados, porém, sua população não figurava entre as maiores do estado.

**Tabela 12**  
**Taxa de crescimento da população total residente dos 20 municípios com as menores taxas de crescimento geométrico da população total**  
**Bahia – 2000-2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. total 2000	Pop. total 2007	Taxa de crescimento 2000-2007
1	NOR	Sítio do Quinto	17.031	14.069	-2,8
2	PIE	Caém	12.563	10.377	-2,8
3	LS	Dário Meira	15.222	12.565	-2,8
4	LS	Coaraci	27.852	22.764	-3,0
5	LS	Una	31.261	25.277	-3,1
6	LS	Jitaúna	21.056	16.839	-3,3
7	SUD	Barra do Choça	40.818	32.489	-3,4
8	SUD	Boa Nova	20.544	16.007	-3,7
9	LS	Barro Preto	8.602	6.669	-3,8
10	LS	Itapé	14.639	11.123	-4,0
11	LS	Barra do Rocha	8.074	6.133	-4,0
12	SG	Ibiassucê	12.828	9.507	-4,4
13	SUD	Potiraguá	14.579	10.350	-5,0
14	SUD	Encruzilhada	32.924	22.525	-5,5
15	SUD	Mirante	13.666	9.174	-5,8
16	SUD	Caatiba	15.508	10.367	-5,9
17	LS	Gongogi	10.522	6.845	-6,3
18	SG	Maetinga	13.686	8.793	-6,4
19	SUD	Caraibas	17.164	10.541	-7,1
20	SG	Guajeru	12.836	7.062	-8,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Contagem de População de 2007.

Em relação às análises que versam sobre população urbana, o fato de a Contagem da População de 2007 não ter sido realizada em municípios com mais de 170 mil habitantes dificulta um esforço de análise mais aprofundada e comparativa entre os períodos, haja vista que os sete maiores municípios baianos não foram pesquisados. Todavia, informações e estudos permitem

inferir que não houve mudanças significativas na participação relativa desses municípios no total do estado. As principais alterações foram evidenciadas em Cruz das Almas (Recôncavo Sul), que ingressou no grupo dos 30 municípios com maior população urbana em 2007, e Brumado (Serra Geral), que deixou de fazer parte desse grupo (Tabelas 13 e 14).

**Tabela 13**  
**População residente urbana dos 30 maiores municípios do estado**  
**Bahia – 2000**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. urbana 2000 (1)	Participação no estado (%)	Taxa de crescimento 1991–2000 (% ao ano)
1	RMS	Salvador	2.442.102	27,84	1,8
2	PAR	Feira de Santana	431.730	4,92	2,4
3	SUD	Vitória da Conquista	225.545	2,57	2,0
4	LS	Itabuna	191.184	2,18	0,8
5	LS	Ilhéus	162.125	1,85	1,3
6	RMS	Camaçari	154.402	1,76	4,0
7	BMSF	Juazeiro	133.278	1,52	3,0
8	SUD	Jequié	130.296	1,49	1,2
9	LN	Alagoinhas	112.440	1,28	1,4
10	RMS	Lauro de Freitas	108.385	1,24	10,4
11	OES	Barreiras	100.085	1,14	3,9
12	ES	Teixeira de Freitas	98.688	1,12	3,2
13	NOR	Paulo Afonso	82.584	0,94	1,2
14	ES	Porto Seguro	79.619	0,91	14,6
15	ES	Eunápolis	79.161	0,9	2,5
16	RMS	Simões Filho	76.905	0,88	6,3
17	RMS	Candeias	69.127	0,79	1,3
18	RS	Santo Antônio de Jesus	66.245	0,76	2,5
19	LS	Valença	55.884	0,64	2,8
20	SUD	Itapetinga	55.182	0,63	1,3
21	SG	Guanambi	54.003	0,62	2,0
22	IRC	Irecê	53.143	0,61	3,2
23	PIE	Jacobina	52.088	0,59	0,5
24	PIE	Senhor do Bonfim	51.343	0,59	0,5
25	ES	Itamaraju	48.037	0,55	0,9
26	PAR	Itaberaba	44.517	0,51	2,1
27	RS	Santo Amaro	44.505	0,51	0,9
28	RMS	Dias d'Ávila	42.673	0,49	4,2
29	NOR	Serrinha	41.587	0,47	2,1
30	SG	Brumado	40.710	0,46	1,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2000.

**Tabela 14**  
**População residente urbana dos 30 maiores municípios do estado**  
**Bahia – 2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. urbana 2007 (1)	Participação no estado	Taxa de crescimento 2000-2007 (% ao ano)
1	RMS	Salvador	...	...	...
2	PAR	Feira de Santana	...	...	...
3	SUD	Vitória da Conquista	...	...	...
4	LS	Itabuna	...	...	...
5	LS	Ilhéus	...	...	...
6	RMS	Camaçari	...	...	...
7	BMSF	Juazeiro	...	...	...
8	RMS	Lauro de Freitas	144.492	...	4,4
9	SUD	Jequié	133.884	...	0,4
10	OES	Barreiras	115.913	...	2,2
11	LN	Alagoinhas	115.832	...	0,5
12	ES	Teixeira de Freitas	110.084	...	1,7
13	RMS	Simões Filho	97.624	...	3,6
14	ES	Porto Seguro	95.814	...	2,8
15	ES	Eunápolis	87.875	...	1,6
16	NOR	Paulo Afonso	87.411	...	0,9
17	RS	Santo Antônio de Jesus	73.312	...	1,5
18	RMS	Candeias	71.665	...	0,5
19	SUD	Itapetinga	60.723	...	1,5
20	LS	Valença	60.241	...	1,1
21	SG	Guanambi	59.310	...	1,4
22	IRC	Irecê	58.036	...	1,3
23	PIE	Senhor do Bonfim	55.293	...	1,1
24	PIE	Jacobina	52.939	...	0,2
25	RMS	Dias d'Ávila	50.758	...	2,6
26	ES	Itamaraju	50.021	...	0,6
27	RS	Cruz das Almas	46.121	...	2,3
28	PAR	Itaberaba	45.845	...	0,4
29	NOR	Serrinha	44.166	...	0,9
30	RS	Santo Amaro	43.461	...	-0,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Contagem de População de 2007.

(1) Não houve Contagem de População em 2007 nos municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista.

A Tabela 13 mostra que, em 2000, dos 30 maiores contingentes urbanos, a RMS e o Extremo Sul agregavam um terço. Igualmente, observou-se que, no litoral do estado, estavam localizados 16. Comparando-se essas informa-

ções com a Tabela 14, notou-se que, em 2007, essa situação praticamente não foi alterada. A RMS e o Extremo Sul continuavam com 10 municípios entre os 30 de maior população urbana. A área litorânea do estado manteve-

se como aquela onde estavam as maiores aglomerações urbanas, passando inclusive a contar com mais um município em relação a 2000 (Cruz das Almas), totalizando 17.

Considerando os dados de 2000 e de 2007, na observação das 30 maiores populações urbanas da Bahia, destaca-se o crescimento da participação de Lauro de Freitas, que passou da condição de 10º para 8º maior contingente urbano. Desse modo, superou os volumes apresentados pelos importantes municípios de Jequié e Alagoinhas. Dias D'Ávila, igualmente, ampliou sua importância nesse conjunto, passando da 28ª para a 25ª posição. Observe-se que Cruz das Almas, que não fazia parte do grupo dos 30 maiores em 2000, em 2007 estava na 27ª posição, situação que denota avanços no seu processo de urbanização. Houve declínio na posição de Paulo Afonso, da 13ª para 16ª; de Brumado, que deixou de fazer parte desse grupo no último ano estudado; e de Santo Amaro, que passou da 27ª posição, em 2000, para a 30ª, em 2007, com crescimento urbano menor em relação aos outros.

Em termos da taxa de crescimento geométrico da população urbana no período de 2000-2007 (Tabela 15), destacaram-se os municípios de Luís Eduardo Magalhães (15,3% ao ano) e Mansidão (8,0% ao ano), no Oeste; e Itacaré (9,3% ao ano) e Igrapiúna (7,8% ao ano) no Litoral Sul. Chama a atenção também a situação da região Nordeste. Nela localizam-se seis dos 30 municípios com os

mais elevados níveis de crescimento urbano em 2007. Ao mesmo tempo, a RMS contava apenas um: Lauro de Freitas (4,4% ao ano).

Observou-se ainda que havia, entre os que detinham os maiores contingentes urbanos de 2000, aqueles que não apresentaram imigração entre 1991-2000 (ou seja, registraram taxas inferiores a 2,0% a.a.). Foram Ilhéus, Jequié, Alagoinhas, Paulo Afonso, Candeias, Itapetinga, e Brumado. Os municípios de Itabuna, Jacobina, Senhor do Bonfim e Santo Amaro exibiram taxas compatíveis com emigração líquida (Tabela 14). Entre 2000 e 2007, todas as maiores populações urbanas apresentaram imigração líquida (Tabela 15).

Do total de municípios da Bahia, 48 apresentaram uma taxa de crescimento geométrico negativa para a população urbana em 2000-2007. Entre eles, Amélia Rodrigues (-0,2% a.a.) e Santo Amaro (-0,4% a.a.), que estão inseridos no raio de influência direta da RMS; Sobradinho (-0,4% a.a.), localizado próximo à dinâmica cidade de Juazeiro; e Abaíra (-0,9% a.a.). Esse último, por sinal, vem se destacando nos últimos anos no cenário nacional como polo regional de produção de cachaça, inclusive para exportação. Mais interessante, no entanto, é a localização dos 20 municípios com as menores taxas de crescimento da população urbana (Tabela 16), 65,0% deles no Litoral Sul, que, no total, apresentou perdas absolutas de população.

(Continua)

**Tabela 15****População urbana e taxas de crescimento dos municípios com as 30 maiores taxas geométricas de crescimento da população urbana – Bahia – 2000 e 2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. urbana 2000	Pop. urbana 2007 (1)	Taxa de crescimento 2000-2007 (% ao ano)
1	OES	Luís Eduardo Magalhães	15.699	40.502	15,3
2	LS	Itacaré	7.951	14.350	9,3
3	OES	Mansidão	2.334	3.901	8,0
4	LS	Igrapiúna	2.377	3.910	7,8
5	PIE	Mirangaba	4.713	7.539	7,3
6	CD	Novo Horizonte	2.000	3.161	7,1
7	PAR	Macajuba	4.405	6.939	7,1
8	NOR	Abaré	5.528	8.306	6,3
9	MSD	Matina	2.759	4.099	6,1
10	CD	Ibicoara	4.016	5.854	5,8
11	MSD	Serra do Ramalho	3.742	5.423	5,7
12	SUD	Nova Canaã	5.973	8.533	5,5
13	ES	Alcobaça	7.446	10.503	5,3
14	SG	Lagoa Real	2.006	2.745	4,8
15	SUD	Ribeirão do Largo	4.451	6.089	4,8
16	SUD	Caraíbas	1.424	1.942	4,8
17	NOR	Heliópolis	4.232	5.766	4,8
18	NOR	Queimadas	9.783	13.078	4,5
19	RMS	Lauro de Freitas	108.385	144.492	4,4
20	NOR	Antas	5.014	6.682	4,4
21	SG	Presidente Jânio Quadros	2.913	3.864	4,3
22	NOR	Ribeira do Amparo	1.459	1.925	4,3
23	LS	Presidente Tancredo Neves	6.221	8.198	4,2
24	SG	Ituaçu	4.429	5.832	4,2
25	NOR	Biritinga	2.347	3.087	4,2
26	ES	Santa Cruz Cabrália	13.527	17.768	4,2
27	SG	Maetinga	1.974	2.576	4,1
28	PAR	Capela do Alto Alegre	4.533	5.901	4,0
29	ES	Mucuri	18.685	24.256	4,0
30	PIE	Andorinha	4.335	5.611	4,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Contagem da População de 2007.

(1) Não houve Contagem de População em 2007 nos municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista.

**Tabela 16**  
**População urbana e taxas de crescimento dos municípios com as 20 menores taxas geométricas de crescimento da população urbana – Bahia – 2000 e 2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Pop. urbana 2000	Pop. urbana 2007(1)	Taxa de crescimento 2000-2007 (% ao ano)
1	RS	Muritiba	17.905	17.174	-0,6
2	RS	Castro Alves	14.647	14.024	-0,7
3	IRC	Jussara	9.865	9.445	-0,7
4	LS	Jitaúna	9.568	9.150	-0,7
5	ES	Itagimirim	5.941	5.680	-0,7
6	LS	Ibicaraí	19.333	18.461	-0,7
7	LS	Ibirapitanga	6.363	6.065	-0,7
8	LS	Una	15.274	14.431	-0,9
9	LS	Itaju da Colônia	6.441	5.998	-1,1
10	LS	Barro Preto	5.159	4.768	-1,2
11	LS	Pau Brasil	8.740	8.056	-1,2
12	SUD	Santa Inês	10.374	9.484	-1,3
13	LS	Arataca	5.483	4.990	-1,4
14	BMSF	Campo Alegre de Lourdes	6.539	5.844	-1,7
15	LS	Coaraci	23.269	20.596	-1,8
16	SUD	Potiraguá	7.546	6.570	-2,1
17	LS	Aurelino Leal	13.940	12.016	-2,2
18	SG	Jussiape	3.766	3.074	-3,0
19	LS	Itapé	8.666	6.701	-3,8
20	LS	Gongogi	6.250	4.772	-4,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e Contagem da População de 2007

(1) Não houve Contagem de População em 2007 nos municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista.

## Consolidação da urbanização

Tratando dos graus de urbanização<sup>21</sup>, verificou-se que 59,1% dos moradores da Bahia estavam em meio urbano em 1991. Entretanto, em apenas 119 municípios (ou 28,7% dos 415 existentes) a população urbana superava a rural. Além disso, havia grandes disparidades entre as regiões, haja vista que, na RMS, 97,0% da população foi encontrada na área urbana, e o Extremo Sul, com 61,5%,

era a segunda com maior grau de urbanização. A região com menor proporção de moradores urbanos, então, era a Chapada Diamantina: 27,3% do total. No ano de 2000, essas distâncias ficaram um pouco menores, visto que a taxa de crescimento da população urbana do estado entre 1991 e 2000, ainda que tenha caído em relação ao período anterior, foi de 2,5% a.a., bem acima da registrada para a população total: 1,1% ao ano.

Em termos da urbanização, não ocorreram alterações em relação às três regiões já citadas. Elas mantiveram a mesma posição no *ranking* e apresentaram, respectivamente, os seguintes graus: 98,4%, 73,3% e 36,1%, em 2000.

<sup>21</sup> O grau de urbanização é entendido aqui como a proporção de moradores em áreas urbanas em relação ao total, obtido pela seguinte fórmula: grau de urbanização = pop. urbana x 100/pop. total.

**Tabela 17**  
**População total, urbana e rural e grau de urbanização das regiões econômicas**  
**Bahia – 2007**

Regiões econômicas (1)	2007			Grau de urbanização
	Total	Urbana	Rural	
<b>BAHIA</b>	<b>9.320.630</b>	<b>5.500.337</b>	<b>3.820.293</b>	<b>59,0</b>
Metropolitana de Salvador	480.159	450.728	29.431	93,9
Extremo Sul	696.386	536.910	159.476	77,1
Litoral Norte	557.256	379.613	177.643	68,1
Sudoeste	826.923	552.170	274.753	66,8
Litoral Sul	899.053	582.092	316.961	64,7
Recôncavo Sul	703.410	422.399	281.011	60,1
Irecê	388.419	232.354	156.065	59,8
Oeste	536.132	312.096	224.036	58,2
Piemonte da Diamantina	576.355	313.931	262.424	54,5
Paraguaçu	773.740	414.225	359.515	53,5
Baixo Médio São Francisco	248.051	122.264	125.787	49,3
Serra Geral	558.332	272.614	285.718	48,8
Médio São Francisco	353.283	161.333	191.950	45,7
Nordeste	1.207.900	543.836	664.064	45,0
Chapada Diamantina	515.231	203.772	311.459	39,5

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

(1) A Contagem de População de 2007 não foi realizada em Salvador, Camaçari, ambos da RMS; Vitória da Conquista, do Sudoeste; Ilhéus e Itabuna, do Litoral Sul; Feira de Santana, do Paraguaçu; e Juazeiro, do Baixo Médio São Francisco.

Para 2007, não é possível ter certeza quanto ao patamar de urbanização da RMS, Sudoeste, Litoral Sul, Paraguaçu e Baixo Médio São Francisco, devido à falta de dados para os maiores municípios dessas regiões. No entanto, a tabulação dos dados sinaliza que a RMS continua a liderar o *ranking*, seguida, novamente, da região Extremo Sul, com grau de urbanização em torno de 77,1%. As regiões com menores níveis de urbanização continuam sendo as mesmas evidenciadas no Censo de 1991: Serra Geral (48,8%), Médio São Francisco (45,7%), Nordeste (45%) e Chapada Diamantina (39,5%), ainda que as taxas tenham subido (Tabela 17).

De todo modo, mesmo com a limitação decorrente da Contagem de População já mencionada, comparando seus resultados com os dos censos anteriores, verificou-se que, no ano de 1991, o número de municípios

com população urbana maior que a rural era 119. Em 2007, esse quantitativo saltou para 211. Isso significa que, pela primeira vez na história, a Bahia possuía a maior parte dos seus municípios (50,6% do total) com predomínio de população urbana. Se considerarmos o patamar do grau de urbanização superior a 75,0%<sup>22</sup>, o número de municípios mais que dobrou entre 1991 e 2007, de 36 passou para 77. Tais dados sinalizam o intenso processo de crescimento urbano experimentado no estado ao longo de menos de duas décadas.

Na Tabela 18, observou-se que, em 2007, as maiores proporções de população urbana

<sup>22</sup> Dos sete municípios onde não houve contagem em 2007, somente Ilhéus possuía grau de urbanização abaixo desse valor em 1991: 73,0%. Considera-se que, em 2007, tenha ultrapassado a marca de 75,0%, contudo não se pode afirmar que essa taxa esteja entre as 30 maiores da Bahia. Esta última observação também vale para os municípios de Vitória da Conquista e Juazeiro.

foram as de Salvador, Camaçari, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Dias D'Ávila, Vera Cruz, Candeias e Simões Filho na RMS; Itabuna, Coaraci, Ipiaú, São José da Vitória e Ubaitaba na região Litoral Sul; Itapetinga, Jequié, Santa Inês e Itororó no Sudoeste;

Saubara no Recôncavo Sul; Eunápolis e Teixeira de Freitas no Extremo Sul; Irecê na região de mesmo nome; Luís Eduardo Magalhães e Barreiras no Oeste; Sobradinho no Baixo Médio São Francisco; e Terra Nova na região Paraguaçu.

**Tabela 18**  
**Municípios com os 30 maiores graus de urbanização**  
**Bahia – 1991-2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Graude urbanização		
			1991	2000	2007
1	RMS	Camaçari(1)	95,2	95,5	...
2	PAR	Feira de Santana(1)	86,0	89,8	...
3	LS	Ilhéus(1)	64,5	73,0	...
4	LS	Itabuna(1)	95,8	97,2	...
5	RMS	Salvador(1)	99,9	100,0	...
6	SUD	Vitória da Conquista(1)	83,7	85,9	...
7	BMSF	Juazeiro(1)	79,4	76,3	...
8	RMS	Itaparica	100,0	100,0	100,0
9	RMS	Lauro de Freitas	64,1	95,5	100,0
10	RS	Saubara	68,2	98,9	97,4
11	RMS	Madre de Deus	95,7	96,4	96,7
12	SUD	Itapetinga	92,3	95,3	96,0
13	RMS	Dias D'Ávila	94,3	94,1	94,5
14	RMS	Vera Cruz	91,7	93,7	94,2
15	ES	Eunápolis	90,1	94,1	93,7
16	ES	Teixeira de Freitas	86,8	91,8	92,7
17	IRC	Irecê	78,7	92,5	92,7
18	OES	Luís Eduardo Magalhães	...	...	91,8
19	SUD	Jequié	80,7	88,5	91,7
20	RMS	Candeias	90,4	90,0	91,3
21	BMSF	Sobradinho	91,9	92,0	90,7
22	LS	Coaraci	69,7	83,5	90,6
23	SUD	Santa Inês	90,1	94,1	90,0
24	RMS	Simões Filho	61,2	81,8	89,3
25	OES	Barreiras	76,5	87,8	89,3
26	LS	Ipiaú	80,5	86,9	89,1
27	SUD	Itororó	77,6	84,0	89,0
28	LS	São José da Vitória	59,5	83,0	88,7
29	PAR	Terra Nova	81,7	86,5	88,2
30	LS	Ubaitaba	59,4	77,9	87,8

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000; Contagem da População de 2007.

(1) Não houve Contagem de População em 2007 nos municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista.



## Migração: 1995-2000 e 2002-2007

Em termos de análise dos fluxos migratórios, no período 1995-2000, a Tabela 19 revela que entre os 15 municípios que contabilizaram os maiores saldos migratórios interestaduais

estavam Juazeiro (Baixo Médio São Francisco); Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho (RMS); e Mucuri, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Nova Viçosa (Extremo Sul). Já entre os municípios com menores saldos estavam Salvador (RMS); Ilhéus e Itabuna (Litoral Sul); Vitória da Conquista e Jequié

**Tabela 19**  
**Municípios com os 15 maiores e menores saldos migratórios interestaduais municipais Bahia – 1995 – 2000**

Class.	Regiões econômicas	Município	Migração interestadual		
			Imigrantes	Emigrantes	Saldo
<b>Maiores</b>					
1	BMSF	Juazeiro	10.861	8.094	2.766
2	RMS	Lauro de Freitas	2.947	639	2.308
3	RMS	Camaçari	3.882	2.324	1.558
4	ES	Mucuri	3.579	2.403	1.176
5	ES	Santa Cruz Cabrália	1.464	310	1.154
6	RMS	Simões Filho	1.621	665	956
7	ES	Porto Seguro	5.923	5.018	906
8	LS	Cairu	731	99	631
9	IRC	Lapão	1.038	431	607
10	ES	Nova Viçosa	2.377	1.844	533
11	MSF	Serra do Ramalho	1.492	978	514
12	SG	Maetinga	757	345	412
13	SG	Piripá	790	407	383
14	OES	Barreiras	8.248	7.903	346
15	NOR	Rodelas	512	180	332
<b>Menores</b>					
403	PAR	Itaberaba	876	3.614	-2.738
404	ES	Itamaraju	2.563	5.965	-3.402
405	SG	Guanambi	1.022	4.926	-3.904
406	PIE	Jacobina	1.701	5.628	-3.928
407	ES	Teixeira de Freitas	5.782	9.743	-3.961
408	OES	Santa Maria da Vitória	947	5.174	-4.227
409	MSF	Bom Jesus da Lapa	1.435	5.858	-4.423
410	RS	Santo Amaro	152	4.817	-4.665
411	SUD	Jequié	2.742	7.428	-4.686
412	IRC	Irecê	1.823	8.044	-6.222
413	PAR	Feira de Santana	6.861	13.731	-6.870
414	SUD	Vitória da Conquista	7.193	14.466	-7.274
415	LS	Ilhéus	4.472	13.415	-8.943
416	LS	Itabuna	4.420	15.295	-10.875
417	RMS	Salvador	35.714	55.499	-19.785

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000.

(Sudoeste); e Teixeira de Freitas e Itamaraju (Extremo Sul). Importante registrar que, no período 1995-2000, todas as regiões da Bahia apresentaram saldo migratório interestadual negativo, sendo Litoral Sul (-54.197) e Sudoeste (-23.957) as com maiores perdas migratórias.

Em termos intraestaduais, na Tabela 20, identificou-se que os municípios que apresentaram os maiores saldos migratórios em 1995-2000 foram Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho e Dias D'Ávila (RMS); Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Santa Cruz Cabralia (Extremo Sul); Barreiras (Oeste);

**Tabela 20**  
**Municípios com os 15 maiores e menores saldos migratórios intraestaduais municipais Bahia – 1995-2000**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Migração intraestadual		
			Imigrantes	Emigrantes	Saldo
<b>Maiores</b>					
1	RMS	Lauro de Freitas	21.090	3.246	17.844
2	ES	Porto Seguro	20.966	4.086	16.881
3	RMS	Camaçari	18.691	6.246	12.445
4	OES	Barreiras	16.286	4.568	11.717
5	RMS	Simões Filho	11.186	3.081	8.105
6	PAR	Feira de Santana	25.945	18.884	7.060
7	SUD	Vitória da Conquista	15.078	8.523	6.556
8	RMS	Dias D'Ávila	7.189	1.924	5.266
9	ES	Teixeira de Freitas	9.799	4.547	5.252
10	LS	Ilhéus	13.431	9.040	4.392
11	ES	Santa Cruz Cabralia	4.638	622	4.016
12	BMSF	Juazeiro	8.674	5.585	3.089
13	RMS	Vera Cruz	3.471	1.245	2.226
14	CD	Ibicoara	1.764	126	1.638
15	NOR	Santaluz	1.459	17	1.442
<b>Menores</b>					
403	ES	Belmonte	984	2.463	-1.479
404	LS	Pau Brasil	717	2.220	-1.503
405	LS	Maraú	1.032	2.593	-1.561
406	PAR	Riachão do Jacuípe	1.394	2.970	-1.577
407	RS	Castro Alves	808	2.492	-1.684
408	PIE	Jacobina	4.078	5.818	-1.740
409	LS	Ubatã	1.390	3.173	-1.782
410	LS	Gandu	2.493	4.313	-1.820
411	RMS	Salvador	89.073	91.372	-2.299
412	RS	Maragogipe	865	3.171	-2.307
413	NOR	Serrinha	2.599	4.933	-2.335
414	PIE	Campo Formoso	1.398	3.748	-2.350
415	ES	Itamaraju	3.249	5.642	-2.393
416	LS	Camacan	2.282	4.913	-2.631
417	RS	Santo Amaro	2.222	6.354	-4.132

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Feira de Santana (Paraguaçu); e Juazeiro (BMSF). Tratando da categoria de migrantes por região econômica, RMS e Extremo Sul foram as áreas com os maiores saldos: 45.039 e 19.412 pessoas, respectivamente. Esse dado pode ser associado à polarização das regiões, que contam com a capital, Salvador, e a atração decorrente dos investimentos públicos e privados relacionados à implantação da indústria da celulose no sul do estado. Como na maioria dos indicadores, novamente o Litoral Sul apresentou o menor saldo migratório (-20.074).

Os resultados desses indicadores ajudam a entender melhor como os fluxos migratórios contabilizados para o período 1995-2000 influenciaram, positivamente e negativamente, a dinâmica demográfica regional e suas taxas de crescimento.

Em relação à Contagem de 2007, mesmo não sendo possível analisar o *ranking* dos principais destinos dos imigrantes, nem fazer uma comparação direta entre regiões devido à falta de informações para os municípios de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Juazeiro — alguns dos quais importantes para compreender o fluxo migratório baiano, como demonstrado pelos dados do Censo de 2000 —, é possível fazer algumas inferências.

A Tabela 21 informa que, no período 2002-2007, as regiões que mais receberam imigrantes interestaduais foram Extremo Sul, Nordeste e Oeste. As que menos tiveram destaque nesse quesito foram Médio São Francisco, Baixo Médio São Francisco e Recôncavo Sul. É válido notar que a região do Brasil que mais enviou pessoas para a Bahia perma-

**Tabela 21**  
**Número de imigrantes por região econômica segundo a região geográfica brasileira de origem – Bahia – 2007**

Regiões econômicas (1)	Número de imigrantes e participação percentual													
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total			
Extremo Sul	1.119	22,2	1.757	5,0	26.885	18,1	711	10,3	898	4,3	31.373	14,5		
Nordeste	331	6,6	10.874	30,7	17.225	11,6	360	5,2	495	2,4	29.303	13,5		
Oeste	1.593	31,6	3.683	10,4	5.161	3,5	3.032	44,1	10.564	50,5	24.037	11,1		
Sudoeste	187	3,7	927	2,6	16.314	11,0	421	6,1	465	2,2	18.327	8,4		
Litoral Sul	298	5,9	939	2,7	12.301	8,3	282	4,1	664	3,2	14.497	6,7		
Serra Geral	92	1,8	406	1,2	12.929	8,7	160	2,3	388	1,9	13.987	6,4		
Piemonte da Diamantina	202	4,0	1.859	5,2	9.963	6,7	142	2,1	1.172	5,6	13.351	6,2		
Chapada Diamantina	63	1,3	370	1,0	10.780	7,3	177	2,6	455	2,2	11.865	5,5		
Paraguaçu	99	2,0	742	2,1	8.661	5,8	269	3,9	508	2,4	10.295	4,7		
Irecê	118	2,3	1.547	4,4	6.822	4,6	68	1,0	1.651	7,9	10.211	4,7		
Metropolitana de Salvador	331	6,6	3.296	9,3	5.483	3,7	518	7,5	402	1,9	10.031	4,6		
Litoral Norte	142	2,8	3.630	10,2	4.566	3,1	210	3,1	172	0,8	8.729	4,0		
Médio São Francisco	138	2,7	825	2,3	5.080	3,4	111	1,6	2.193	10,5	8.351	3,9		
Baixo Médio São Francisco	93	1,8	3.577	10,1	2.434	1,6	71	1,0	646	3,1	6.821	3,1		
Recôncavo Sul	238	4,7	1.022	2,9	4.081	2,7	348	5,1	242	1,2	5.949	2,7		
<b>TOTAL</b>	<b>5.044</b>	<b>2,3</b>	<b>35.454</b>	<b>16,3</b>	<b>148.685</b>	<b>68,5</b>	<b>6.880</b>	<b>3,2</b>	<b>20.915</b>	<b>9,6</b>	<b>217.127</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

(1) A Contagem de População de 2007 não foi realizada em Salvador, Camaçari, ambos da RMS; Vitória da Conquista, do Sudoeste; Ilhéus e Itabuna, do Litoral Sul; Feira de Santana, do Paraguaçu; e Juazeiro, do Baixo Médio São Francisco.

neceu sendo a Sudeste (68,5%), seguida pela própria região Nordeste (16,3%). O Extremo Sul foi a região baiana que mais recebeu esses imigrantes (18,1%), oriundos, sobretudo, de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Verificou-se que os contingentes de outros estados direcionaram-se principalmente para o Extremo Sul, Nordeste e Oeste. Para essa última área, é interessante destacar, foram 50,5% dos imigrantes vindos do Centro-Oeste; 44,1% dos sulistas e 31,6% dos nortistas. As unidades federativas que mais enviaram populações para o Oeste foram o Distrito Federal, Goiás e São Paulo.

Já em relação aos imigrantes intraestaduais, as regiões que apresentaram os maiores fluxos foram Litoral Sul, RMS e Extremo Sul, e as que tiveram menores fluxos foram Serra

Geral, Médio São Francisco e Baixo Médio São Francisco (Tabela 22).

Em âmbito municipal, a análise comparada dos resultados do Censo 2000 com os da Contagem de 2007 para os 20 municípios baianos que mais receberam imigrantes de outros estados (Tabelas 23 e 24) revelou a conformação de três grupos de municípios, a partir de situações diferenciadas. É possível afirmar que Barreiras, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Jequié, Itamaraju e Senhor do Bonfim perderam importância relativa na atração de fluxos migratórios. Por outro lado, Lauro de Freitas, Simões Filho, Irecê, Alagoinhas, Jacobina e Bom Jesus da Lapa passaram a receber, no período atual, mais migrantes de outros estados do que o verificado no período anterior.

**Tabela 22**  
**Imigrantes por região econômica segundo a origem e participação relativa no total do estado Bahia – 2002-2007**

Regiões econômicas (1)	Imigrantes segundo a origem					Participação no estado
	Outro município da Bahia	Outra UF	Outro país	Ignorada	Total	
<b>BAHIA</b>	<b>445.208</b>	<b>217.127</b>	<b>2.240</b>	<b>348</b>	<b>664.923</b>	<b>100,0</b>
Extremo Sul	49.576	31.373	841	1	81.791	12,3
Litoral Sul	56.774	14.497	318	312	71.901	10,8
Nordeste	37.952	29.303	108	3	67.366	10,1
Metropolitana de Salvador	50.186	10.031	313	0	60.530	9,1
Oeste	32.725	24.037	99	1	56.862	8,6
Sudoeste	32.830	18.327	73	0	51.230	7,7
Piemonte da Diamantina	28.044	13.351	65	4	41.464	6,2
Paraguaçu	30.850	10.295	46	12	41.203	6,2
Recôncavo Sul	34.764	5.949	122	1	40.836	6,1
Litoral Norte	23.888	8.729	93	11	32.721	4,9
Chapada Diamantina	17.928	11.865	83	2	29.878	4,5
Irecê	19.162	10.211	17	0	29.390	4,4
Serra Geral	14.709	13.987	40	0	28.736	4,3
Médio São Francisco	11.345	8.351	17	1	19.714	3,0
Baixo Médio São Francisco	4.475	6.821	5	0	11.301	1,7

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

(1) A Contagem de População de 2007 não foi realizada em Salvador, Camaçari, ambos da RMS; Vitória da Conquista, do Sudoeste; Ilhéus e Itabuna, do Litoral Sul; Feira de Santana, do Paraguaçu; e Juazeiro, do Baixo Médio São Francisco.

**Tabela 23**  
**Municípios com os maiores volumes de imigrantes interestaduais, intraestaduais e internacionais, com 5 anos e mais, segundo os municípios de residência em 2000**  
**Bahia – 1995-2000**

Municípios	Imigrantes interestaduais	Municípios	Imigrantes intraestaduais	Municípios	Imigrantes internacionais
Salvador	35.714	Salvador	89.073	Salvador	1.388
Juazeiro	10.861	Feira de Santana	25.945	Porto Seguro	305
Barreiras	8.248	Lauro de Freitas	21.090	Lauro de Freitas	151
Vitória da Conquista	7.193	Porto Seguro	20.966	Ilhéus	100
Paulo Afonso	7.114	Camaçari	18.691	Vitória da Conquista	73
Feira de Santana	6.861	Barreiras	16.286	Barro Alto	60
Porto Seguro	5.923	Vitória da Conquista	15.078	Simões Filho	58
Teixeira de Freitas	5.782	Ilhéus	13.431	Filadélfia	57
Ilhéus	4.472	Itabuna	11.828	Camamu	44
Itabuna	4.420	Simões Filho	11.186	Santa Cruz Cabralia	41
Camaçari	3.882	Teixeira de Freitas	9.799	Itamaraju	39
Eunápolis	3.779	Juazeiro	8.674	Caturama	32
Mucuri	3.579	Jequié	7.267	Candeal	29
Lauro de Freitas	2.947	Dias D'Ávila	7.189	Seabra	28
Jequié	2.742	Irecê	6.356	Ibititá	25
Itamaraju	2.563	Alagoinhas	6.241	Itabuna	23
Itapetinga	2.421	Eunápolis	5.991	Jiquiriçá	23
Nova Viçosa	2.377	Santo Antônio de Jesus	5.834	Santo Estêvão	22
Poções	2.291	Valença	4.723	Almadina	21
Casa Nova	2.169	Santa Cruz Cabralia	4.638	Mucuri	20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Talvez o dado mais relevante, nesse caso, seja a observação de um conjunto formado por sete municípios que, em 2002-2007, deixaram de fazer parte do rol daqueles que se constituíram nos principais destinos de imigrantes interestaduais em 1995-2000. São eles Paulo Afonso, Mucuri, Itapetinga, Nova Viçosa, Poções, Casa Nova, Ribeira do Pombal, Serra do Ramalho, Santa Cruz Cabralia e Remanso. E, por ordem de importância, passaram a compor o grupo dos que mais recebiam esse fluxo Luís Eduardo Magalhães<sup>23</sup>, Dias D'Ávila, Santo Antônio de Jesus,

Vera Cruz, Valença, Itapetinga, Candeias, Serrinha, Cruz das Almas e Itaberaba.

Esse movimento está relacionado à estagnação/consolidação de algumas atividades econômicas regionais após um período de expansão — como, por exemplo, o complexo de celulose no sul do estado — e, também, ao surgimento e/ou expansão de outras atividades produtivas, comerciais ou de serviços, como é o caso da expansão da fronteira agrícola nas regiões Oeste e Baixo Médio São Francisco.

Os dados de 2007 (Tabela 24) confirmam a existência de uma forte associação entre desempenho econômico e imigração. Tanto para os imigrantes interestaduais quanto para os intraestaduais, os municípios que

<sup>23</sup> Registre-se que o município de Luís Eduardo Magalhães não teve dados de migração pesquisados no ano 2000.

## Tabela 24

### Maiores volumes de imigrantes interestaduais, intraestaduais e internacionais, com 5 anos e mais, segundo os municípios de residência em 2007 Bahia – 2002-2007

Municípios (1)	Interestaduais	Municípios	Intraestaduais	Municípios	Internacionais
Lauro de Freitas	21.783	Luís Eduardo Magalhães	7.048	Porto Seguro	357
Porto Seguro	13.172	Teixeira de Freitas	6.525	Lauro de Freitas	153
Barreiras	10.406	Paulo Afonso	6.339	Teixeira de Freitas	131
Luís Eduardo Magalhães	10.099	Barreiras	6.107	Itanhém	71
Simões Filho	8.557	Porto Seguro	5.838	Itacaré	70
Teixeira de Freitas	8.373	Lauro de Freitas	4.890	Vera Cruz	62
Eunápolis	7.979	Eunápolis	4.045	Cairu	55
Dias D'Ávila	7.050	Mucuri	3.209	Santa Cruz Cabrália	54
Jequié	5.593	Jequié	3.035	Valença	51
Irecê	5.437	Irecê	2.207	Prado	44
Santo Antônio de Jesus	5.284	Casa Nova	2.086	Barreiras	37
Alagoinhas	4.727	Senhor do Bonfim	1.997	Itaparica	36
Vera Cruz	4.406	Bom Jesus da Lapa	1.995	Itamaraju	35
Valença	4.318	Itapetinga	1.956	Eunápolis	34
Jacobina	3.763	Itamaraju	1.916	Luís Eduardo Magalhães	32
Itapetinga	3.613	Guanambi	1.895	Mata de São João	32
Senhor do Bonfim	3.496	Jacobina	1.860	Mucuri	32
Candeias	3.164	Alagoinhas	1.845	Cipó	31
Bom Jesus da Lapa	3.082	Dias D'Ávila	1.755	Cachoeira	30
Serrinha	3.079	Poções	1.746	Simões Filho	30

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

(1) Não houve contagem de população em 2007 nos municípios de Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista.

mais receberam pessoas entre 2002 e 2007 foram aqueles que vinham apresentando os mais altos PIB total e no setor terciário. Nesta análise, chama a atenção o caso dos imigrantes interestaduais: dos 20 destinos que mais receberam pessoas de outros estados, apenas Senhor do Bonfim e Serrinha não fazem parte do grupo dos 30 maiores PIB do setor terciário em 2006.

Lauro de Freitas, Porto Seguro, Barreiras, Teixeira de Freitas, Dias D'Ávila, Alagoinhas, Jacobina, Jequié, Irecê e Eunápolis permaneceram como os municípios que mais atraíram novos moradores do próprio estado em 1995-2000 e 2002-2007. No entanto, pode-se afirmar que perderam parte da sua

atratividade, visto que houve diminuição da quantidade de imigrantes do primeiro para o segundo período. Em Simões Filho, ocorreu uma perda da importância ainda maior, já que, em 1995-2000, o município esteve entre as unidades com maior quantidade de imigrantes e, no segundo período, sequer apareceu entre os 30 maiores nesse indicador. Por outro lado, em 2002-2007, municípios que não haviam tido grande relevância na recepção de migrantes destacaram-se. São eles Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Itapetinga, Itamaraju, Guanambi, Alagoinhas e Poções. Cabe salientar que a maioria constituiu-se, há muito tempo, em centros regionais. Quanto a Luís Eduardo Magalhães, não

foi considerado em 2000<sup>24</sup>, impossibilitando uma análise comparativa.

Percebeu-se que alguns municípios que, entre 1995-2000 e 2002-2007, deixaram de figurar entre os 30 principais destinos de imigrantes interestaduais passaram a fazer parte, no mesmo período, dos principais destinos de imigrantes intraestaduais. Foram eles Paulo Afonso, Mucuri, Casa Nova e Ribeira do Pombal. Em outros municípios, aconteceu processo inverso, ou seja, diminuíram o volume de imigrantes intraestaduais, mas passaram a receber mais pessoas de outras unidades da Federação. É o caso de Santo Antônio de Jesus, Vera Cruz, Valença, Cruz das Almas e Itabera. Essas informações sugerem a existência de novos processos, nos quais se demandam pessoas com perfis diferentes nos dois períodos. Isso porque, à exceção do migrante de retorno, de forma geral o imigrante interestadual é bem mais escolarizado do que aquele que se desloca no próprio território baiano.

Em síntese, com base na Contagem de 2007, pode-se dizer que os municípios que exerceram maior atratividade sobre os imigrantes inter e intraestaduais foram<sup>25</sup> Lauro de Freitas, Simões Filho e Dias D'Ávila (RMS); Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju (Extremo Sul); Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Oeste); Jequié e Itapetinga (Sudoeste); Irecê (região de Irecê); Alagoinhas (Litoral Norte); Jacobina e Senhor do Bonfim (Piemonte da Diamantina); e Bom Jesus da Lapa (Médio São Francisco).

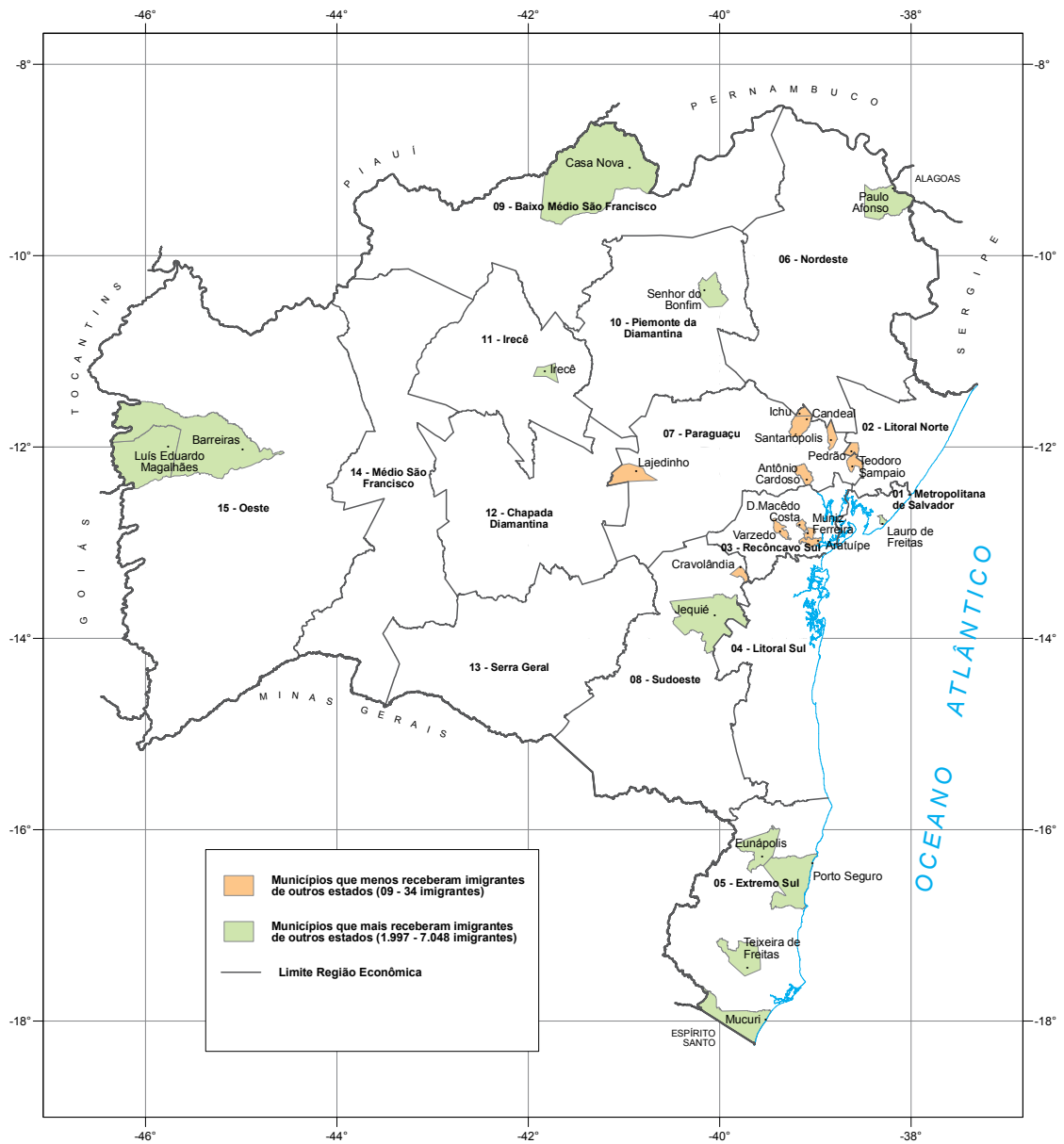
Observando-se a localização desses municípios no território baiano, percebeu-se que a região litorânea, sobretudo na RMS e no Extremo Sul, ainda era a que mais recebia imigrantes. Além disso, os municípios com os mais elevados volumes imigratórios constituíam-se exatamente naqueles que funcionavam como subcentros das regiões nas quais estavam inseridos (Figuras 7 e 8).

---

24 Ver a apresentação dos aspectos metodológicos.

---

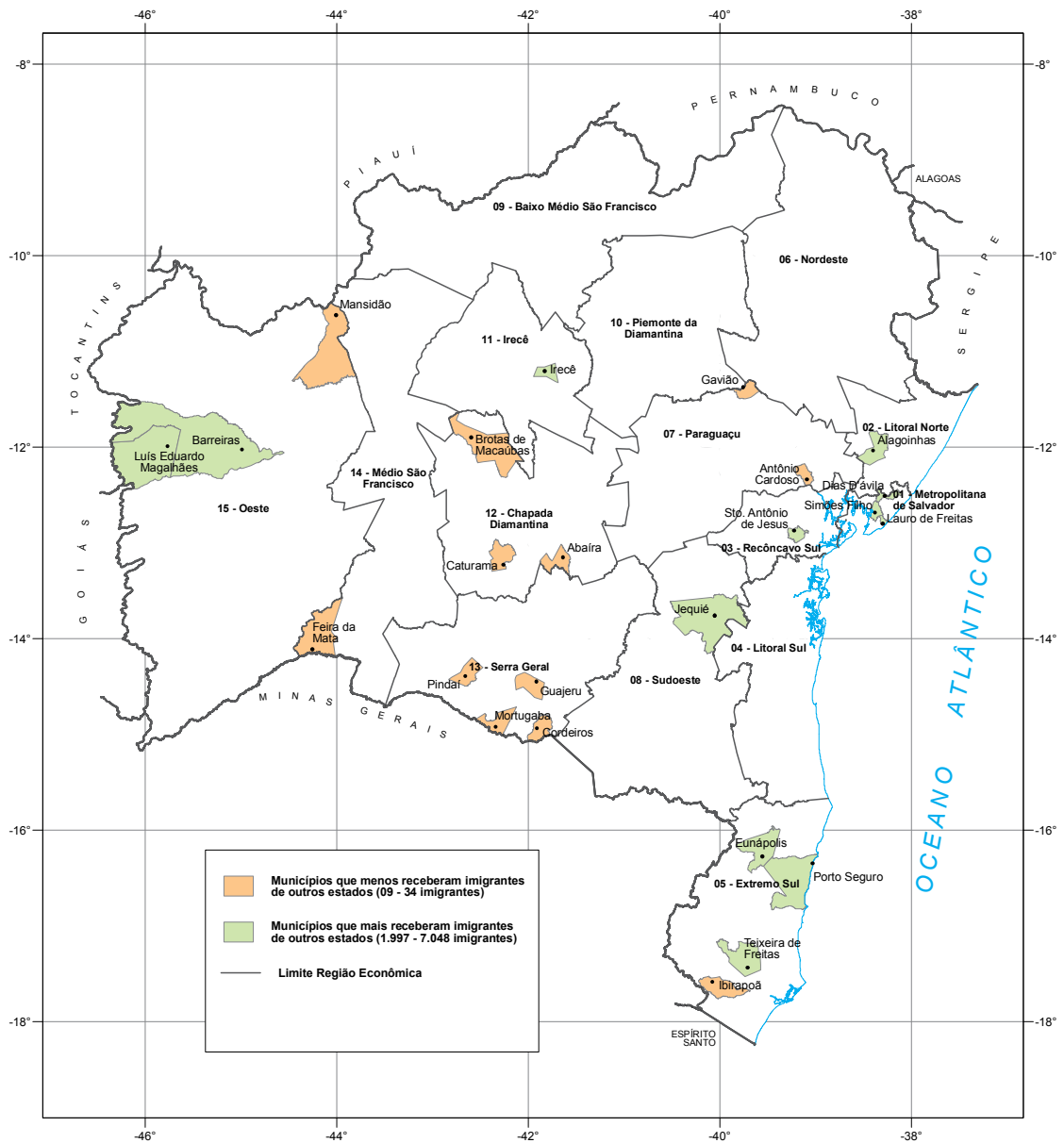
25 Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro (municípios não pesquisados pela Contagem de 2007) apareciam entre os 12 primeiros colocados no Censo de 2000.



**Figura 7**  
**Imigrantes interestaduais**  
**Estado da Bahia – 2007**

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.





**Figura 8**  
**Imigrantes intraestaduais**  
**Estado da Bahia – 2007**

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

## As sedes municipais: evolução do porte

É certo que não se pode associar o tamanho da população da cidade à sua importância ou características funcionais. Há estudos que “delimitam” o que é urbano pelo tamanho da população. Num passado relativamente próximo, nos anos 1940, uma cidade com 20 mil residentes era considerada uma aglomeração urbana de médio porte. A rapidez com que a urbanização ocorreu no país e as lógicas por ela engendradas incidiram na ampliação vertiginosa do volume demográfico das cidades. Na década de 1970, o status de cidade média foi atribuído a áreas com no mínimo 100 mil pessoas. Conforme Santos (1996), na época, um aglomerado desse porte teria um nível de complexidade da divisão do trabalho — a diversificação da oferta local de bens e serviços — que o configuraria nessa condição. Branco (2006), tendo como referência o contexto mais recente, em suas pesquisas sobre cidades médias brasileiras, adota como corte demográfico para selecioná-las a faixa de população compreendida entre o limite mínimo de 100 mil e o máximo de 350 mil habitantes.

O fato é que, nas últimas décadas, alguns autores, seguindo o critério proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), passaram a realizar suas análises desconsiderando que aglomerações com populações inferiores a 20 mil residentes sejam urbanas. Esse entendimento está baseado na ideia de que, *a priori*, um conjunto demográfico de tal porte não exige que o espaço apresente características tipicamente urbanas, como economia e ocupação de mão de obra essencialmente vinculadas aos setores secundário e terciário, existência de classes sociais distintas e a multiplicidade de usos do solo (LOPES, 2005). Porém, como bem argumentou Sposito (2007), é preciso ter cuidado com o uso de expressões como “cidade média”

e “cidade de porte médio”, pois a primeira faz referência aos espaços de intermediação entre as cidades maiores e as menores, em diferentes redes urbanas. A segunda relaciona-se aos tamanhos demográficos das cidades. Portanto, a adoção do termo “cidade média” é pouco apropriada quando se trata de discutir o tamanho populacional.

Essas considerações iniciais são fundamentais para o estudo da rede de cidades da Bahia. Nesse estado, sedes municipais com populações na faixa de 50.001-100.000 habitantes têm um papel fundamental na distribuição de bens e serviços, na localização de alguns tipos de equipamentos urbanos, além de, do ponto de vista demográfico, agregarem um contingente significativo. Desse modo, o presente estudo trabalhará, quando for o caso, com o conceito de cidade média para aquelas com populações variando entre 50 mil e 500 mil habitantes, considerando-se de forma desagregada, para efeito de análise, os grupos com populações entre 50 mil e 100 mil e entre 100 mil e 500 mil residentes<sup>26</sup>.

Em 1991, apenas seis sedes municipais da Bahia contavam com mais de 100 mil habitantes, com cinco tendo populações entre 100 mil e 500 mil residentes (1,2% do total). Cidades médias, tal como definido nesse trabalho, eram 14 (3,4%) (Tabela 25). Todavia, esse pequeno conjunto de cidades com portes variando entre 50 mil e 500 mil moradores agregava 24,3% do contingente estadual. Salvador, então a única com mais de 500 mil habitantes, concentrava 31,2% dos cidadãos baianos<sup>27</sup> (Tabela 26). As demais maiores

<sup>26</sup> Sabe-se, contudo, da necessidade de maior refinamento nessa categoria, considerando, por exemplo, as tipologias funcionais dominantes em cada uma delas para definição de subconjuntos.

<sup>27</sup> Em verdade, Salvador, em 1960, antes mesmo do advento da industrialização da Bahia, já possuía mais de 600 mil moradores. Feira de Santana, atualmente a segunda maior cidade baiana, e Itabuna tinham menos de 100 mil habitantes (SILVA; LEÃO; SILVA, 1989).

**Tabela 25**  
**Distribuição absoluta e relativa das cidades por faixa de tamanho da população**  
**Bahia – 1991, 2000 e 2007**

Faixa de tamanho da população	1991		2000		2007 (1)	
	Número de cidades	%	Número de cidades	%	Número de cidades	%
<b>BAHIA</b>	<b>415</b>	<b>100,0</b>	<b>415</b>	<b>100,0</b>	<b>417</b>	<b>100,0</b>
Até 5.000	219	52,8	167	40,2	145	34,8
5.000 – 10.000	94	22,7	124	29,9	135	32,4
10.001 – 20.000	62	14,9	71	17,1	79	18,9
<b>Até 20.000</b>	<b>375</b>	<b>90,4</b>	<b>362</b>	<b>87,2</b>	<b>359</b>	<b>86,1</b>
20.001 – 50.000	25	6,0	32	7,7	34	8,2
50.001 – 100.000	9	2,2	11	2,7	12	2,9
100.001 – 500.000	5	1,2	9	2,2	11	...
<b>De 20.000 a 500.000</b>	<b>39</b>	<b>9,4</b>	<b>52</b>	<b>12,5</b>	<b>57</b>	<b>...</b>
Mais de 500.00	1	0,2	1	0,2	1	...

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

(1) Como não existe dados sobre população urbana e população nas sede municipais para os municípios com mais de 170 mil habitantes em 2007, considerou-se, com base no Censo 2000, que Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Juazeiro e Camaçari pertencem a classe de 100.000 a 500.000 habitantes.

**Tabela 26**  
**Distribuição da população das cidades por faixa de tamanho da população**  
**Bahia – 1991, 2000 e 2007**

Faixa de tamanho da população	Participação na população total das sedes		
	1991	2000	2007 (1)
<b>BAHIA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	...
<b>Até 5.000</b>	8,8	6,1	...
5.000 – 10.000	9,8	10,7	...
10.001 – 20.000	13,2	12,5	...
<b>Até 20.000</b>	<b>31,8</b>	<b>29,3</b>	...
<b>De 20.001 a 50.000</b>	12,8	12,1	...
50.001 – 100.000	10,2	9,5	...
100.001 – 500.000	14,1	19,2	...
<b>De 50.000 a 500.000</b>	<b>24,3</b>	<b>28,6</b>	...
Mais de 500.00	31,2	30,0	...

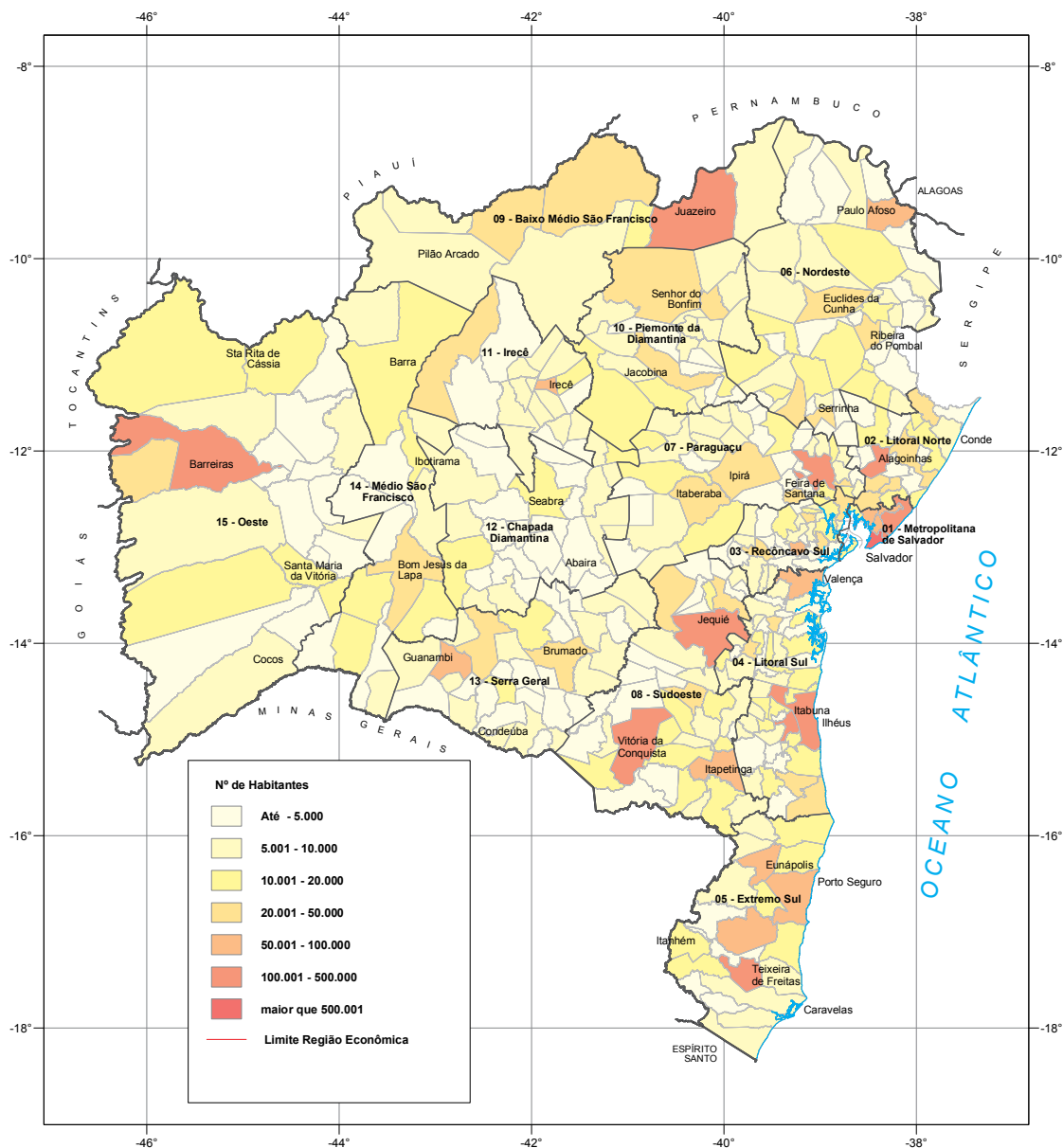
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

(1) Como não existe dados sobre população urbana e população nas sede municipais para os municípios com mais de 170 mil habitantes em 2007, considerou-se, com base no Censo 2000, que Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Juazeiro e Camaçari pertencem a classe de 100.000 a 500.000 habitantes.

sedes municipais baianas distribuíam-se no território baiano da seguinte maneira: Feira de Santana, na região Paraguaçu; Jequié e Vitória da Conquista, no Sudoeste; e Ilhéus e Itabuna, no Litoral Sul. Nesse mesmo ano, com populações próximas a 100 mil habitantes estavam

as sedes de Alagoinhas (Litoral Norte), Juazeiro (BMSF) e Camaçari (RMS), Figura 9.

Isso não significa, conforme já mencionado por Sposito (2007), que apenas essas cidades exercessem a função de centros médios. Outras de menor porte, a exemplo de Jacobina



**Figura 9**  
**População residente nas sedes municipais**  
**Estado da Bahia – 2007**

Fonte: IBGE. Contagem da População de 2007.

(Piemonte da Diamantina) e Euclides da Cunha (região Nordeste), apresentavam importância na articulação do espaço regional. Sendo assim, na análise da dinâmica da população e da economia, assim como de sua distribuição no

estado, não considerar as cidades com menos de 100 mil moradores acarretaria distorções que inviabilizariam a consistência desta pesquisa.

Em 2000, o conjunto formado pelas cidades médias passou a ser composto por

20 sedes (significando 4,8% do total). Porém, a proporção de pessoas que nele foi registrada aumentou em relação ao observado em 1991: representavam 28,6% da população das sedes baianas.

As cidades pequenas, entendidas aqui como as que possuem contingentes iguais ou inferiores a 20 mil habitantes, diminuíram entre esses dois censos (Tabela 25). Eram 375, ou 90,4%, no ano de 1991. Em 2000, somavam 362 (87,2%). No que tange à participação relativa de sua população, representavam, aproximadamente, 32% daqueles que residiam em cidades na Bahia no ano de 1991. Em 2000, eram cerca de 29%.

Segundo os censos 1991 e 2000, portanto, mais da metade dos moradores de sedes municipais do estado estavam nas 15 cidades com mais de 50 mil habitantes, no primeiro ano, e em 21, no segundo. Em outros termos, mesmo nesse último ano, ainda era bastante reduzido o número de cidades que, conforme os critérios mais gerais, poderiam ser chamadas de médias. Por isso mesmo, elas eram extremamente significativas em relação ao montante de pessoas que agregavam.

Comparando 2000 e 2007, ainda que não se tenham informações sobre as maiores delas — mas entendendo que as tendências esboçadas em 2000 não devem observar alterações de vulto —, considera-se que não houve mudanças significativas para o conjunto dos 30 principais centros urbanos do estado da Bahia. Em relação à distribuição das sedes por faixa de tamanho de população, avaliando-se que Salvador permaneça como a única com mais de 500 mil residentes, com porte entre 50 mil e 500 mil residentes estavam 23 delas<sup>28</sup>.

O número de sedes com populações inferiores a 20 mil pessoas manteve a tendência

de retração. Em 2007, foram registradas 359, ou 86,1% do total. Assim, mesmo em declínio, ainda era elevada a sua importância na Bahia.

Em relação à localização das sedes maiores, é possível perceber que se encontravam na área litorânea do estado ou próximas a ela. As exceções eram os núcleos urbanos que se desenvolveram entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo devido à expansão da fronteira agrícola no Oeste baiano, com o cultivo de grãos, e no Baixo Médio São Francisco, com os perímetros irrigados. Tal tendência se manteve, e mesmo se aprofundou, ao longo dos anos de 1990 (RIBEIRO, 1998). Além dessas, por razões associadas à sua posição na articulação de fluxos entre o Sudeste e o Nordeste, Feira de Santana, há muito, figura como a segunda maior cidade baiana.

Destacando-se os maiores centros, no ano 2000, 10 possuíam população superior a 100 mil habitantes: três estavam na RMS (Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas); dois no Sudoeste (Vitória da Conquista e Jequiê); dois no Extremo Sul (Itabuna e Ilhéus — em muitos trabalhos tratados como bipolo). Nas regiões do Paraguaçu, Litoral Norte e Baixo Médio São Francisco, havia um em cada — Feira de Santana, Alagoinhas e Juazeiro, respectivamente. Essa espacialização não indica alterações no padrão de concentração populacional existente em décadas anteriores.

Em 2007, 12 cidades registraram mais de 100 mil habitantes — inferindo-se que aquelas onde não ocorreu a Contagem de 2007 (Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro e Camaçari) observaram taxas de crescimento positivo. Além das que já possuíam esse patamar em 2000, Teixeira de Freitas e Barreiras passaram a compor esse grupo. Esses dados atestam a dinâmica recente percebida nas regiões do Extremo Sul e Oeste, alavancadas pelo agronegócio. Assim, os indicadores de 2007

28 Não se trabalhou com o peso relativo da população das sedes municipais de 2007 por conta da contagem não ter contemplado a totalidade das sedes baianas.

também confirmaram a tendência, já anunciada no Censo de 2000, de surgimento de mais alguns centros urbanos de porte médio nos extremos da Bahia. Do mesmo modo, indicaram que alguns outros, em função do ritmo de crescimento, tendem a ingressar nessa categoria de cidades. Nesse último caso, estão Eunápolis (Extremo Sul), Simões Filho (RMS) e Paulo Afonso (Nordeste). Igualmente, denotam a permanência das tendências de concentração de grande parte da população em determinados pontos do estado.

Ainda se desconsideradas as cidades do entorno da RMS, em 2007, apenas sete centros urbanos — Vitória da Conquista e Jequié (Sudoeste); Itabuna e Ilhéus (Litoral Sul); Barreiras (Oeste); Juazeiro (Baixo Médio São Francisco); e Teixeira de Freitas (Extremo Sul) —, mal distribuídos no estado, poderiam ser considerados como os com maior capacidade de exercer a função de ligação entre grandes e pequenas cidades no que diz respeito aos fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e informações.

Isso significa dizer que, em grande parte do território baiano, eram os centros com população entre 10 mil e 99 mil habitantes que exerciam, na maioria das vezes sem infraestrutura social e urbana adequada, as funções de cidades médias. Ainda que com menor qualidade, essas cidades exerciam centralidade em relação ao seu entorno, respondendo às demandas mais imediatas dos seus moradores. Entre essas estavam Irecê e Xique-Xique, na

região de Irecê; Seabra, na Chapada Diamantina; Guanambi, Brumado e Caetitê, na região Serra Geral; Senhor do Bonfim e Jacobina, no Piemonte da Diamantina; e Paulo Afonso, na região Nordeste do estado.

Ainda referente à localização, entre as 30 maiores cidades da Bahia em 2007, mais de 50,0% estavam distribuídas ao longo do litoral (regiões Metropolitana de Salvador, Extremo Sul, Litoral Sul, Recôncavo Sul e Litoral Norte), ao passo que as demais ficavam na região semiárida, à exceção de Barreiras, situada no Oeste do estado. Dessas 30, 7 não estavam entre as com maior PIB em 2006 — Irecê, Itamaraju, Senhor do Bonfim, Cruz das Almas, Itaberaba, Jacobina e Serrinha. Apenas dois municípios cujas sedes estavam entre as de maior contingente não faziam parte do grupo com os mais elevados PIB no setor terciário no mesmo ano: Itamaraju e Itaberaba.

Acrescente-se que os 12 maiores centros urbanos de 2007 situavam-se em municípios que figuravam entre os 20 de maior PIB em 2006. Os outros oito se destacavam não pela concentração populacional, mas pela produtividade industrial (São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila e Pojuca), alta produção agropecuária (Eunápolis e Luís Eduardo Magalhães) e pela geração de energia hidrelétrica (Paulo Afonso). Em todos, a produção era vinculada a ramos específicos, com pouca articulação com os demais processos ocorridos na sua região.

## 2.4. Indicadores de infraestruturas sociais e urbanas

Nesta sessão, apresentam-se informações relativas à localização de equipamentos de educação e de saúde, bem como as referentes à espacialização dos equipamentos de transporte aéreo na Bahia. No âmbito da educação, desde a promulgação da Constituição de 1988, políticas foram elaboradas visando à universalização do ensino básico, que, por força de lei, passou a ser uma das obrigações das administrações municipais. Do mesmo modo, o ensino médio passou a ser responsabilidade das administrações estaduais. Por isso, a União vem distribuindo estruturas voltadas a esse fim em todos os municípios do país<sup>29</sup>.

Com relação à educação superior, embora venha sendo, progressivamente, implementada pelos governos estaduais, é de responsabilidade do governo federal. Sendo públicas, essas instituições são instaladas em um ou outro município seguindo estratégias relacionadas à centralidade, à circulação e às políticas de desenvolvimento. A expansão do ensino superior privado, evidente no Brasil e na Bahia nos fins dos anos 1990, ampliou a distribuição desses estabelecimentos. Observa-se, contudo, que as lógicas do Estado e do mercado privado de ensino não são, de forma geral, convergentes, mas o critério de localização dessas instituições considera fundamentalmente, além da demanda, a centralidade. Por isso mesmo, cabe verificar a espacialização das instituições de ensino superior (IES).

<sup>29</sup> Obviamente, frente ao que já é sobejamente conhecido, não se relaciona a quantidade e a distribuição de escolas e colégios a uma educação de qualidade – o grande problema da educação brasileira, visto que a universalização do acesso à escola já foi conseguida. Tampouco se constrói a hipótese de que tais equipamentos possuem condições físicas adequadas. Pelo contrário, mesmo nas capitais estaduais, há escolas em estado precário de conservação e que comprometem, inclusive, as condições de saúde daqueles que as frequentam.

Por sua vez, a prestação dos serviços de saúde, que também consta dos deveres do Estado, é realizada diretamente pelos governos e também pela iniciativa privada, mediante o pagamento direto do paciente (particular ou que possua algum tipo de convênio com instituição particular) ou do poder público, via convênio estabelecido com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Com relação aos equipamentos, como hospitais, prontos-socorros, clínicas especializadas e postos de saúde, tendem a ser instalados em pontos centrais do território, para os quais converjam vias de circulação de diferentes origens. Importa observar que o Ministério da Saúde define uma hierarquia para esses equipamentos, associada à maior ou menor diversidade e especialização dos serviços que prestam. Assim, conforme o porte do município, sua localização, as cidades do seu entorno e o volume previsto da demanda, decide-se onde cada tipo de estrutura de saúde deve ser implantado.

Trabalhou-se, também, com informações referentes ao transporte aéreo. Entende-se que esse tipo de transporte contribui para agilizar a circulação no território, diminuindo os tempos de deslocamento, o que pode favorecer o desenvolvimento e melhorar a articulação entre diferentes pontos do estado. O levantamento de tais informações tem o propósito de fornecer subsídios para que, posteriormente, se possa refletir sobre seu uso e importância real na dinamização econômica do interior do estado.

Para a obtenção de informações referentes às IES e sua localização, foi utilizado o Censo da Educação Superior do Inep. Já os dados sobre estabelecimentos de saúde foram extraídos do Datasus, enquanto os relativos a aéro-

portos e fluxos de passageiros e mercadorias no estado foram obtidos na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

## Educação superior

Entre os anos 2000 e 2007, ampliou-se firmemente a oferta de matrículas na educação superior em todo o estado. Do mesmo modo, evidenciou-se que vem avançando a distribuição dessa modalidade de ensino no seu território. Isso denota a possibilidade de aumentar o contingente de pessoas com nível superior em diferentes municípios baianos, o que se espera tenha reflexos no desenvolvimento econômico, cultural, científico e tecnológico de diferentes localidades.

Nesse período, de acordo com dados do Inep, houve no Brasil o surgimento de 1.100 novas IES, uma elevação de 51,7%. Na região Nordeste, o incremento relativo foi menor — 37,2% —, tendo surgido 285 novas IES. Já a Bahia registrou um crescimento de 43,6%, acima, portanto, do que foi evidenciado no Nordeste. Quanto ao número de matrículas, ocorreu aumento significativo no Brasil, no Nordeste e na Bahia, de 55,2%, 48,5% e 40,1%, respectivamente.

Em 2000, a rede de oferta de educação superior no estado era constituída por 70 IES, distribuídas em 31 municípios. Havia uma universidade pública federal — a Universidade Federal da Bahia (UFBA) —, com *campi* em Salvador e Cruz das Almas, e quatro estaduais: Universidade do Estado da Bahia (Uneb), com *campi* em Salvador, Camaçari, Alagoinhas, Valença, Brumado, Caetité, Conceição do Coité, Eunápolis, Euclides da Cunha, Guanambi, Ipiaú, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Juazeiro e Paulo Afonso; Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no município de mesmo nome;

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista; e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus. Além disso, havia o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que oferecia educação pública de nível superior em Salvador, Camaçari e Valença (Quadro 8).

Foi possível perceber que a maior concentração de IES, no ano 2000, estava em Salvador: eram 26. O segundo município em número de instituições era Lauro de Freitas, também integrante da RMS, onde, então, esboçava-se o projeto de constituição de um polo universitário capaz de absorver parte da demanda dirigida à capital. Outra observação pertinente refere-se ao fato de que em boa parte dos municípios listados no Quadro 8 havia apenas unidades da Uneb.

Entre 2000 e 2007, foram implantadas 124 novas IES, totalizando 170. Elas estavam presentes em 55 municípios do estado. Dentre as unidades criadas no período, estavam duas universidades federais: Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Também foram reestruturados os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, localizados em Salvador e Camaçari (RMS), em Barreiras (Oeste), Valença (Litoral Sul), Vitória da Conquista e Santa Inês (Sudoeste), Teixeira de Freitas (Extremo Sul) e Guanambi e Brumado (Serra Geral).

Embora tenha havido maior distribuição dessas instituições na Bahia, somente em Salvador foram reconhecidas pelo Ministério da Educação mais 26, o que corresponde a aproximadamente 30% do total estadual. Ainda na RMS, destacou-se também Lauro de Freitas, onde o número de instituições passou de três para dez (Quadro 9). Nessa região, registraram-se também três IES em Camaçari, uma em Dias D'Ávila e outra em Simões Filho.



Class.	Regiões econômicas	Municípios	Instituições de ensino superior	Total
<b>BAHIA</b>				<b>69</b>
1	RMS	Salvador	<i>Universidade Federal da Bahia</i> Faculdade Ruy Barbosa de Ciências da Computação Faculdade de Ciências Contábeis <i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdade de Tecnologia e Ciências Faculdade Ruy Barbosa de Administração e de Direito <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i> Faculdade São Camilo Faculdade Maurício de Nassau Centro Universitário da Bahia Universidade Católica de Salvador Faculdade Ruy Barbosa de Tecn.em Proce.s de Dados Escola Bahiana de Administração Instituto de Educação Superior Unyahana de Salvador Faculdades Integradas Olga Metting Faculdade Ruy Barbosa de Psicologia Faculdade Visconde de Cairu Faculdade Castro Alves Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública Universidade Salvador Faculdade de Tecnologia Empresarial Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia Faculdade Dois de Julho Centro Universitário Jorge Amado Escola Superior de Estatística da Bahia Escola de Engenharia Agrimensura	26
2	RMS	Lauro de Freitas	Faculdade Metropolitana Faculdade Unime de Ciências Jurídicas Faculdade Unime de Ciências Sociais	3
3	RS	Cachoeira	Faculdade Adventista de Administração Faculdade Adventista de Fisioterapia Faculdade Adventista de Educação	3
4	RMS	Camaçari	Faculdade Metropolitana de Camaçari <i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia</i>	3
5	SUD	Vitória da Conquista	<i>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia</i> Faculdade Juvêncio Terra Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista	3
6	PAR	Feira de Santana	<i>Universidade Estadual de Feira de Santana</i> Faculdade de Tecnologia e Ciências	2
7	LN	Alagoinhas	Faculdade Santíssimo Sacramento <i>Universidade do Estado da Bahia</i>	2
8	OES	Barreiras	Faculdade São Francisco de Barreiras Instituto de Educação Superior Unyahana	2
9	LS	Ibicaraí	Faculdade de Educação Montenegro Faculdade de Educação Física Montenegro	2
10	LS	Valença	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia</i>	2

**Quadro 8**  
**Instituições de ensino superior na Bahia por município – 2000**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Instituições de ensino superior	Total
11	SG	Brumado	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
12	SG	Caetité	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
13	NOR	Conceição do Coité	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
14	ES	Eunápolis	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
15	NOR	Euclides da Cunha	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
16	SG	Guanambi	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
17	LS	Ilhéus	<i>Universidade Estadual Santa Cruz</i>	1
18	LS	Ipiaú	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
19	IRC	Irecê	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
20	PAR	Itaberaba	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
21	ES	Itamaraju	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	1
22	PIE	Jacobina	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
23	SUD	Jequié	Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié	1
24	BMSF	Juazeiro	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
25	NOR	Paulo Afonso	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
26	RS	Santo Antonio de Jesus	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
27	CD	Seabra	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
28	PIE	Senhor do Bonfim	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
29	NOR	Serrinha	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
30	ES	Teixeira de Freitas	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
31	IRC	Xique-Xique	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1

## Quadro 8 Instituições de ensino superior na Bahia por município – 2000

Fonte: MEC/Inep/DEED, 2008.

Nota: Estão em destaque as instituições públicas.

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Instituição de ensino superior	Total
			<b>BAHIA</b>	<b>175</b>
1	RMS	Salvador	<i>Universidade Federal da Bahia</i> Faculdade Ruy Barbosa de Ciências da Computação Faculdade de Ciências Contábeis <i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdade de Tecnologia e Ciências Faculdade Ruy Barbosa de Administração e de Direito <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i> Faculdade São Camilo Faculdade Maurício de Nassau Centro Universitário da Bahia Universidade Católica de Salvador Faculdade Ruy Barbosa de Tecn.em Processamento de Dados Escola Bahiana de Administração Instituto de Educação Superior Unyahana de Salvador Faculdades Integradas Olga Metting Faculdade Ruy Barbosa de Psicologia Faculdade Visconde de Cairu Faculdade Castro Alves Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública Universidade Salvador Faculdade de Tecnologia Empresarial Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia Faculdade Dois de Julho Centro Universitário Jorge Amado Escola Superior de Estatística da Bahia Escola de Engenharia Agrimensura Faculdade Isaac Newton Instituto de Educação e Tecnologia Faculdade Dom Pedro II Faculdade São Tomaz de Aquino Faculdade São Salvador Faculdade Vasco da Gama Faculdade São Bento da Bahia Faculdade Montessoriana da Bahia Faculdade de Ciências da Bahia Faculdade Delta Instituto de Educação Superior Ocidente Faculdade Parque Faculdade Bahiana de Direito e Gestão Faculdade de Tecnologia SENAI Faculdade Social da Bahia Faculdade Pensar Faculdade Regional da Bahia Instituto Bahiano de Ensino Superior Instituto Salvador de Ensino e Cultura Faculdade Einstein Escola Superior de Adm. Marketing e Comunicação de Salvador Faculdade de Ciências Gerenciais da Bahia Faculdade Hélio Rocha Faculdade Cidade do Salvador	50

**Quadro 9**  
**Instituições de ensino superior na Bahia por município – 2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Instituição de ensino superior	Total
2	RMS	Lauro de Freitas	Faculdade Metropolitana Faculdade Unime de Ciências Jurídicas Faculdade Unime de Ciências Sociais Faculdade de Tecnologia SENAI Faculdade Unime de Educação e Comunicação Faculdade Unime de Ciências Exatas e Tecnológicas Faculdades Integradas Ipitanga - Unibahia Faculdade Apoio Faculdade Bahiana de Ciências Faculdade de Ciências Agrárias e da Saúde	10
3	PAR	Feira de Santana	<i>Universidade Estadual de Feira de Santana</i> Faculdade de Tecnologia e Ciências Faculdade Nobre de Feira de Santana Faculdade Pitágoras de Feira de Santana Faculdade de Negócios do Estado da Bahia Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana	7
4	RS	Cachoeira	Faculdade Adventista de Administração Faculdade Adventista de Fisioterapia Faculdade Adventista de Educação <i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</i> Faculdade Adventista da Bahia Seminário Adventista Latino Americano de Teologia	6
5	OES	Barreiras	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdade São Francisco de Barreiras Instituto de Educação Superior Unyahna Faculdade João Calvino <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia</i>	5
6	SUD	Vitória da Conquista	<i>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia</i> Faculdade Juvêncio Terra Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista Faculdade Independente do Nordeste <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	5
7	SUD	Jequié	Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié Faculdade de Ciências Econômicas de Jequié Faculdade de Tecnologia e Ciências Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié	5
8	LS	Valença	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i> Faculdade Zacarias Góes <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i> Faculdade de Ciências Educacionais	5
9	ES	Teixeira de Freitas	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> Instituto Superior de Educação do Sul da Bahia Faculdade Sul da Bahia Faculdade Teixeira de Freitas <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	5
10	LN	Alagoinhas	Faculdade Santíssimo Sacramento <i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdade Santo Antonio Faculdade Regional de Alagoinhas	4

**Quadro 9**  
**Instituições de ensino superior na Bahia por município – 2007**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Instituição de ensino superior	Total
11	PIE	Senhor do Bonfim	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdade Cenequista de Senhor do Bonfim Instituto Superior de Teologia e Pastoral de Senhor do Bonfim <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	4
12	RMS	Camaçari	Faculdade Metropolitana de Camaçari <i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	3
13	RS	Cruz das Almas	Faculdade de Ciência e Tecnologia Albert Einstein Faculdade Maria Milza <i>Universidade Federal do Recôncavo</i>	3
14	ES	Eunápolis	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	3
15	LS	Ilhéus	<i>Universidade Estadual Santa Cruz</i> Faculdade Madre Thais Centro de Ensino Superior de Ilhéus	3
16	BMSF	Juazeiro	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Universidade Federal do Vale do São Francisco</i> Faculdade São Francisco de Juazeiro	3
17	OES	Luiz Eduardo Magalhães	Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira Faculdade Luiz Eduardo Magalhães Instituto Superior de Educação Unyhana Luiz Eduardo Magalhães	3
18	ES	Porto Seguro	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> Instituto Superior de Educação Nossa Senhora de Lourdes <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	3
19	RS	Santo Antônio de Jesus	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</i> Faculdade de Ciências Empresariais	3
20	SG	Brumado	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	2
21	PIE	Capim Grosso	Instituto Superior de Educação Capimgrossense Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas e Sociais	2
22	SG	Guanambi	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	2
23	LS	Ibicaí	Faculdade de Educação Montenegro Faculdade de Educação Física Montenegro	2
24	LS	Ipiaú	Faculdade Santo Agostinho <i>Universidade do Estado da Bahia</i>	2
25	IRC	Irecê	Faculdade do Sertão <i>Universidade do Estado da Bahia</i>	2
26	LS	Itabuna	Faculdade do Sul Faculdade de Tecnologia e Ciências	2
27	NOR	Paulo Afonso	<i>Universidade do Estado da Bahia</i> Faculdade Sete de Setembro	2
28	ES	Santa Cruz Cabrália	Faculdade de Ciências Médicas da Bahia Faculdade do Descobrimento	2
29	RS	Amargosa	<i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</i>	1

## Quadro 9 Instituições de ensino superior na Bahia por município – 2007

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Instituição de ensino superior	Total
30	MSF	Bom Jesus da Lapa	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
31	SG	Caetité	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
32	PIE	Campo Formoso	Faculdade Presbiteriana Augusto Galvão	1
33	RMS	Candeias	Fac.Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias	1
34	LN	Catu	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	1
35	NOR	Conceição do Coité	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
36	RMS	Dias D'Ávila	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	1
37	NOR	Euclides da Cunha	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
38	PAR	Itaberaba	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
39	PAR	Ipirá	Instituto Superior de Educação Eugênio Gomes	1
40	SUD	Itapetinga	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	1
41	ES	Itamaraju	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	1
42	LS	Ituberá	Faculdade Cenequista de Ituberá	1
43	PIE	Jacobina	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
44	NOR	Paripiranga	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	1
45	PAR	Riachão do Jacuípe	Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe	1
46	NOR	Ribeira do Pombal	Faculdade Regional de Ribeira do Pombal	1
47	SUD	Santa Inês	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	1
48	OES	Santa Maria da Vitória	Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação	1
49	RS	Santo Amaro	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	1
50	CD	Seabra	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
51	NOR	Serrinha	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1
52	PIE	Serrolândia	Faculdade de Educação Superior de Piemonte da Chapada	1
53	RMS	Simões Filho	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia</i>	1
54	LS	Uruçuca	<i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano</i>	1
55	IRC	Xique-Xique	<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	1

## Quadro 9 Instituições de ensino superior na Bahia por município – 2007

Fonte: MEC/Inep/DEED, 2008.

Nota: Estão em destaque as instituições públicas.

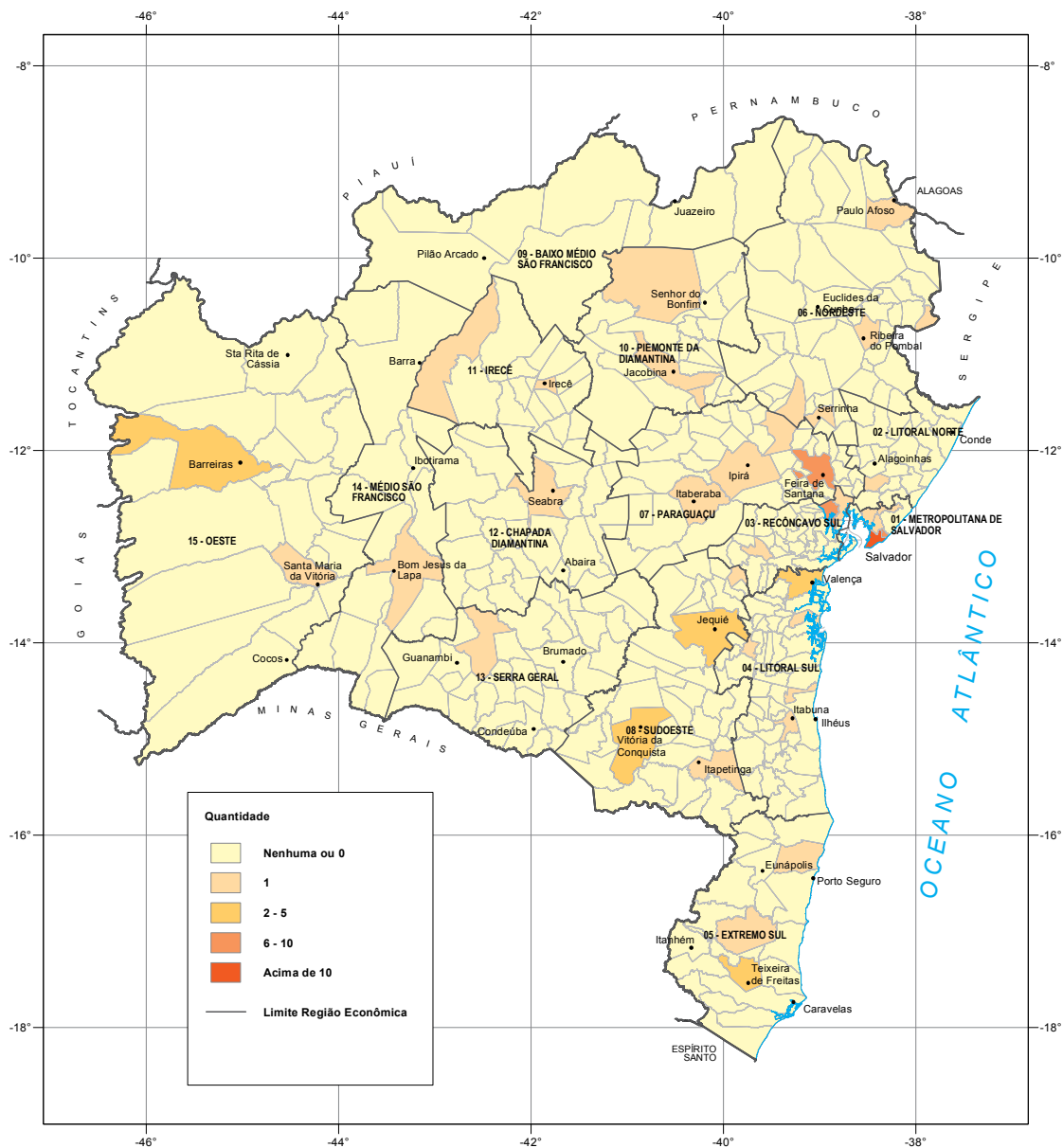
Considera-se que a presença de um número maior de universidades públicas e privadas indica que há mais cursos disponíveis e, conseqüentemente, mais possibilidades de qualificação. Portanto, na RMS, estão os empregos com as melhores remunerações do estado, visto que a região concentrou 38,2% das novas instituições de educação superior da Bahia em 2007.

Em outras regiões baianas, os municípios que mais contavam com acesso à educação superior eram Feira de Santana (Paraguaçu), com sete, uma delas estadual; Cachoeira (Recôncavo), com seis, uma federal; Barreiras (Oeste), Vitória da Conquista e Jequié (Sudoeste), Valença (Litoral Sul) e Teixeira de Freitas (Extremo Sul), com cinco em cada. O único desses municípios que não contava com IES pública era Jequié (Quadro 9).

Continuando a observar o levantamento realizado em 2007, com quatro instituições estavam Alagoinhas (Litoral Norte) e Senhor do Bonfim (Piemonte da Diamantina). Com três, havia Ilhéus (Litoral Sul), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (Oeste) e Juazeiro (Baixo Médio São Francisco). Nota-se, assim, que a maior quantidade de IES da Bahia, em 2007, estava localizada em municípios que possuíam maior importância econômica e populacional, dotados de algum nível de centralidade.

É válido ressaltar ainda que a implantação de uma IES, de forma geral, repercute em rearranjo espacial dos lugares, imigração e criação de novas áreas de moradia. Isso se reflete na necessidade de maior número e diversificação de equipamentos de comércio e serviços. Exemplo disso é a cidade de Cachoeira, onde a instalação da UFRB repercutiu na criação de novas centralidades intraurbanas e na ampliação da oferta de moradias, por conta da atração de migrantes de outras cidades da região e de Salvador. Observe-se, inclusive, que numa cidade tida como pacata e pequena até há pouco, começaram a ser criados condomínios fechados (HENRIQUE; SANTANA; FERNANDES, 2009).

Evidenciou-se que, apesar do crescimento da quantidade de instituições públicas, a presença de estabelecimentos privados aumentou. Em 2000, aproximadamente 60,0% das instituições de educação superior sediadas na Bahia eram privadas e em 2007 esse percentual se ampliou para 77,0%. Importante destacar que, no ano 2000, a Uneb era responsável pelo oferecimento da educação superior em 64,5% dos municípios baianos. Já em 2007, percebe-se forte crescimento da distribuição, também, das instituições privadas na Bahia. A espacialização dos estabelecimentos de ensino superior no estado pode ser melhor visualizada na Figura 10.



**Figura 10**  
**Número de instituições de ensino superior públicas e privadas por município**  
**Estado da Bahia – 2007**

Fonte: MEC/Inep/DEED, 2008.



## Equipamentos públicos de saúde

Os equipamentos de saúde, de forma geral, diferentemente do que ocorre em relação às IES, não geram movimentos que impliquem mudança do local de moradia, mas acarretam migrações pendulares. Em outros termos, é comum pessoas deslocarem-se de municípios menores para outros de maior porte em busca de atendimento mais especializado.

Analisando-se os dados disponíveis no sistema de informações do Datasus, verificou-se que a rede de atendimento conveniada ao SUS, formada por equipamentos como hospitais, prontos-socorros e clínicas especializadas, possui uma distribuição espacial que nem sempre condiz com a lógica da concentração demográfica (Figuras 11, 12 e 13).

Observou-se que, apesar de a RMS, o Paraguaçu e o Litoral Sul serem, em 2007, as regiões com maiores populações do estado, com 25,6%, 9,6% e 9,6% do contingente total, respectivamente, possuíam menos hospitais conveniados ao SUS — conforme os dados de 2008 — que a região Nordeste, com 8,6% da população estadual (a quarta maior) e 49 hospitais. Em relação ao número de prontos-socorros, a situação era distinta: na RMS estavam 12 deles, ou 57,1% do total da Bahia. O Paraguaçu e o Extremo Sul tinham, cada um, dois prontos-socorros (9,5% do total).

Já a distribuição de clínicas especializadas guarda uma maior correlação com a concentração demográfica e econômica dos municípios e das suas regiões. Lideravam esse *ranking* as regiões RMS (com 39,0% do total), Litoral Sul (11,1%), Paraguaçu (10,7%), Sudoeste (7,9%) e Extremo Sul (5,5%). Somente essas cinco regiões concentravam 74,2% desses equipamentos (Tabela 27).

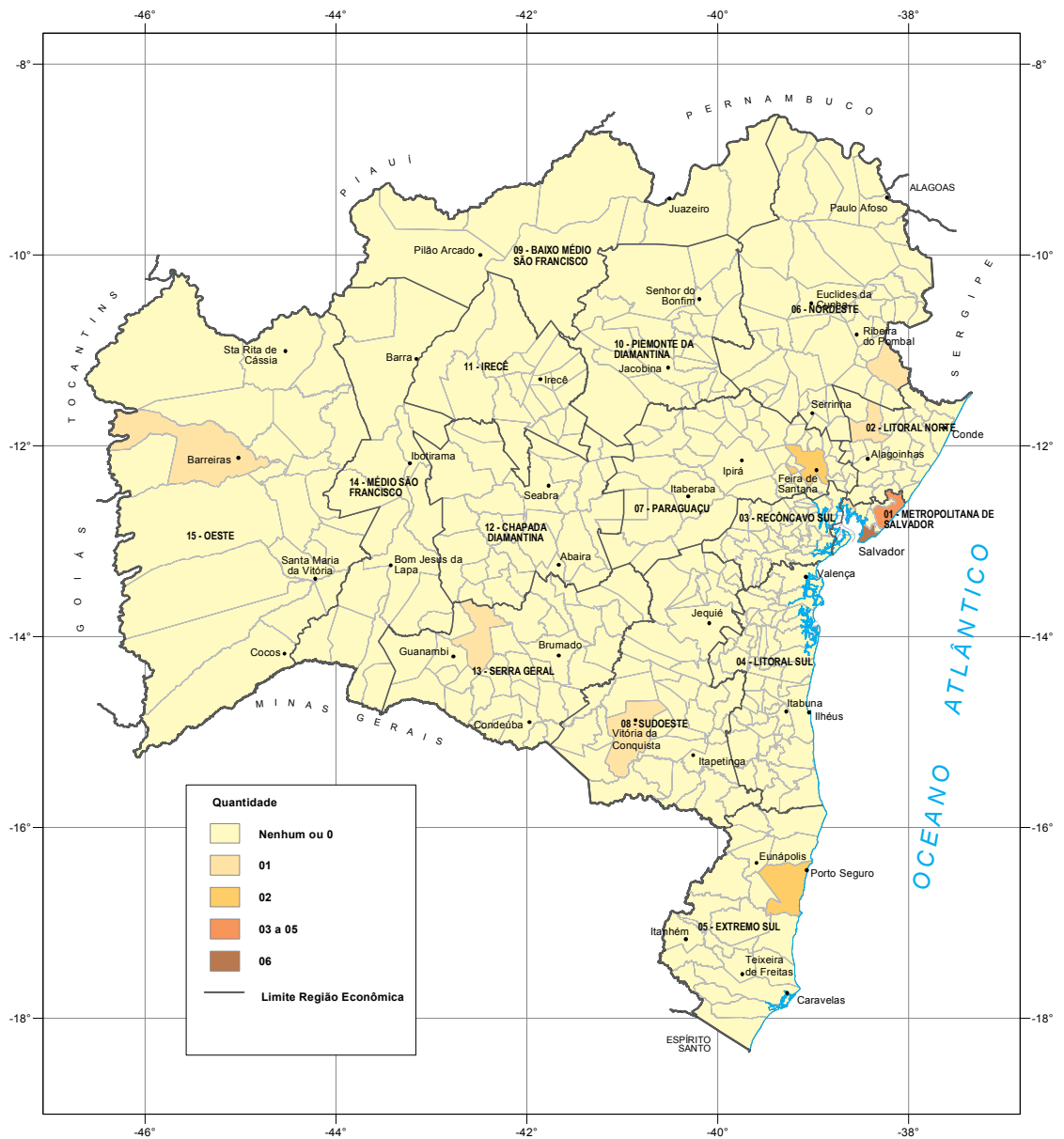
A tabulação dos dados de 2008 do Datasus revelou que os 33 municípios que contavam com pelo menos três hospitais conveniados ao SUS tinham diferentes portes demográficos e pertenciam a regiões distintas. Os dez com maior quantidade de hospitais, conforme a Tabela 28, eram Salvador (RMS); Feira de Santana (Paraguaçu); Vitória da Conquista e Jequié (Sudoeste); Juazeiro (Baixo Médio São Francisco); Conceição do Coité e Serrinha (Nordeste); Barreiras (Oeste); Guanambi (Serra Geral); e Ilhéus (Litoral Sul).

Em relação aos prontos-socorros, a concentração verificada na RMS estava associada ao fato de que somente Salvador e Camaçari tinham, respectivamente, seis e cinco desses equipamentos. Embora esse quantitativo não seja expressivo, em termos relativos significava 28,6% e 23,8% do somatório do estado, correspondentemente. Conforme a Tabela 28 evidencia, vários municípios de porte significativo e com papéis importantes na dinâmica urbana da Bahia sequer possuíam um pronto-socorro conveniado ao SUS.

Já quando se observam as clínicas especializadas, infere-se que a existência e a distribuição desse tipo de equipamento guardam proximidade com os resultados do PIB municipal do setor de serviços. Entre os 30 municípios com maior resultado para esse indicador em 2006, 86,7% integraram o grupo com maior quantidade de clínicas especializadas. Destacaram-se em relação a esse tipo de serviço Salvador (com 34,3% das clínicas especializadas da Bahia), Feira de Santana (com 8,8%), Itabuna (7,2%) e Vitória da Conquista (4,1%).

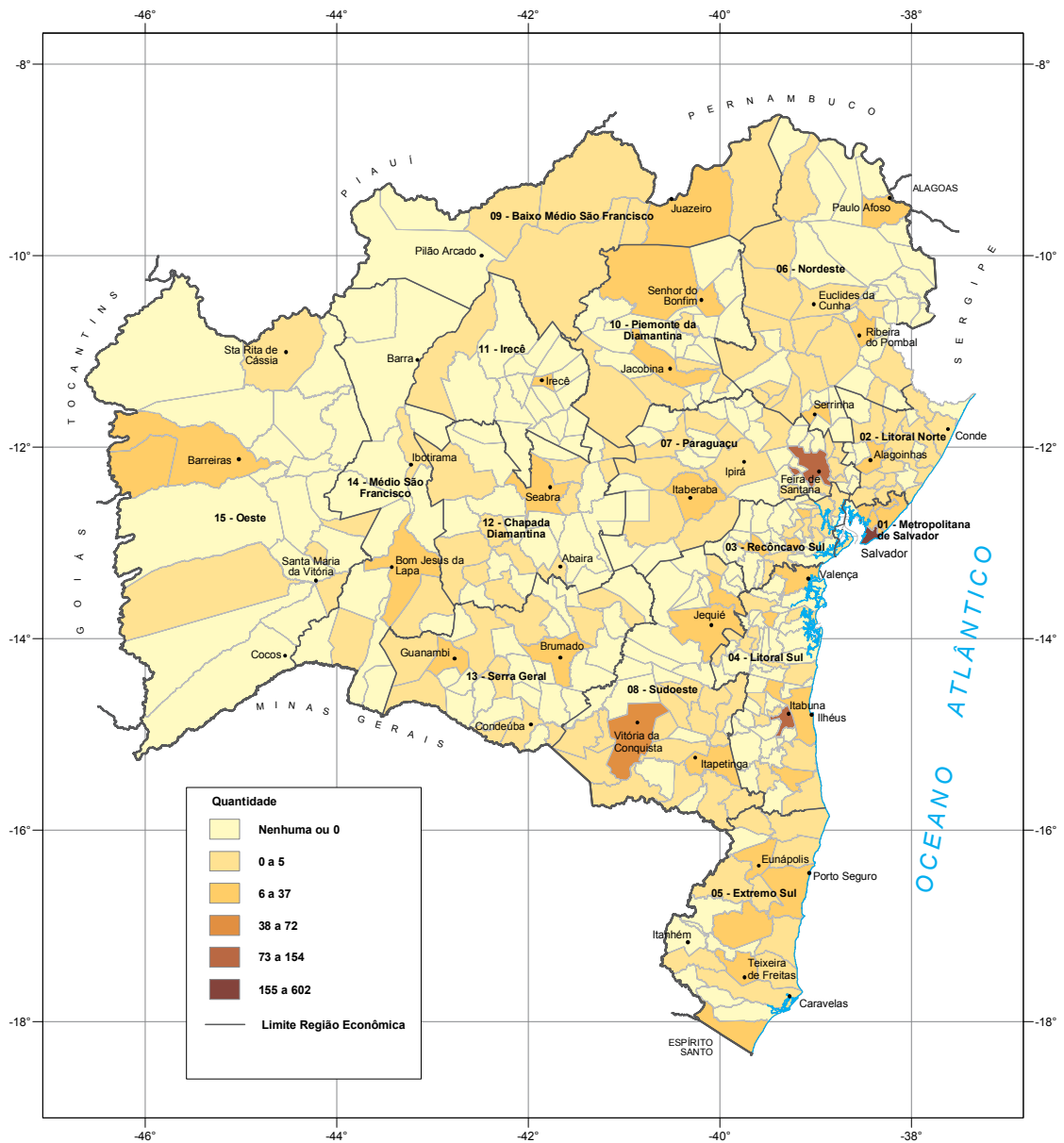
Observou-se que, apesar de a RMS, o Paraguaçu e o Litoral Sul serem, em 2007, as regiões com maiores populações do estado, com 25,6%, 9,6% e 9,6% do contingente total, respectivamente, possuíam menos hospitais conveniados ao SUS — conforme os dados de 2008 — que a região Nordeste, com 8,6% da população estadual (a quarta maior) e 49 hospitais. Em relação ao número de prontos-socorros, a situação era distinta: na RMS estavam 12 deles, ou 57,1% do total da Bahia. O Paraguaçu e o Extremo Sul tinham, cada um, dois prontos-socorros (9,5% do total).

Observou-se que, apesar de a RMS, o Paraguaçu e o Litoral Sul serem, em 2007, as regiões com maiores populações do estado, com 25,6%, 9,6% e 9,6% do contingente total, respectivamente, possuíam menos hospitais conveniados ao SUS — conforme os dados de 2008 — que a região Nordeste, com 8,6% da população estadual (a quarta maior) e 49 hospitais. Em relação ao número de prontos-socorros, a situação era distinta: na RMS estavam 12 deles, ou 57,1% do total da Bahia. O Paraguaçu e o Extremo Sul tinham, cada um, dois prontos-socorros (9,5% do total).



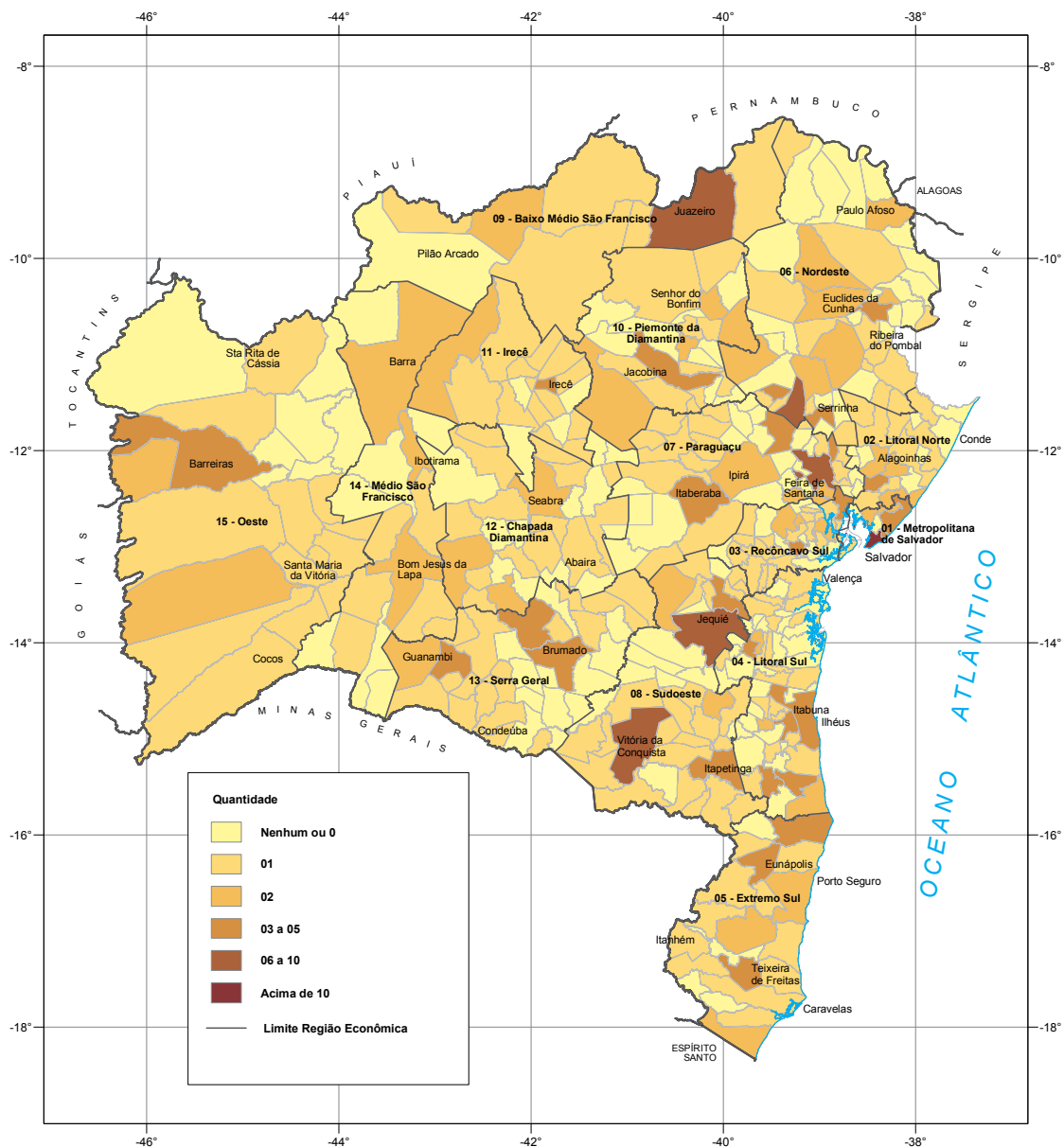
**Figura 11**  
**Número de prontos-socorros que atendem pelo SUS, por município**  
**Estado da Bahia – 2008**

Fonte: Datasus, 2009.



**Figura 12**  
**Número de clínicas especializadas que atendem pelo SUS, por município**  
**Estado da Bahia – 2008**

Fonte: Datasus, 2009.



**Figura 13**  
**Número de hospitais gerais que atendem pelo SUS por município**  
**Estado da Bahia – 2008**

Fonte: Datasus, 2009.

**Tabela 27**

**Distribuição de equipamentos de saúde conveniados ao SUS por região econômica e sua participação relativa no estado  
Bahia – 2008**

Regiões econômicas	Nº de hospital geral		Nº de pronto socorro		Nº de clínica especializada	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
<b>BAHIA</b>	<b>436</b>	<b>100,0</b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>	<b>1.756</b>	<b>100</b>
Baixo Médio São Francisco	13	3,0	0	0,0	35	2,0
Chapada Diamantina	20	4,6	0	0,0	28	1,6
Extremo Sul	29	6,7	2	9,5	97	5,5
Irecê	19	4,4	0	0,0	11	0,6
Litoral Norte	1	0,2	1	4,8	41	2,3
Litoral Sul	39	8,9	0	0,0	195	11,1
Médio São Francisco	12	2,8	0	0,0	18	1,0
Nordeste	49	11,2	1	4,8	78	4,4
Oeste	24	5,5	1	4,8	55	3,1
Paraguaçu	38	8,7	2	9,5	188	10,7
Piemonte da Diamantina	21	4,8	0	0,0	54	3,1
Recôncavo Sul	32	7,3	0	0,0	67	3,8
Região Metropolitana de Salvador	47	10,8	12	57,1	685	39,0
Serra Geral	33	7,6	1	4,8	66	3,8
Sudoeste	45	10,3	1	4,8	138	7,9

Fonte: Datasus, 2008.

**Tabela 28**  
**Municípios com até 03 hospitais conveniados ao SUS e participação relativa no estado**  
**Bahia, 2008**

Class.	Regiões econômicas	Municípios	Nº de hospital geral		Nº de pronto socorro		Nº de clínica especializada	
			Total	Part. no estado	Total	Part. no estado	Total	Part. no estado
<b>BAHIA</b>			<b>436</b>	<b>100,0</b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>	<b>1.756</b>	<b>100,0</b>
Sub-total			160	36,7	15	71,4	1.348	76,8
Demais municípios da Bahia			276	63,3	6	28,6	408	23,2
1	RMS	Salvador	34	7,8	6	28,6	602	34,3
2	PAR	Feira de Santana	6	1,4	2	9,5	154	8,8
3	SUD	Vitória da Conquista	6	1,4	1	4,8	72	4,1
4	BMSF	Juazeiro	6	1,4	0	0,0	28	1,6
5	SUD	Jequié	6	1,4	0	0,0	17	1,0
6	NOR	Conceição do Coité	6	1,4	0	0,0	5	0,3
7	OES	Barreiras	5	1,1	1	4,8	36	2,1
8	SG	Guanambi	5	1,1	0	0,0	28	1,6
9	LS	Ilhéus	5	1,1	0	0,0	25	1,4
10	NOR	Serrinha	5	1,1	0	0,0	13	0,7
11	ES	Eunápolis	4	0,9	0	0,0	32	1,8
12	ES	Teixeira de Freitas	4	0,9	0	0,0	16	0,9
13	IRC	Irecê	4	0,9	0	0,0	7	0,4
14	SUD	Jaguaquara	4	0,9	0	0,0	7	0,4
15	RS	Santo Amaro	4	0,9	0	0,0	4	0,2
16	PAR	Riachão do Jacuípe	4	0,9	0	0,0	2	0,1
17	ES	Belmonte	4	0,9	0	0,0	1	0,1
18	LS	Itabuna	3	0,7	0	0,0	127	7,2
19	RMS	Camaçari	3	0,7	5	23,8	37	2,1
20	RS	Santo Antônio de Jesus	3	0,7	0	0,0	31	1,8
21	RMS	Lauro de Freitas	3	0,7	0	0,0	23	1,3
22	SUD	Itapetinga	3	0,7	0	0,0	18	1,0
23	PIE	Jacobina	3	0,7	0	0,0	16	0,9
24	SG	Brumado	3	0,7	0	0,0	9	0,5
25	PAR	Itaberaba	3	0,7	0	0,0	8	0,5
26	OES	Santa Maria da Vitória	3	0,7	0	0,0	8	0,5
27	LS	Ipiaú	3	0,7	0	0,0	5	0,3
28	SG	Livramento de Nossa Senhora	3	0,7	0	0,0	5	0,3
29	LN	Catu	3	0,7	0	0,0	4	0,2
30	LS	Camacan	3	0,7	0	0,0	3	0,2
31	NOR	Cícero Dantas	3	0,7	0	0,0	2	0,1
32	NOR	Santaluz	3	0,7	0	0,0	2	0,1
33	NOR	Valente	3	0,7	0	0,0	1	0,1

Fonte: Datasus, 2008.

## Aeroportos e fluxos de passageiros

Em relação à infraestrutura aeroviária, no ano 2000 havia 83 aeródromos e aeroportos homologados na Bahia, segundo a Casa Militar do governo. Onze deles estavam localizados no Extremo Sul (Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Medeiros Neto, Mucuri, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e dois em Porto Seguro); dez na Chapada Diamantina (Boquira, Brotas de Macaúbas, Lençóis, Macaúbas, Mucugê, Palmeiras, Paramirim, Piatã, Souto Soares e Utinga); oito no Oeste baiano (Barreiras, Cocos, Cotegipe, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério e Serra Dourada); oito no Litoral Sul (Canaieiras, Ilhéus, Ipiaú, Maraú, Una, Valença e dois em Cairu); oito no Nordeste (Adustina, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Paulo Afonso, Queimadas, Uauá e Valente); seis no Sudoeste (Encruzilhada, Itapetinga, Jequié, Maracás, Poções e Vitória da Conquista); seis na Serra Geral (Brumado, Caetité, Guanambi, Iramaia, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora); cinco na região do Médio São Francisco (Barra, Bom Jesus da Lapa, Buritirama, Carirania e Ibotirama); cinco no Piemonte da Diamantina (Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Morro do Chapéu e São José do Jacuípe); quatro na região do Paraguaçu (Feira de Santana, Piritiba e dois em Itaberaba); quatro no Baixo Médio São Francisco (Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé); três na região de Irecê (Gentio do Ouro, Irecê e Xique-Xique); dois na RMS (Salvador e Vera Cruz); dois no Litoral Norte (Alagoinhas e Esplanada); e um no Recôncavo Sul (Amargosa).

A existência e distribuição ampla no território, contudo, não indicam, necessariamente, utilização ou condição de uso desses terminais. Para a ANAC, apenas 13 desses

terminais eram considerados importantes em termos de fluxos de passageiros e cargas. Em 2000, conforme o anuário que avalia dados estatísticos da aviação civil em todo o país, os terminais aeroviários mais importantes da Bahia foram os de Salvador (na RMS), Porto Seguro (no Extremo Sul), Ilhéus e Una (no Litoral Sul), Vitória da Conquista (no Sudoeste) e Barreiras (no Oeste).

Os dados apresentados nas Tabelas 29 e 30 mostram o aeroporto de Salvador, em 2000, como primeiro no *ranking* de ligações com outros municípios brasileiros — cerca de 50 mil passageiros —, tanto no que se refere à origem e destino de passageiros quanto no tocante a cargas. Essa situação não causa estranheza, visto seu papel na dinâmica estadual e a inexistência de outra cidade com a qual divida funções no que tange ao atendimento da demanda de serviços e estruturas dentro da Bahia, além da distribuição dos passageiros que chegam ao município e se dirigem a outros de regiões próximas que não oferecem esse serviço.

Em um segundo nível, ficaram os aeroportos de Porto Seguro, Ilhéus e Vitória da Conquista, com, respectivamente, 6,5 mil, 3,7 mil e 2,6 mil ligações. Barreiras ocupou a quinta posição por seu número de origens de voos, embora em termos de número de passageiros e volume de carga fosse superado por Una.

Em termos de destino, os aeroportos que mais estabeleceram ligações com outros da Bahia foram, por ordem, Salvador, que recebeu 43.825 voos em 2000; Porto Seguro, com pouco mais de 6.447; Ilhéus, com 3.741; e Vitória da Conquista, com 2.599. Nos demais, o número de ligações revelou-se inferior a mil. A quantidade de passageiros e de carga desses aeroportos também revelou-se bem acima dos demais listados, à exceção de, mais uma vez, Una, que, mesmo tendo estabelecido apenas 767 ligações, recebeu mais passageiros do que Vitória da Conquista (Tabela 30).

**Tabela 29**  
**Estatísticas dos voos originados nos municípios baianos – 2000**

Origem	Ligações	Passageiros	Carga (kg)
<b>BAHIA</b>	<b>66.812</b>	<b>1.400.116</b>	<b>33.080.362</b>
Salvador	50.117	994.811	28.273.033
Porto Seguro	6.558	249.817	3.044.159
Ilhéus	3.730	94.258	1.149.923
Vitória da Conquista	2.633	20.701	248.210
Barreiras	800	8.498	88.922
Una	759	20.819	146.039
Lençóis	572	4.152	43.167
Mucuri	567	2.284	33.874
Bom Jesus da Lapa	404	886	6.910
Guanambi	312	758	5.162
Teixeira de Freitas	258	1.232	10.329
Caravelas	77	446	6.255
Valença	25	1.454	24.379

Fonte: ANAC. Anuário do Transporte Aéreo, 2000.

Nota: Ligações são as operações de saída e chegada em cada unidade (origem ou destino).

**Tabela 30**  
**Estatísticas dos vôos com destino em municípios baianos – 2000**

Destino	Ligações	Passageiros	Carga (kg)
<b>BAHIA</b>	<b>60.223</b>	<b>1.724.038</b>	<b>41.504.391</b>
Salvador	43.825	1.317.457	35.547.906
Porto Seguro	6.447	253.915	3.104.416
Ilhéus	3.741	91.101	1.965.235
Vitória da Conquista	2.599	19.874	299.525
Una	767	21.939	276.017
Barreiras	733	8.119	123.708
Lençóis	533	4.465	58.004
Mucuri	530	2.204	50.950
Bom Jesus da Lapa	357	945	13.566
Guanambi	292	727	12.278
Teixeira de Freitas	246	1.225	15.425
Caravelas	132	583	14.619
Valença	21	1.484	22.742

Fonte: ANAC. Anuário do Transporte Aéreo, 2000.

Nota: Ligações são as operações de saída e chegada em cada unidade (origem ou destino).



É necessário chamar a atenção para o fato de que, em Porto Seguro, Ilhéus e Una, boa parte dos voos, tal como atestam trabalhos sobre esses municípios, se relaciona à atividade turística, elemento importante para a dinâmica econômica desses locais.

Na pesquisa de 2007, foram incluídos mais dois aeroportos no anuário da ANAC: os de Paulo Afonso (Nordeste) e Feira de Santana (Paraguaçu). Paralelamente, foi excluído o de Teixeira de Freitas (Extremo Sul), apesar de esse município figurar entre os de maior fluxo turístico do estado. Também é válido ressaltar que houve uma redução no número de passageiros pelo modo aeroviário em 2007 em relação a 2000. Já o de carga, no total, ampliou-se.

Observe-se que, em relação à origem das ligações, os mais importantes aeroportos de 2000 e de 2007 revelaram-se os mesmos, ainda que tenha havido alteração na hierar-

quia: em 2007, Porto Seguro estabeleceu mais ligações do que Ilhéus, situação oposta ao verificado em 2000 (Tabelas 29 e 31). A comparação das informações sobre destino revelou que houve aumento no total de ligações. Dos municípios que figuram nas Tabelas 30 e 32, somente Barreiras diminuiu o número de voos recebidos. Elevou-se também a quantidade de pessoas e de carga que circulou nesses aeroportos em 2007 em relação ao registrado em 2000.

Tais dados indicam que as regiões da Bahia que mais estabeleceram ligações com outros municípios baianos e outros estados foram aquelas que apresentaram maior dinâmica urbana tanto no tocante à produção de bens quanto à oferta de serviços. Além disso, a infraestrutura aeroportuária, associada a outras relativas ao fluxo de pessoas, mostrou-se essencial em regiões turísticas.

**Tabela 31**  
**Estatísticas dos voos originados nos municípios baianos – 2007**

Origem	Ligações	Passageiros	Carga (kg)
<b>BAHIA</b>	<b>53.590</b>	<b>2.512.693</b>	<b>10.152.070</b>
Salvador	43.398	1.974.698	4.148.518
Ilhéus	3.455	196.661	2.558.661
Porto Seguro	3.408	307.814	3.066.664
Vitória da Conquista	1.458	14.469	167.472
Barreiras	895	2.843	56.639
Mucuri	309	2.069	29.615
Bom Jesus da Lapa	216	995	8.655
Una	214	9.001	69.251
Guanambi	172	1.111	8.162
Paulo Afonso	23	1.721	26.476
Lençóis	22	662	7.881
Caravelas	12	18	218
Valença	6	576	2.928
Feira de Santana	2	55	930

Fonte: ANAC. Anuário do Transporte Aéreo, 2007.

Nota: Ligações são as operações de saída e chegada em cada unidade (origem ou destino)

**Tabela 32**  
**Estadísticas dos vôos com destino em municípios baianos – 2007**

Destino	Ligações	Passageiros	Carga (kg)
<b>BAHIA</b>	<b>47.740</b>	<b>2.858.518</b>	<b>10.452.972</b>
Salvador	36.882	2.470.523	4.859.997
Porto Seguro	4.579	238.575	3.187.596
Ilhéus	3.265	113.863	1.831.620
Vitória da Conquista	1.294	14.262	256.113
Barreiras	873	5.864	63.813
Mucuri	209	1.742	44.442
Uma	199	8.028	134.124
Guanambi	183	1.006	8.997
Bom Jesus da Lapa	162	1.037	10.028
Caravelas	37	341	7.645
Paulo Afonso	26	1.421	19.948
Lençóis	22	1.224	15.934
Valença	7	576	11.736
Feira de Santana	2	56	979

Fonte: ANAC. Anuário do Transporte Aéreo, 2007.

Nota: Ligações são as operações de saída e chegada em cada unidade (origem ou destino).





## 3 **Análise das entrevistas<sup>1</sup>**

Neste tópico, estão comentários sobre as entrevistas realizadas em duas instituições públicas e uma do setor privado, cujas sínteses encontram-se nos apêndices. Elas foram desenvolvidas com representantes da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) e do IBGE. A do setor privado foi realizada com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Com essas entrevistas, objetivou-se verificar as estratégias utilizadas por esses órgãos para alocação de suas estruturas e ações e averiguar como elaboram suas regionalizações e estabelecem as hierarquias entre os lugares. Com isso, pretendeu-se levantar as demandas de tais instituições em relação a estudos sobre a rede urbana.

---

<sup>1</sup> As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo as sínteses autorizadas pelos entrevistados.

Antes de tratar propriamente dos resultados, cabe assinalar que houve muita dificuldade em agendar as entrevistas com as secretarias estaduais. Afirmava-se que não havia técnicos disponíveis para atender à nossa solicitação. Tentou-se contato fazendo-se uso de diferentes estratégias, sendo que, em todas as situações, eram apresentados o objetivo, a dimensão da pesquisa e os parceiros responsáveis por sua realização. No caso da Secretaria da Educação, foi necessário o envio de um ofício assinado pelo diretor-geral da SEI ao subsecretário para que ocorresse a indicação de uma pessoa para responder à entrevista. Em relação à Secretaria da Saúde, buscou-se referência de quem poderia prestar essas informações. Foram indicadas duas pessoas, com as quais se entrou em contato e para as quais foi enviado o roteiro da entrevista. Contudo, tendo em vista que, desde outubro, tenta-se marcar uma data, sem sucesso, optou-se por excluir tal secretaria da amostra de pesquisa.

Definiu-se, então, a realização da entrevista com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano (Sedur). Essa escolha foi fundamentada na necessidade de entender a compreensão de rede urbana que norteia as ações dessa secretaria e, sobretudo, porque a Sedur está desenvolvendo o Estudo da Rede Urbana da Bahia, contratado à empresa Vertrag Planejamento Urbano, com conclusão prevista para junho de 2010. Tal estudo, como consta em sua proposta, tem como finalidade verificar a caracterização e a determinação da dinâmica e das funções das diversas centralidades urbanas do estado, de modo a orientar o governo estadual na formulação de diretrizes que contribuam para uma organização territorial mais equilibrada e equitativa em termos sociais e econômicos. Todavia, embora tenha havido interesse por parte da diretoria dessa secretaria em participar da pesquisa, até a presente data não houve possibilidade de agendar a entrevista.

A dificuldade acima mencionada pode denotar a falta de disponibilidade de pessoal habilitado a responder indagações sobre o tema, mas, igualmente, podem-se tomar essas atitudes como indicativas da ausência de maior interesse em estudos voltados ao conhecimento da rede urbana ou à desinformação sobre as possibilidades de sua aplicabilidade. De fato, como as respostas do subsecretário da SEC apontaram, há uma estratégia específica de regionalização e de definição da rede de educação. A mesma situação, sabe-se, ocorre em relação à área de saúde. Embora as principais cidades identificadas na rede estabelecida por aquelas secretarias sejam de fato as maiores da Bahia, em termos demográficos e econômicos, a articulação formada entre essas e as cidades menores é variável conforme os propósitos das atividades desenvolvidas por cada uma dessas instâncias governamentais. Isso pode ou não corresponder às redes e articulações identificadas por pesquisas como a Regic, de âmbito nacional, e mesmo aquelas levadas a cabo pela SEI e pela CAR, que se ocupam particularmente da realidade baiana.

As entrevistas com o IBGE e Sebrae foram agendadas sem maiores percalços.

Realizadas em janeiro do corrente ano, todas as entrevistas foram conduzidas tendo como base o roteiro sugerido pelo IPEA. Contudo, conforme o seu desenvolvimento, em alguns casos, foram realizadas alterações nas perguntas (ver apêndices).

Em relação aos resultados obtidos, observou-se que cada entidade trabalha com uma regionalização específica voltada aos objetivos próprios do seu setor de atividade. Embora haja conhecimento da proposta oficial do estado, a própria SEC, possivelmente a instituição governamental com maior capilaridade na Bahia, que se faz presente em todos os municípios, distribui suas estruturas e ações seguindo uma regionalização específica. No Sebrae, por sua

vez, há preocupação em trabalhar com os territórios de identidade (proposta atual de regionalização do governo do estado), embora essa forma de agregação não seja necessariamente seguida na implantação dos projetos.

No entendimento dos profissionais do IBGE, instituição de caráter nacional que propôs uma regionalização para a Bahia a partir de uma combinação particular de indicadores e análises, a existência de diferentes regiões está vinculada ao tipo de interpretação realizada de determinadas características dos municípios e da forma como eles se articulam.

Evidenciou-se que cada instituição aloca seus investimentos considerando uma delimitação de região, adotando para suas análises e elaboração de hierarquia entre as cidades um conjunto de indicadores que não necessariamente convergem, mas que sempre têm como base aspectos sociais e demográficos.

Na educação, tal como dito pelo subsecretário, recorre-se a um banco de dados próprios; o Sebrae, seguindo estratégias e diretrizes definidas em âmbito nacional, utiliza dados de diversas fontes, destacando, além do porte e do perfil populacional, questões referentes à dinâmica econômica dos municípios (apêndices 2 e 3). Dada a escala de trabalho dessa última instituição, revelou-se a necessidade de dados e indicadores bastante desagregados, que permitam informações do intraurbano. Um ponto a mais a observar sobre a questão dos indicadores se refere ao fato de que não houve menção de que boa parte dos dados utilizados pelos órgãos em questão é obtida nos censos demográficos. Isso indica que, a despeito da capacidade técnica dos entrevistados, existe, como bem captado pelos técnicos do IBGE, a falta de maior conhecimento quanto às possibilidades de uso das informações produzidas por esse órgão.

Ressalta-se que, conforme os funcionários do IBGE, a instituição é pouco deman-

dada pelos agentes do planejamento público, sendo mais solicitada pela academia e por indivíduos que exercem suas atividades no setor privado, em particular, consultores. Todavia, é bastante provável que parte da consulta das pesquisas do IBGE seja feita por meio do acesso ao seu site. Também foi dito na entrevista realizada nesse instituto que a Regic, pesquisa que possui uma série histórica consolidada e que indica a presença de estruturas e os fluxos de pessoas entre as cidades, é pouco utilizada (ver observações postas na entrevista realizada no IBGE, apêndice 1). Ela não é adotada, por exemplo, como referência pela SEC nem pelo Sebrae, cujos profissionais entrevistados mencionam não a conhecer.

Ainda em relação ao IBGE, sem desconhecer os méritos e a pertinência dos resultados de seus trabalhos para a compreensão da rede urbana da Bahia, chama-se a atenção para o fato de que seus técnicos afirmaram desconhecer outros estudos estaduais, produzidos por órgãos públicos ou pela academia, e mesmo por instituições de âmbito nacional, que tratassem do tema rede de cidades.

A análise das entrevistas possibilita algumas indicações a serem consideradas para a elaboração de novos estudos sobre a rede urbana da Bahia:

- Faz-se necessário realizar um estudo das redes propostas pelas secretarias e órgãos setoriais, levantando-se os critérios e indicadores por elas utilizados, observando aqueles que são mais comuns.
- Identificar, como um dos parâmetros para a proposição e aprofundamento de estudos sobre a rede urbana, um conjunto de indicadores que guarde convergência com aqueles adotados por tais instituições.
- Elaborar um programa de divulgação da metodologia, dos resultados e das possibilidades de uso do estudo, tendo em vista a alocação de recursos, ações e estruturas.





# 4

## Considerações finais

A Bahia, quarta maior população e sexta economia do país, possuía, em 2007, o maior volume de habitantes rurais da nação e se caracterizava, tanto econômica como demograficamente, por uma intensa desigualdade entre as regiões e municípios que a compõem. Sendo assim, para compreender os processos em curso e pensar em tendências e propostas de desenvolvimento para esse estado, devem ser consideradas algumas observações, contidas neste relatório e a seguir sintetizadas.



Em relação aos aspectos econômicos, evidenciou-se que:

- Houve investimentos públicos e privados nos setores primário e secundário da Bahia desde a década de 1990. Todavia, foi o setor de serviços que apresentou maior participação percentual no PIB, no período 2000-2007, com 61,5%, frente a 30,7% do setor industrial e 7,9% do setor agropecuário, no ano de 2006.
- Durante o período 1991-2000, muitos municípios das regiões Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Baixo Médio São Francisco, Médio São Francisco, Irecê, Oeste, Paraguaçu e Chapada Diamantina tiveram suas economias dinamizadas pelos investimentos no setor agrícola, por meio da implantação de projetos de irrigação relacionados à fruticultura. Ainda nesse período, assim como em 2000-2007, verificou-se a ampliação dos investimentos no setor industrial em diversas regiões do estado. Exemplo disso foi a instalação de polos calçadistas no Sudoeste, Paraguaçu, Nordeste, Recôncavo Sul e Litoral Norte; de metalúrgicas na RMS e no Paraguaçu; de fábricas voltadas à produção de papel e papelão no Litoral Norte, Paraguaçu e Extremo Sul; de empresas de material elétrico, comunicações e equipamentos de informática no Litoral Sul e na RMS; e de madeireiras no Extremo Sul. Tais investimentos repercutiram nos deslocamentos populacionais ocorridos no estado: quando da introdução dos projetos, houve, de forma geral, atração de população; depois disso, a depender do perfil da atividade, ocorreu arrefecimento do fluxo migratório. Em 2000-2007, nas regiões Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Irecê, Nordeste e Médio São Francisco, verificou-se intensificação de cultivo do sisal, criação de caprinos, produção de biodiesel e fruticultura irrigada. Parte dessa produção destinava-se à exportação. Também se mantiveram importantes, no âmbito da economia estadual, culturas

de grãos no Oeste, celulose no Extremo Sul, algodão na Serra Geral e pecuária extensiva no Piemonte da Diamantina. Com isso, observa-se que o setor agropecuário, ainda que proporcionalmente tenha menor peso que os demais no PIB estadual, revela uma grande importância para as economias regionais, sobretudo no que diz respeito à ocupação da mão de obra.

- Os investimentos no setor de turismo, no período 2000-2007, não resultaram no esperado dinamismo para as economias das localidades consideradas “turísticas”. Isso se refletiu, também, nos níveis de crescimento populacional desses municípios. De forma geral, houve diminuição da migração destinada a essas localidades, relativamente ao registrado em 1991-2000.

Sobre a dinâmica populacional, comprovou-se que:

- No período 1991-2000, as maiores aglomerações populacionais da Bahia encontravam-se no litoral ou em suas proximidades. Ademais, foram exatamente as regiões localizadas nessa porção do estado que registraram as maiores taxas de crescimento demográfico, a exemplo do Extremo Sul, do Litoral Norte e da RMS. No período 2000-2007, não obstante a RMS ser ainda o grande polo de atração populacional, ganharam destaque os ritmos de crescimento das regiões Baixo Médio São Francisco, Oeste e Paraguaçu, situação associada em muito à expansão do agronegócio nas duas primeiras. No Paraguaçu e na RMS, mesmo com a implantação de equipamentos industriais, as atividades terciárias foram mais decisivas na definição do crescimento demográfico.
- Em 1991, 2000 e 2007, mantendo uma tendência que remonta a meados do século XX, a RMS revelou alto grau de atratividade sobre a população do restante do estado. Isso apesar das políticas e projetos públicos e privados direcionados ao desenvolvimento de

outras regiões, como a instalação de distritos industriais, os incentivos agrícolas, a implantação de infraestrutura urbana e de equipamentos de saúde e educação de nível superior e, ainda, o estímulo ao turismo. Ressalte-se que Salvador, apesar de ter elevado a participação relativa da sua população no total estadual, apresentou taxas de crescimento inferiores às de alguns municípios da própria RMS. Esses dados sinalizam uma dinâmica territorial que tende a aumentar a funcionalidade desses centros urbanos. No entanto, tal funcionalidade deve ser "limitada", no que se refere à diversidade de atividades econômicas, pela proximidade a Salvador.

- Pela análise das taxas de crescimento demográfico e das participações na população do estado, para os períodos 1991-2000 e 2000-2007, notou-se que as regiões de Irecê, Serra Geral, Chapada Diamantina e Nordeste, nas quais prevalecem atividades relacionadas ao setor primário, apresentaram situação de estagnação, haja vista que suas respectivas populações têm sofrido um declínio relativo, quando confrontadas com a população total do estado. Do mesmo modo, em relação ao PIB estadual, essas regiões vêm perdendo importância relativa. Esses resultados são reflexos dos problemas socioeconômicos pelos quais tais regiões têm passado, marcadamente a queda da produtividade nas culturas tradicionalmente nelas praticadas e os restritos investimentos em modernização agrícola, privilegiando-se aqueles voltados à manutenção das atividades peculiares e de baixo valor agregado. Em relação ao sul baiano, apresentavam-se duas situações, ao mesmo tempo opostas e complementares: redução progressiva do percentual de população do Litoral Sul na composição do total estadual; ampliação da importância demográfica do Extremo Sul. Pressupõe-se que esses processos sejam decorrentes de fatores principais combinados: os problemas socioe-

conômicos provocados pela crise da lavoura cacaueteira na primeira região; e o dinamismo econômico verificado na segunda, impulsionado pela indústria da celulose.

- No que diz respeito ao grau de urbanização, os resultados das pesquisas revelam que existe uma tendência à diminuição das disparidades entre regiões. No entanto, tais desigualdades ainda permanecem elevadas, principalmente quando se observa que regiões localizadas na área litorânea, como a RMS, o Extremo Sul e o Litoral Norte, possuíam índices acima da média estadual, ao passo que as regiões do interior, com exceção do Sudoeste, tinham índices bem abaixo dessa mesma média. Somente a partir de 2007 mais da metade dos municípios baianos registrou valores acima de 50% dos seus habitantes residindo em meio urbano.
- O Censo de 1991 revelou que, de um total de 415 cidades baianas, apenas seis possuíam populações superiores a 100 mil habitantes. Contudo, concentravam 45,3% da população das sedes municipais do estado. E somente Salvador, então com mais de 500 mil habitantes, concentrava 31,1% dos baianos residentes em cidades. Em 2000, as cidades com mais de 100 mil habitantes passaram a ser 10, agrupando 49,1% do total da população das sedes. Dessas, apenas nove tinham porte médio (população entre 100 mil e 500 mil): Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Camaçari, Alagoinhas e Lauro de Freitas. Já em 2007, agora considerando 417 municípios do estado, esse grupo passou a contar com 11 cidades, visto que Teixeira de Freitas e Barreiras superaram a marca dos 100 mil habitantes. A primazia de Salvador, porém, permaneceu intacta, sendo a única com mais de 500 mil residentes.
- Os estudos que tratam da organização da rede de cidades da Bahia indicaram que o grupo de cidades com população entre 50 e 100

mil habitantes desempenhava, entre 1991 e 2007, funções de articulação entre as cidades de maior e as de menor porte, tendo papéis importantes nas dinâmicas regionais. Isso pode ser confirmado considerando-se a análise do PIB e de outros indicadores, no que diz respeito aos fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e informações. Nesse papel compatível com os de cidades médias, destacaram-se 12: Eunápolis, Itamaraju e Porto Seguro (Extremo Sul); Simões Filho, Candeias e Dias D'Ávila (RMS); Santo Antônio de Jesus (Recôncavo Sul); Itapetinga (Sudoeste); Valença (Litoral Sul); Guanambi (Serra Geral); Irecê (região de Irecê); e Paulo Afonso (Nordeste). Além delas, destacou-se Senhor do Bonfim (Nordeste), que, ainda que possuísse pouco menos de 50 mil habitantes em sua sede, em 2007, já apresentava elementos indicativos de centralidade para além dos limites municipais.

Entre os anos de 2000 e 2007, foram implantadas duas universidades federais (Universidade Federal do Vale do São Francisco e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), reorganizados e redistribuídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, e ampliada a rede da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Tais estruturas foram localizadas em diversos municípios baianos, alguns com menos de 100 mil habitantes na sede, mas que possuem funções típicas de cidade média. A implantação dessas instituições tende a reforçar, portanto, algumas centralidades regionais, a exemplo do que já se observa no Recôncavo, particularmente em Valença, Amargosa e Santo Antônio de Jesus.

- Em relação à imigração, verificou-se, no período 2000-2007, que as regiões que mais atraíram pessoas de outros estados brasileiros foram Extremo Sul, Nordeste e Oeste, enquanto as regiões Litoral Sul, RMS e Extremo Sul receberam intenso volume de imigrantes da própria Bahia. Entre os municípios, os que

receberam imigrantes interestaduais foram Lauro de Freitas, Simões Filho, Dias D'Ávila, Candeias e Vera Cruz, todos na RMS; o "turístico" Porto Seguro, no Extremo Sul; e alguns dos que exercem funções de centros urbano-regionais, como Alagoinhas, no Litoral Norte; Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Sul; Barreiras, no Oeste, Eunápolis e Teixeira de Freitas, no Extremo Sul; Jequié, no Sudoeste; Irecê, na região de Irecê; Senhor do Bonfim, no Piemonte da Diamantina; e Bom Jesus da Lapa, no Médio São Francisco. Em relação aos municípios que receberam os maiores fluxos internos, observou-se que havia aqueles com PIB setoriais elevados, como Luís Eduardo Magalhães (Oeste), Casa Nova (Baixo Médio São Francisco), Itapetinga e Poções (Sudoeste), o que indica que a existência de melhores condições de obtenção de renda é fator fundamental para a dinâmica populacional.

- A distribuição espacial do PIB na Bahia, conforme dados de 2006, guarda correlação com a distribuição da população. Havia uma concentração em, aproximadamente, 30 cidades das 417 existentes no estado. Verificou-se que prevaleceu, assim como em décadas passadas, a maior densidade de pessoas e de atividades econômicas na RMS e nos extremos do território baiano, sobretudo em sua faixa litorânea. Ao mesmo tempo, na grande área central e semiárida, não se evidenciaram avanços — a não ser em pontos específicos — relativos a um desenvolvimento econômico compatível com sua dinâmica e perfil populacional.
- De forma geral, identificaram-se "especializações territoriais" em determinados pontos do estado, representando mais da metade da sua riqueza e população. Esses se concentraram na RMS e nas extremidades do território estadual — no Extremo Sul, no Oeste e no Baixo Médio São Francisco —, parte deles em municípios sob a influência, segundo o *Regic 2007*, do Rio de Janeiro, Brasília e Recife,

respectivamente. Igualmente, observou-se a existência de dificuldades no que tange à integração e ao fortalecimento dos seus centros urbanos do interior da Bahia, sobretudo dos situados nas regiões do semiárido. Essa situação indica a necessidade de implementação de políticas territoriais que possam resultar na redução das desigualdades regionais, seja em seus aspectos econômicos como, também, demográficos.

Por fim, acrescenta-se que, a despeito de todos os dados e análises disponíveis, tal

como se pode abstrair das entrevistas realizadas com agentes do setor público e do privado, ainda é relativamente restrito o uso qualificado de informações e dos estudos existentes sobre rede urbana na elaboração do planejamento governamental. Assim, embora se perceba que são usados indicadores para a definição de políticas públicas e para a alocação de estruturas, isso não é fundamentado no conhecimento apurado dos indicadores, tampouco das análises e estudos disponíveis.





# 5

## **Proposições para atualização da rede urbana do Brasil**

Tendo em vista as análises realizadas sobre a dinâmica urbana da Bahia, considera-se fundamental que, nas próximas etapas da pesquisa em pauta, sejam contemplados elementos que proporcionem informações mais detalhadas sobre determinados aspectos da sua realidade. Para isso, propõem-se como linhas de pesquisas possíveis os seguintes temas:

## **1. Ritmos de crescimento, porte das cidades e tendências de concentração espacial da população: 2000-2007-2010 – ênfase nas cidades médias e pequenas**

A observação de indicadores como taxa de crescimento da população total e da urbana, entre 2000 e 2007, apontou alguns resultados que devem ser investigados de forma mais aprofundada em nova pesquisa. Municípios de distintas regiões baianas, com portes reduzidos e sem nenhuma dinâmica econômica mais expressiva registraram taxas compatíveis com imigração líquida nesse período, a exemplo de Abaré, Piritiba, Salinas da Margarida, Lamarão, Iraquara, Nova Canaã, Mirangaba, Catolândia, Souto Soares, Novo Horizonte, Jaguaripe e Matina. Com as mesmas características, municípios como Andorinha, Capela do Alto Alegre, Maetinga, Biritinga, Ituaçu, Presidente Tancredo Neves, Ribeira do Amparo, Presidente Jânio Quadros e Antas, entre outras cidades pouco estudadas, obtiveram taxas de crescimento da população urbana entre 3,95% a.a. e 4,40% a.a., no período 2000-2007.

Considera-se necessário averiguar quais seriam os processos econômicos, sociais e mesmo políticos que fizeram com que municípios com tal perfil observassem taxas de crescimento tão elevadas. Sugere-se o estudo de cidades que não tenham maior significado em termos econômicos e demográficos, mas que estejam registrando níveis de crescimento elevados. Para isso, propõe-se que sejam feitos: (1) levantamentos de dados censitários que permitam elaborar as taxas de crescimento e estabelecer o perfil sociodemográfico de sua população, dos migrantes e da população economicamente ativa (PEA); (2) análises da evolução do PIB por setor, desagregando aquele que apresentar maior evolução positiva; (3) levantamentos,

junto a outras instâncias governamentais, de informações sobre as políticas públicas e investimentos executados nos municípios a serem selecionados. Além de caracterizá-los, é necessário analisar as funções e articulações que passaram a ter na rede de cidades baianas.

## **2. Pequenas e médias cidades da Bahia: análise das funções e da distribuição de bens e serviços**

Associado ao tema 1, tendo em vista a quantidade de centros que não possuem porte médio, mas que exercem funções de cidades médias, bem como o número de cidades pequenas, considera-se necessário observar suas características, com ênfase na verificação de seu papel na distribuição de bens e serviços e na organização do território, identificando-se as funções e as articulações principais que estabelecem na rede de cidades. Além dos dados censitários relacionados acima, faz-se necessário levantar informações: (1) nos bancos de dados da Secretaria de Educação; (2) no Datasus; (3) e nas agências estaduais e municipais responsáveis pelos transportes, tentando detalhar fluxos e demandas oriundas e destinadas a outros centros. Para alguns desses municípios, possivelmente, maiores informações só serão conseguidas por meio de pesquisa de campo.

## **3. Cidades pequenas e as relações campo-cidade**

Tendo em vista o montante de cidades pequenas na Bahia, o volume populacional que agregavam e sua distribuição territorial, assim como a importância do setor agrícola para a sua sobrevivência econômica, indica-se a necessidade de observar suas características, discutindo-se, sobretudo nelas, as relações campo-cidade. Nesse estudo, além da base

de dados dos censos demográficos — sobretudo do perfil da PEA, da renda familiar per capita e da escolaridade e ocupação do chefe do domicílio para as áreas urbanas e rurais —, podem-se obter informações do censo agropecuário, observando-se se a maior urbanização ocorrida na maioria delas está relacionada à diminuição da área plantada ou à maior concentração fundiária, assim como as receitas e os PIB municipais.

#### **4. Análise da infraestrutura urbana das 30 cidades mais populosas da Bahia**

As cidades com populações acima de 100 mil habitantes exercem funções importantes na rede urbana estadual: absorvem boa parte do fluxo migratório, têm papel significativo na economia e atendem demandas de seus moradores e dos que residem em outros lugares contíguos. Nesse sentido, é válido realizar levantamentos de informações sobre sua infraestrutura urbana básica, estabelecendo comparações da sua evolução entre 2000 e 2010. Indicadores quantitativos para isso podem ser obtidos nos censos demográficos, realizando-se cruzamentos de microdados referentes a: (1) saneamento básico; (2) migração pendular; (3) informações sobre a oferta de serviços e equipamentos públicos; (4) e dados das secretarias de Saúde e Educação que revelem a origem de sua clientela.

#### **5. Perspectivas de desenvolvimento e alterações na dinâmica urbana**

Há várias décadas, as áreas de maior dinamismo econômico da Bahia se concentram na RMS e no sul do território baiano. Nos dois últimos decênios, consolidaram-se, como espaços econômicos importantes na composição do PIB estadual, Vitória da Conquista, Juazeiro, Barreiras e, bem mais recentemente, Luís Eduardo Magalhães. No entanto, há

processos em curso e com previsão de ocorrer que, embora possivelmente não apresentem maiores impactos na economia estadual, tendem a repercutir nos municípios, especialmente os de menor porte. Nesse sentido, sugerem-se estudos, de caráter regional ou municipal, que consistam em diagnósticos dos impactos:

- Dos arranjos produtivos locais (APL): verificar os resultados na estrutura socioeconômica dos lugares onde foram implantados, avaliando seu alcance como alternativa de desenvolvimento regional.
- Dos impactos da introdução e/ou incremento das atividades turísticas: verificar se estas últimas, de fato, constituem-se em estratégia de desenvolvimento local e sustentável, tal como dito nas políticas de governo, avaliando os reais impactos de tais atividades nos locais onde foram implantadas.
- Das repercussões das obras do PAC: verificar as principais estruturas produzidas no estado por conta desse programa, avaliando se implicaram efetivo “crescimento” econômico e desenvolvimento local.

#### **6. Dinâmicas específicas das regiões metropolitanas**

Observando-se que na RMS vem ocorrendo uma nova forma de distribuição sociodemográfica e, associado a isso, vêm sendo evidenciadas alterações nos papéis que cada um de seus municípios desempenha na região, considera-se oportuno, à luz dos resultados do Censo 2010, discutir o perfil dos municípios da RMS e os fluxos estabelecidos entre eles. Além de comparar o perfil dos moradores, o nível de desenvolvimento econômico e social, pretende-se, com esse tema, construir a compreensão da hierarquia existente entre esses municípios e complementaridades horizontais.

Para o desenvolvimento desses temas, devem ser elaborados, inicialmente, bancos de



dados com indicadores selecionados e, numa etapa seguinte, a partir de definições coletivas de prioridades de temas, estudos de caráter analítico. Estes devem apresentar o cenário atual de modo consistente, para que se possa sinalizar as tendências e realizar proposições, no sentido de indicar políticas públicas que minimizem os problemas identificados.

Como proposta de encaminhamento do trabalho, considera-se necessário que sejam retomadas as reuniões da rede, a partir de março, para que sejam estabelecidos os

conceitos, a metodologia e objetivos gerais que nortearão a pesquisa. Entende-se que tais objetivos devem ser elaborados considerando-se os diversos relatórios e proposições dos estados. Para a decisão sobre a metodologia e os indicadores, assim como para o maior conhecimento da base de dados proposta, sugere-se a realização de novos seminários com especialistas. Tais seminários devem ter como foco e resultado a definição dos procedimentos metodológicos e do cronograma de trabalho da próxima etapa da pesquisa.

## Referências

- ALCOFORADO, Fernando. *Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia*. 2003. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional)-Departamento de Geografía Física y Análisis Geográfico Regional, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA. *Transporte rodoviário*. Disponível em: <<http://www.agerba.ba.gov.br/transporteRodoviario.htm>>. Acesso em: 14 set. 2009.
- ANDRANDE, T.; LODDER, C. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1979. (Coleção Relatórios de Pesquisa).
- ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO. Dados estatísticos. Brasília: ANAC, 2007. v. 1.
- BAHIA EM NÚMEROS. Salvador: SEI, 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2009.
- BAHIA. Governador, 2007- (Jaques Wagner). *Bahia: construindo a terra de todos nós - Plano plurianual: PPA 2008-2011*. Salvador: SEPLAN, 2007.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020*. Salvador: SCT, 2005. 148 p. (Coleção Selo Turismo).
- BAHIA. Secretaria de Saúde. *Hospitais do estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/>>. Acesso em: 9 out. 2009a.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. *Invista no turismo: Bahia seu melhor destino*. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2009b.
- BALANÇO Anual Bahia. *Gazeta Mercantil*, 1999.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *PRODETUR: apresentação*. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>>. Acesso em: 19 out. 2009.
- BELAS, Angela. Dinâmica demográfica baiana na década de 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 59).
- BRANCO, Maria L. C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Sistema de informações territoriais: estabelecimentos de saúde*. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/side/consulta\\_frame.wsp](http://www.sei.ba.gov.br/side/consulta_frame.wsp)>. Acesso em: 3 dez. 2009.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008*. [Brasília], 2008.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Maria Helena. Uma caracterização de arranjos produtivos locais e micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E., MACIEL, M. L. (Org.). *Pequena empresa, cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, 2003.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento sustentável na Serra Geral*. Salvador: CAR, 1997.

DIAS, Patricia Chame. Tendências do crescimento demográfico nas regiões econômicas da Bahia entre 1980 e 2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p. 119-144 (Série Estudos e Pesquisas, 60).

DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Breves comentários sobre os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 115-143. (Série Estudos e Pesquisas, 77).

ECONOMIA baiana diminui ritmo de crescimento em 2006. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/relpib\\_estadual\\_2006.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/relpib_estadual_2006.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2010.

HENRIQUES, Wendel; SANTANA, Elissandro; FERNANDES, Hiram. Reestruturação urbana em cidades médias e pequenas do Recôncavo a partir da instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 511-522, jul. / set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco de dados Agregados*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Metodologia do censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001a, 396p. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 1)

\_\_\_\_\_. *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 2001b, 263p. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 4)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *População economicamente ativa em áreas urbanas no ano 2000*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Repensando a prática de uso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, Tânia Margarete M.; KARRUZ, Ana Paula. *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. p. 53 -71.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO A BAHIA. *Institucional: finalidade e competência*. Disponível em: <<http://www.juceb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 9 out. 2009.

- LOPES, Diva Maria Ferlin. *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semi-árido baiano*: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- PORTO, Edgard. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 61).
- RIBEIRO, S. P. Especialização e expansão da territorialidade baiana na próxima década. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 146-160, set./dez. 1998.
- ROCHA, Aline Pereira. *Uma análise da integração em rede: os transportes aéreos no Estado da Bahia*. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Sebrae – institucional. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/bahia/sebrae-bahia/institucional/>>. Acesso em: 9 out. 2009.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989.
- SILVA, Sylvio C. B. de Mello; FONSECA, Antonio A. M. da. *Políticas territoriais de integração e fortalecimento dos centros urbanos do estado da Bahia/Brasil*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE NEOCRÍTICA, 11., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/sylvio.htm>>. Acesso em: 6 set. 2009.
- SOUZA Filho, José Rodrigues de. *Transporte rodoviário de passageiros e a organização espacial no estado da Bahia*. 2006. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS, 2003. 342 p.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997. (Série Estudos e Pesquisas, 35).
- \_\_\_\_\_. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador, SEI, 2003. 2v. (Série Estudos e Pesquisas, 60).
- \_\_\_\_\_. *PIB municipal*. Salvador: SEI, 2002-2006. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=537&Itemid=283](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=537&Itemid=283)>. Acesso em: 16 set. 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Sistema de dados estatísticos*. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/side/consulta\\_frame.wsp](http://www.sei.ba.gov.br/side/consulta_frame.wsp)>. Acesso em: 3 dez. 2009b.

## Apêndice A Pesquisa: Dinâmica Urbana dos Estados Síntese da entrevista realizada no IBGE

### Identificação do entrevistado

**Nome:** Artur Ferreira da Silva e Joilson Souza Rodrigues

**Instituição:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Função:** Chefe da unidade estadual e coordenador técnico do Censo Demográfico de 2010

**Sector de atividade da instituição:** Supervisão de Disseminação de Informações

**Data da entrevista:** 21/1/2010

### **1. O IBGE da Bahia tem conhecimento de como ocorre o processo de planejamento da alocação regional de equipamentos públicos complexos<sup>1</sup> no estado? Há solicitação de informações junto a esse órgão quando essas decisões são tomadas?**

Não se tem conhecimento mais apurado de como ocorre tal processo, embora seja muito provável que os agentes públicos façam uso dos dados do IBGE para essa tomada de decisão. Com relação à solicitação de informações, o IBGE responde a essa demanda por meio do seu setor de atendimento ao público e também disponibilizando conteúdo de suas pesquisas no seu site. Além disso, outros órgãos de pesquisa, inclusive do próprio estado, fazem uso das suas pesquisas primárias para elaboração de estudos, até mesmo análises regionais.

Embora normalmente não haja participação direta do IBGE nas discussões que definem a alocação de equipamentos, entende-se que sua participação no processo é assegurada pela importância reconhecida de suas pesquisas censitárias, da Contagem de População e da PNAD, que, ao apresentarem informações de natureza social, permitem definir as necessidades de um lugar e o público alvo dos projetos. Tal consulta vem ocorrendo com um pouco mais de frequência, não só pelo estado, mas também através dos próprios municípios.

### **2. Os senhores têm conhecimento de como ocorre o processo de alocação regional de investimentos privados no estado? Há solicitação de informações ao IBGE quando essas decisões são tomadas?**

Também no caso do setor privado, o IBGE não participa com frequência dos processos de planejamento de alocação de equipamentos, porém esse setor apresenta maior proatividade em relação ao setor público no

---

<sup>1</sup> Equipamentos não universais (escolas de nível técnico e tecnológico, ensino superior, hospitais e equipamentos de alta complexidade do setor saúde, parques industriais, penitenciárias etc).

sentido de demandar informações do IBGE. Esse tem, talvez, uma cultura de investigação um pouco mais minuciosa das vocações, competências e potencialidades regionais. É comum consultores de empresas particulares realizarem coleta de dados no órgão de modo a melhor avaliar a viabilidade econômica de alguns investimentos. Com essas informações, busca-se identificar a área na qual a estrutura a ser implantada possa ter uma abrangência maior. Tenta-se entender como esse local se relaciona com as demais cidades do entorno. “No setor público, sobretudo, nas prefeituras municipais, a análise é um pouco mais focada, localizada” (Artur Silva).

Na iniciativa privada, entende-se que há uma conduta um pouco mais comum na recuperação de informações sobre a capacidade econômica/regional e para definição de investimentos para os quais consideram-se os dados do IBGE.

#### **4. O IBGE tem conhecimento se o processo de alocação de investimentos (públicos e/ou privados) considera aspectos relacionados à organização do território (microrregiões, regiões administrativas e sub-regiões, metrópoles etc.) e/ou relativos à dinâmica da rede urbana da Bahia? Quais seriam tais aspectos?**

A despeito de, na Bahia, o IBGE ter produzido entre 1989 e 1990 uma espacialização do espaço intraestadual, com meso e microrregiões, concebida a partir do entendimento da relação existente entre os municípios, definindo-se o que era comum entre esses espaços (no caso da mesorregião como uma referência regional, e da microrregião, uma sub-regional), em geral, com alguma homogeneidade, seja no padrão de produção, seja no padrão da interdependência dos equipamentos públicos e tudo mais, o estado da

Bahia criou sua própria regionalização, a exemplo das regiões econômicas e agora, mais recentemente, os territórios de identidade. Nessa, seguiram-se os mesmos propósitos: buscar o entendimento daquilo que é a identidade dos lugares em termos culturais, de produção, de características físicas, do acesso a bens públicos mais estruturantes, como, por exemplo, hospitais e hospitais regionais. Assim, também se entende que tais regionalizações sejam usadas para a distribuição das estruturas.

A existência dessas outras espacializações, que não necessariamente se confrontam com a proposta pelo IBGE, indica que há preocupação em utilizá-las para elaboração de diagnósticos e implementação de alguns projetos de desenvolvimento, tendo ou não como protagonista o estado. Exemplo disso é o Sebrae, que orienta o desenvolvimento de atividades tendo como referência uma visão regional.

#### **6. Além do Regic, os senhores conhecem algum outro estudo que trabalhe com a rede urbana do Brasil?**

Não há conhecimento de outro trabalho com esse objetivo. Além disso, destacou-se que o Regic possui uma série histórica bastante consolidada, de quatro décadas, na qual é possível observar como essa dinâmica, como a inter-relação entre as cidades acontece e se modifica.

#### **7. Os senhores acham que usuários tanto públicos quanto privados teriam interesse em utilizar os resultados de uma pesquisa sobre a hierarquia urbana no estado da Bahia, especificamente, para auxiliar nas decisões de alocação de seus investimentos?**

Trata-se de algo desejável que sim, mas cuja efetividade não se pode afirmar. Conforme

Joilson Rodrigues, “a Regic, a despeito do seu valor, da sua importância, da sua atualidade, da metodologia clara e da precisão dessas informações na hora que estabelece essa relação de dependência, interdependência, complementaridade, eu não creio que venha sendo demandada à altura da sua importância, pelos entes, sejam eles públicos ou privados. Na verdade, me parece que, fora o ambiente acadêmico, pouco tem se utilizado desse recurso”.

#### **8. Em sendo realizada tal pesquisa, quais aspectos você considera importante que esse tipo de estudo contemple?**

Considerou-se que algo importante é identificar as demandas primárias de uma população, necessariamente por educação, por saúde, por segurança, por lazer, e também por oportunidades de trabalho. É preciso identificar as oportunidades de trabalho em nível regional, propondo a integração de uma força de trabalho qualificada ou até propensa à qualificação com as condições existentes, algo que na Regic já se busca realizar. Nessa pesquisa, identifica-se o que leva a que moradores de um determinado procurem em outro o atendimento para uma demanda. “Então, a Regic já trabalha, em tese, com esses elementos básicos. Óbvio que um outro estudo pode entender que mais exemplos devam ser contemplados e que novas informações devam ser apontadas. Portanto, a gente pode imaginar que, quanto mais profunda for essa análise, mais insumos vai oferecer para quem desejar fazer uso desse estudo” (Joilson Rodrigues).

Outros temas válidos seriam o aprofundamento do conhecimento da relação de interdependência e de complementaridade entre municípios; avaliar a importância do turismo na dinâmica das cidades; verificar a natureza dos deslocamentos destinados ao lazer; que verifiquem os fluxos de mercadorias, infraestrutura e logística e sua relação com as dinâmicas das cidades.

#### **9. Voltando a uma pergunta anterior, foi dito que os estudos são mais demandados pelo meio acadêmico e que não têm a devida utilização pelos órgãos de planejamento. O que acham que falta para que haja uma apropriação mais profunda desse tipo de estudo por esses entes?**

Considera-se que, a despeito da grande responsabilidade que o poder público possui no atendimento das demandas dos cidadãos, a alternância de gestão e de concepção de governo resulta em descontinuidades no uso e na valorização de determinadas informações. Tal descontinuidade finda por comprometer o conhecimento das demandas mais permanentes da população e na capacidade de planejamento. “Há uma certa miopia em relação à importância da informação para geração de diagnósticos e intervenções públicas e, eventualmente, privadas, também, certamente [...]. Lamentavelmente, a despeito do que se oferta, o uso está aquém daquilo que eu suponho que fosse uma necessidade básica, já que tudo que o IBGE produz pretende, a princípio, atender a uma demanda, não digo necessariamente reconhecida, mas potencial dos entes públicos” (Joilson Rodrigues).

## Apêndice B

# Pesquisa: Dinâmica Urbana dos Estados

### Síntese da entrevista realizada no Sebrae

#### Identificação do entrevistado

**Nome:** Isabel de Cássia Ribeiro

**Instituição:** Sebrae

**Função:** Assessora de Superintendência

**Setor de atividade da instituição:** Sociedade civil sem fins lucrativos que atua no setor de prestação de serviços

**Data da entrevista:** 22/1/2010

#### 1. Como se dá o processo de planejamento da alocação regional dos investimentos do seu setor de atividade no estado? Quais critérios são utilizados?

A prestação de serviços do Sebrae atende a uma lógica definida em nível nacional. É a unidade central que, também, define a distribuição dos recursos para as unidades estaduais, conforme a arrecadação de ICMS de cada estado (a da Bahia é a sexta maior do Brasil). Além dessa determinação mais geral, o atual superintendente da unidade da Bahia visitou ou recebeu todos os secretários do estado, buscando definir metas mais condizentes com as necessidades desse governo. Partindo dessa lógica, foram instituídas diversas linhas de atendimento para tipos diferenciados de projetos, para os quais são estabelecidos critérios em conformidade com as políticas públicas locais e os poderes públicos municipais. O Sebrae atua como articulador entre o setor público e o privado por meio dessas linhas de atendimento, que são especificadas de acordo com o perfil daqueles que procuram seu apoio, a exemplo de micro e pequenas empresas de diversos setores, como fornecedoras de petróleo e gás, TI etc. e municípios mais pobres (com baixa arre-

cação). Foram criadas também linhas de critérios para atender ao que é chamado de “demanda individual espontânea”.

#### 2. São utilizados indicadores socioeconômicos, informações ou dados estatísticos para a definição da alocação dos investimentos? Que indicadores são usados?

Sim. Os mais comuns são o PIB, porte da população e o número de empresas formais no município. Uma das recomendações é que se utilizem sempre os indicadores socio-demográficos, observando os aspectos que fundamentem, em princípio, a elaboração do projeto. Os mais específicos são selecionados conforme os seus objetivos. Observou-se que, de forma geral, esses indicadores apontam para os principais municípios baianos, fazendo-os alvo principal das atividades do Sebrae. Para atender aos demais, são adotados outros critérios, a exemplo de recursos alavancados de parcerias e editais e a eles redirecionados, como os do Fome Zero e do Projeto Tilápia.

#### 3. Quais investimentos são alocados para atender mais de um município,



#### **por exemplo, uma região do interior, uma região metropolitana, um aglomerado urbano ou uma microrregião?**

O Sebrae foi criado para atender empresas formalmente constituídas, desenvolvendo sua capacidade empreendedora, tanto em empreendimentos individuais como nos coletivos, dando apoio no seu nascimento e colaborando para sua longevidade. Além disso, fazem-se investimentos na formação e capacitação de profissionais. Não é propósito atender a demandas de poderes públicos municipais, o que não exclui a possibilidade de parceria com esse ente. Os investimentos regionais se referem à implantação de unidades do Sebrae, que atualmente são especializadas respeitando-se os territórios de identidade tal como definido pelo governo baiano.

#### **4. O processo de alocação de investimentos considera aspectos relacionados à organização do território (microrregiões, regiões administrativas e sub-regiões, metrópoles etc.)? Quais aspectos?**

Sim. Tentar seguir o recorte dos territórios de identidade. Em casos específicos, relacionados ao funcionamento e distribuição dos investimentos da instituição, visando a atender mais adequadamente suas diretrizes, pode ocorrer a incorporação de um dado município a determinado projeto, independentemente do território ao qual pertença.

#### **5. O processo de alocação de investimentos considera aspectos relacionados à rede urbana? Quais seriam esses aspectos?**

Sim. Segue-se uma hierarquia, mas não a definida por outra pesquisa de rede urbana

que não a elaborada pelo próprio Sebrae. Essa foi definida considerando-se: PIB, população, número de empresas formais, demanda individual espontânea e renda. Quanto maior o valor desses indicadores, maior é a importância de um dado centro na rede. No caso dos municípios que não são contemplados segundo esses critérios, mas que apresentam importância regional, outros são levados em consideração, tais como recursos alavancados junto com parcerias e editais e esses são redirecionados para os municípios ou segmentos que não foram atendidos segundo os principais critérios estabelecidos.

#### **6. A senhora tem conhecimento de estudos sobre a rede urbana do Brasil que contemplem a dinâmica do estado?**

Não. O Sebrae, além dos indicadores já apresentados, utiliza uma série de fontes de dados de acordo com a necessidade dos projetos. Também se observa a “vocaçã” dos municípios, cidade ou do bairro, frente ao perfil da empresa que se pretende implantar. Essas se constituem em importantes fornecedores de informações para a avaliação e o estabelecimento de projetos.

#### **7. Para o Sebrae, seria interessante utilizar resultados de uma pesquisa sobre a hierarquia urbana do estado para auxiliar nas decisões de alocação de investimentos no estado? Que aspectos considera importante que esse estudo contemple?**

Sim. Para a instituição, quanto maior o detalhamento de microdados, maior a relevância da pesquisa, sobretudo porque o seu foco são as micro e pequenas empresas. Contudo, esses dados são muito pouco disseminados, provavelmente pela dificuldade de sua produção.

# Apêndice C

## Pesquisa: Dinâmica Urbana dos Estados

### Síntese da entrevista realizada na Secretaria da Educação do Estado da Bahia

#### Identificação do entrevistado

**Nome:** Aderbal Castro

**Instituição:** Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC)

**Função:** Subsecretário

**Setor de atividade da instituição:** Gabinete do secretário

**Data da entrevista:** 29/1/2010

#### **1. Como se dá o processo de planejamento da alocação regional de equipamentos públicos complexos no seu setor de atividade no estado? Há utilização de estudos sobre rede urbana ou de cidades como referência para esse processo?**

Existe uma rede própria da SEC, estruturada há vários anos, que articula o estado. Essa é formada pela secretaria na capital e com mais 33 Direc (diretorias regionais de Educação), que controlam 1.640 escolas distribuídas nos polos regionais da Bahia. As definições dessas localizações foram feitas no passado e, embora o entrevistado não soubesse detalhar os aspectos que as determinaram, entende que “[...] muito provavelmente o fator econômico e a dinâmica regional foram levados em consideração na escolha da localização”. É a partir dessa rede já estabelecida que a SEC faz todo o seu planejamento e a alocação de infraestruturas. A secretaria faz uso dos dados de cada uma dessas diretorias e das demandas regionais para o estudo das necessidades de novos equipamentos. Em relação à demanda atual de expansão da educação básica para as regiões mais remotas do estado e, principalmente, da zona rural, define-se a implantação de um equipamento, basicamente, a partir da

questão populacional e das necessidades por faixa etária.

Não tem conhecimento do uso de estudos sobre rede urbana para definição da alocação de equipamentos de educação.

#### **2. Poderia detalhar mais os critérios que são utilizados para distribuição dos equipamentos educacionais?**

O planejamento é feito regionalmente pelas Direc que realizam o plano de reordenamento da rede de educação. Esse, em síntese, se refere à identificação de necessidades para implantação, extinção, reorganização de turmas e cursos. Para isso, são trabalhados dados e informações do próprio setor de estatística da secretaria e informações das escolas. “Nós temos alguns instrumentos para chegar a isso que é chamado reordenamento das redes, então, anualmente fazemos esses estudos orientados por esse projeto de reordenamento e aí se definem as várias consequências, desde a fusão de escola, a extinção de escola e a abertura de novos equipamentos em função da realidade regional”. A diretriz para educação é atender à demanda com menor deslocamento possível, considerando a dificuldade e o custo de transporte.

### **3. A SEC utiliza, de alguma forma, a divisão microrregional do IBGE?**

Não. A regionalização utilizada é a específica da rede de educação e está apoiada em uma regionalização estadual definida nos anos 1980, as regiões administrativas.

### **4. São utilizados indicadores socioeconômicos, informações ou dados estatísticos para alocação dos equipamentos públicos complexos da sua secretaria? Quais são esses indicadores?**

Os indicadores são principalmente os produzidos pela própria secretaria, principalmente a partir do plano de reordenamento da rede, no qual se identificam a demanda por matrículas e os egressos por município; a efetivação de enturmação<sup>2</sup>; o número de matrículas; número de aprovados; população regional e municipal por faixa etária, e a progressão das séries do ensino fundamental para o ensino médio.

### **5. Quais os equipamentos setoriais que possuem porte regional ou microrregional?**

Existe a Direc, instância de caráter administrativo, financeiro, pedagógico e que é responsável pela infraestrutura da sua rede. As diretorias regionais acompanham quatro áreas básicas: a administrativa-financeira, a da coordenação pedagógica, de infraestrutura regional e de recursos humanos.

As universidades também se constituem em estruturas de porte regional, estando distribuídas em várias partes da Bahia. No

---

2 Enturmação é um termo adotado pela SEC para definir as turmas que, geralmente no segundo semestre letivo, são construídas pela união de outras já existentes, nas quais houve um número elevado de transferências ou de desistências.

entanto, elas possuem autonomia administrativa, financeira e acadêmica. “Nós temos na secretaria um setor que é chamado Coordenação de Ensino Superior, que faz a relação da secretaria com as universidades, mas é mais acompanhamento, monitoramento, de apoio às universidades, mas a estratégia de funcionamento ela [sic] é definida lá pelos conselhos da universidade”. Ressaltou-se que as universidades públicas do estado existem há mais de 30 anos, não havendo como precisar os elementos anteriormente utilizados para a alocação de suas unidades. Porém, acredita-se que houve motivações políticas para a localização de algumas delas, como a UESC, que nasceu em função da Ceplac<sup>3</sup>. A UEFS, a UESB e a Uneb foram criadas, fundamentalmente, para a formação de professores. Com relação às futuras unidades, “[...] nós não temos um estudo mais detalhado para definir a presença, por isso que demanda um novo enfoque nesse assunto, que é a questão da regionalização, que é um assunto difícil de ser puxado pelo governo”.

### **6. O processo de planejamento da alocação dos equipamentos públicos complexos setoriais considera aspectos relacionados à organização do território (microrregiões, regiões administrativas, sub-regiões etc.)? Quais são tais aspectos?**

Adota-se a regionalização da SEC, estruturada a partir das Direc. Para cada uma das regiões, é realizado um levantamento de indicadores populacionais (número de pessoas e faixa etária). A partir deles, definem-se as demandas de novos equipamentos e as necessidades de reordenamento. Outro

---

3 Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. (Ceplac)

elemento considerado para a alocação de equipamentos educacionais é a possibilidade de deslocamento; priorizam-se localizações mais próximas ao maior volume de demandantes ou de mais fácil acesso.

Frente à crescente procura por ensino médio, especialmente em áreas mais distantes e periféricas dos municípios, define-se a localização considerando o volume da demanda, mas com a preocupação em distribuir tais estruturas em toda a região de uma determinada Direc; não concentrá-las na sede.

**7. Você tem conhecimento de estudos sobre rede urbana do Brasil que contemplem a dinâmica do estado?**

Não menciona conhecimento do tema, acredita que o setor de planejamento utilize esses dados como uma referência.

**8. Você teria interesse em uma pesquisa sobre a hierarquia urbana do estado? Em caso afirmativo, que aspectos considera importante que o estudo contemple?**

Sim. Para o fornecimento de indicadores para dar apoio ao planejamento. Geralmente, tais dados são mais utilizados para a elaboração do PPA, então se faz um plano mais de médio prazo. Na definição da estratégia anual, geralmente a gente utiliza o que vem do reordenamento da rede.

